

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO E
REGIONAL

LUÍZA REGINA ANJOS NUNES

**MOBILIZAÇÃO SOCIAL E PLANEJAMENTO POPULAR NO
SERTÃO NORDESTINO:**

o caso da união de associações de Sobradinho e arredores (UASA)

RIO DE JANEIRO
2024

LUÍZA REGINA ANJOS NUNES

MOBILIZAÇÃO SOCIAL E PLANEJAMENTO POPULAR NO SERTÃO NORDESTINO:

o caso da união de associações de Sobradinho e arredores (UASA)

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Planejamento Urbano e Regional.

Orientador: Prof. Dr. Fabricio Leal de Oliveira

CIP - Catalogação na Publicação

N953m Nunes, Luiza Regina Anjos
Mobilização social e planejamento popular no
sertão nordestino: o caso da união de associações do
Sobradinho e arredores (UASA) / Luiza Regina Anjos
Nunes. -- Rio de Janeiro, 2024.
123 f.

Orientador: Fabrício Leal de Oliveira.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do
Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e
Planejamento Urbano e Regional, Programa de Pós
Graduação em Planejamento Urbano e Regional, 2024.

1. Barragem de Sobradinh-BÁ. 2. Nordeste. 3.
Planejamento Popular Autônomo. 4. União de
Associações de Sobradinho e Arredores. 5. UASA. I.
Oliveira, Fabrício Leal de , orient. II. Título.

LUÍZA REGINA ANJOS NUNES

MOBILIZAÇÃO SOCIAL E PLANEJAMENTO POPULAR NO SERTÃO NORDESTINO:

o caso da união de associações de sobradinho e arredores (UASA)

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Planejamento Urbano e Regional.

Orientador: Prof. Dr. Fabricio Leal de Oliveira

Aprovada em: 29/07/2024

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra. Clarissa Figueiredo Sampaio Freitas
Universidade Federal do Ceará - UFC

Prof. Dr. Fabricio Leal de Oliveira
Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional - UFRJ

Prof. Dr. Luis Régis Coli Silva Junior
Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional - UFRJ

Dedico este trabalho ao meu pai, que mesmo tendo deixado a vida tão cedo, me ensinou tanto sobre a importância da educação e da política para o coletivo. Este trabalho, como tudo que fiz e faço, são frutos do amor infinito que você deixou comigo.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é resultado do apoio, colaboração e incentivo de muitos, então, mesmo sabendo que é impossível expressar minha gratidão, vou assim tentar.

Primeiro, agradeço imensamente ao meu orientador, Professor Dr. Fabrício, que não só me orientou em todo o processo de aprendizagem em torno desta pesquisa, como também me acolheu nos diferentes momentos e desafios que enfrentei durante o período pandêmico e pós pandêmico de Mestrado. Agradeço a orientação, a paciência, a sensibilidade, a atenção e a dedicação ao longo de todo esse processo. Seu conhecimento e tranquilidade foram essenciais para a conclusão deste trabalho.

À Mainha, jamais poderei parar de lhe agradecer pela sua força e coragem para investir na educação mesmo com todos os desafios que passamos e só nós duas sabemos. À Painho, a minha gratidão, que transborda este plano. Muito obrigada pelos poucos e ricos anos que passamos juntos. Aos dois, agradeço por me permitirem compartilhar um pouco da certeza de que é possível mudar a realidade através da luta popular. Todo amor do mundo à vocês, Cirlene e Nilson!

À minha irmã Sophie agradeço a parceria de vida e por me mostrar como o amor incondicional alimenta a alma e nos faz seguir. Eu te amo, Doce!

Agradeço especialmente a Benoit pelo apoio, suporte e paciência para lidar com os altos e baixos de uma parceira meio arquiteta e meio mestranda. Obrigada também por ler tantas vezes o meu trabalho com seu olhar de crítico francês, inclusive sobre o meu português.

À minha amiga Bárbara, por todo amor e paciência demonstrados desde o processo seletivo do mestrado até as chamadas de vídeo intermináveis. Obrigada pelo companheirismo desde sempre.

À minha avó Maria, agradeço por todo apoio, pelas andanças nas comunidades, e pelas conversas e ideias que permeiam todo este trabalho. Ao meu avô, Papai, obrigada por ser minha figura paterna tão especial e por compartilhar histórias do seu passado. Obrigada aos dois, meus avós e companheiros nesta pesquisa, por

compartilhar as cicatrizes do que viveram em Sento-Sé e Sobradinho. Sou muito grata que este processo nos tenha permitido viver tantos novos momentos juntos.

À tia Nina, tia Cida e tia Rosineide, obrigada pelo incentivo, pelo apoio e pela inspiração em ver a educação como melhor forma de mudar o mundo ao nosso redor. À toda a família Nunes, por não temer as dificuldades políticas e se empenhar no que acredita. Sou muito grata por compartilhar o sobrenome e as muitas histórias.

Agradeço, ainda, aos membros da banca examinadora, Professora Dra. Clarissa Freitas e Professor Dr. Regis Coli, pela atenção, pela contribuição e pelas sugestões para o aprimoramento deste trabalho.

Por fim, registro meu agradecimento a todos os amigos e familiares que, de alguma forma, contribuíram para a realização deste trabalho.

Muito obrigada a todos.

RESUMO

Este trabalho se volta para o resgate e sistematização da história da União de Associações de Sobradinho e Arredores (UASA) na década de 1990. Na tentativa de enfrentar os estereótipos do sertão e do sertanejo enquanto peças de um cenário de terra seca, carências e desinformação, a autora, que cresceu na cidade de Sobradinho, busca refletir sobre o contexto que levou à construção da barragem e da ocupação que vem a se tornar município. O território investigado está situado no norte da Bahia, na região da bacia hidrográfica do rio São Francisco, onde a construção da barragem de Sobradinho é justificada pela necessidade de enfrentar o problema nacional da seca no Nordeste. Propiciar melhores condições de vida, ironicamente, levou à retirada de cerca de 72 mil pessoas. Junto às duas vilas construídas pela Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf), formou-se uma ocupação precária onde a mão de obra menos qualificada se aglomerava na espera por oportunidades de trabalho. A vila São Joaquim, como vem a se chamar essa ocupação, desempenha um papel central na emergência do movimento popular na região. Este estudo se concentra na análise da organização popular, utilizando, para tanto, registros de suas atividades e entrevistas com ex-integrantes das organizações populares e moradores locais. Inicialmente, organizando-se em associações isoladas, é na União de Associações de Sobradinho e Arredores (UASA) que esses grupos encontraram meios de insurgir. O planejamento popular autônomo, enquanto instrumento de ação política, dá-se por meio dos atores políticos que trazem para pauta questões negligenciadas pelo Estado.

Palavras-chaves: barragem de Sobradinho; Nordeste; União de Associações de Sobradinho e Arredores (UASA); planejamento popular autônomo.

ABSTRACT

This work focuses on recovering and systematizing the history of the Union of Associations of Sobradinho and Surroundings (UASA) in the 1990s. In an attempt to confront the stereotypes of the sertão and the sertanejo as parts of a landscape of dry land, deprivation, and misinformation, the author, who grew up in the town of Sobradinho, seeks to reflect on the context that led to the construction of the dam and the occupation that became the municipality. The investigated territory is located in the northern part of Bahia, in the São Francisco river basin region, where the construction of the Sobradinho dam was justified by the need to address the national problem of the Northeast. Providing better living conditions, ironically, led to the displacement of around 72,000 people. Next to the two villages built by the São Francisco Hydroelectric Company (Chesf), a precarious settlement was formed where the less qualified workforce gathered to wait for job opportunities. Vila São Joaquim, as this settlement came to be called, played a central role in the emergence of the popular movement in the region. This study focuses on the analysis of popular organization, using records of its activities and interviews with former members of popular organizations and local residents. Initially organized into isolated associations, it was within the Union of Associations of Sobradinho and Surroundings (UASA) that these groups found the means to rise up. Autonomous popular planning, as an instrument of political action, takes place through political actors who bring to the agenda issues neglected by the state.

Keywords: sobradinho sam; Northeast Brazil; Union of Associations of Sobradinho and Surroundings (UASA); autonomous popular planning.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Paisagem na zona rural de Sobradinho	22
Figura 2	Esquema linha do tempo	32
Figura 3	Vista área de Petrolina	35
Figura 4	Barragem em construção	40
Figura 5	Resquícios de área habitadas que foram submersas, visíveis durante seca de 2015	43
Figura 6	Manchete Diário de Pernambuco - carta de Carnaíba	46
Figura 7	Acampamento popular na praça do Umbuzeiro em 1973	48
Figura 8	Vila Santana	52
Figura 9	Vila São Francisco	53
Figura 10	Situação da ocupação popular da Vila São Joaquim em 1979	54
Figura 11	Situação da Vila São Joaquim em 1979	54
Figura 12	Membros da UASA em obra comunitárias	72
Figura 13	Diretoria da UASA junto a representantes de Grupo alemão financiador	77
Figura 14	Primeira turma de alunos da EFAS	88
Figura 15	Fachada ACOPLACE	91
Figura 16	Moradoras do São Gonçalo da Serra	92
Figura 17	Barragem do Canaã concluída	94
Figura 18	Esquema eventos da UASA	99
Figura 19	Imagem aérea da Vila São Joaquim	100

LISTA DE MAPAS

Mapa 1	Localização Bahia e Nordeste	21
Mapa 2	Bacia hidrográfica do Rio São Francisco e bioma caatinga no Nordeste	23
Mapa 3	Densidade demográfica Nordeste e Bioma Caatinga	26
Mapa 4	Esquema “sul global”, Brasil, Nordeste	29
Mapa 5	Localização da barragem de Sobradinho e relação com cidade vizinhas	34
Mapa 6	Localização de Sobradinho e municípios vizinhos	41
Mapa 7	Mapa do deslocamento da população de Sobradinho para Serra do Ramalho	45
Mapa 8	Vilas em Sobradinho e principais acessos	50
Mapa 9	Localização das Associações	69

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	População residente total, distribuição por raça e cor e rendimento mensal	27
Tabela 2	Evolução da população ao longo dos anos	57
Tabela 3	Projeto UASA	78

LISTA DE SIGLAS

ACOPLACE - Associação Comunitária dos Plantadores de Cebola

CAR - Coordenação de Ação Regional

CEBEMO - Catholic Organization for Joint Financing of Development Programmes

CHESF - A Companhia Hidro Elétrica do São Francisco

CODEVASF - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba

COES - Cooperativa Educacional de Sobradinho

CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

CVSF - Comissão do Vale do São Francisco

EFAS - Escola Família Agrícola de Sobradinho

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

MOC - Movimento de Organização Comunitária

NEPLAC - Núcleo Experimental de Planejamento Conflitual

PECSR - Projeto Especial de Colonização Serra do Ramalho

SOSE - Sociedade das Obras Sociais e Educativas da Diocese de Juazeiro

SUDENE - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

UASA - União de Associações de Sobradinho e Arredores

UFPE - Universidade Federal de Pernambuco

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	14
2. SOBRADINHO NO CONTEXTO REGIONAL, NACIONAL E GLOBAL.....	20
2.1.Contexto regional de sobradinho	20
2.2. Sobradinho: periferia da periferia da periferia	28
2.3. Comentários finais	35
3. O NOVO TERRITÓRIO DE SOBRADINHO	37
3.1.Antes do sertão virar mar	37
3.2.Sobradinho barragem	40
3.2.1. Retirados	42
3.2.2. Atraídos ou induzidos	48
3.3. Sobradinho ocupação	50
4. MOBILIZAÇÃO SOCIAL E PLANEJAMENTO POPULAR EM SOBRADINHO ..	58
4.1.Planejamento e conflito	58
4.2.Insurgência ou sobrevivência?	61
4.3.De grupos isolados à união	67
5. O PLANEJAMENTO POPULAR COMO FORMA DE LUTA	71
5.1.Terra como norte	71
5.1.1. Nova realidade novos conhecimentos	74
5.1.2. Meios de produção	75
5.1.3 captação de recursos	76
5.2.Projetos de mudança	78
5.2.1. Aprofundamento sindical, associativista cooperativista e político	81
5.2.2. Pequena agricultura irrigada orgânica	81
5.2.3. Banco de sementes	83
5.2.4. Banco de mudas	84
5.2.5. Banco matrizes e reprodutores de pequenos animais	84
5.2.6. Banco de mecanização agrícola	85
5.2.7. Intercâmbio de informações e tecnologias	85
5.2.8. Escola família agrícola de sobradinho	86

5.2.9. Casa de farinha sangradouro	89
5.2.10. Reconstrução da central da acoplace	91
5.2.11. Água em são gonçalo da serra	92
5.2.12. Barragem do canaã	93
5.2.13. Barragem da associação dos criadores do sítio poço do juá	95
5.2.14. Reforma agrária	95
5.3. Novos desafios	97
6. COMENTÁRIOS FINAIS	103
REFERÊNCIAS	112
APÊNDICE A	117
APÊNDICE B	119

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho se volta para o resgate e sistematização da história da União de Associações de Sobradinho e Arredores (UASA) na década de 1990. Para tanto é preciso saber que esta iniciativa parte de uma pesquisadora que cresceu na cidade, o que em alguns momentos viabiliza o processo de entrevistas e recuperação de arquivos que foram centrais para a metodologia da pesquisa.

Ainda hoje, são comuns estereótipos do sertão e do sertanejo enquanto peças de um cenário de terra seca, carências e desinformação. Como sertaneja, vejo estes fatores como consequências de exploração e abandono e, portanto, algumas vezes, como reais camadas da nossa história. Entretanto, o que fica claro olhando para esta mesma história é que esses estereótipos são usados como meio de reproduzir ações que reforçam as vulnerabilidades criadas.

Minhas trajetórias acadêmica e pessoal estarão aqui, entrelaçadas de certo modo. Antes de estudar arquitetura, cresci em Sobradinho, lugar objeto desta pesquisa. Nascer no município não era tarefa fácil, já que o único hospital da cidade, herdado da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF), muitas vezes não tinha a estrutura necessária. Então, como muitos sobradinhenses, carrego Juazeiro na certidão de nascimento, representando uma das muitas conexões entre os municípios. Enquanto criança moradora da vila São Joaquim, muito do que hoje leio como precário e vulnerável visualizava como parte de um cotidiano em transformação. Filha de uma professora e um trabalhador rural, ambos empenhados nos movimentos políticos da cidade, aceitar aquela realidade como algo estanque nunca foi opção. Atingidos pela barragem ainda na infância, meus pais e toda uma comunidade viam Sobradinho como um símbolo de luta, como a reunião de pessoas que sempre estiveram em busca de condições dignas de vida. Sendo assim, a visão de um povo passivo, refém das secas ou das desigualdades político-sociais, nunca povoou meu pensamento identitário.

Localizado no semiárido nordestino, o território sobre o qual este trabalho se desenrola está situado no norte da Bahia, na região hidrográfica do submédio do Rio São Francisco. Sobradinho tem parte de sua história contada pela obra da barragem, que inundou a Caatinga e criou o, então, maior lago artificial em espelho d'água do

mundo (UASA, 1989). A escala da obra fala um pouco da magnitude dos seus efeitos. Visto como o rio da “unidade nacional”, na década de 1940, o São Francisco foi alvo de uma série de medidas institucionais, que visavam o aproveitamento econômico do Vale do São Francisco (Sigaud, 1986). Entre as intenções iniciais, estava a de retorná-lo à condição de condensador de pessoas, função que teria perdido espaço frente ao fluxo migratório que costumava avançar para as regiões sul e sudeste do país. Para isso, foram traçadas metas pelo Estado, dentre as quais estaria a de criar fatores propícios à permanência e desenvolvimento que resultassem em melhoria gradual da qualidade de vida da população regional.

Dessa forma, as hidrelétricas no curso do Rio São Francisco passam a compor o plano de autonomia energética do Nordeste sob a responsabilidade da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF), empresa instituída por meio do decreto de Lei nº 8031 de 15 de março de 1948. Geograficamente no submédio do Vale do São Francisco, a barragem de Sobradinho tinha entre seus objetivos regularizar a vazão das águas, que garante o funcionamento das usinas à jusante, em especial a de Paulo Afonso (CHESF, 1983), além de promover melhores condições de navegabilidade e de garantir o abastecimento do projeto de irrigação da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf) (Sigaud, 1986). As obras iniciaram em 1971 e, entre as problemáticas do processo de instalação da barragem, destaca-se a necessidade da construção do lago artificial de regularização, com 4.214 km², o que provocou a inundação de quatro centros municipais e muitos povoados. Cerca de 72 mil pessoas foram alvo de reassentamento (Sigaud, 1986; CONTAG, 1979) e as cidades de Casa Nova, Pilão Arcado, Remanso e Sento-Sé, todas na Bahia, tiveram seus núcleos urbanos reconstruídos.

A história do Nordeste e do Brasil é marcada por desigualdades sociais, especialmente evidenciadas pela concentração de terras e má distribuição e classificação socioeconômica do espaço. Tais desigualdades refletem a posição periférica dessas regiões em relação ao centro do capitalismo global, conforme destacado por Frank (1966) e Pinto e Mignolo (2016). A disparidade entre o Nordeste e o Centro-Sul do Brasil, enfatizada por Furtado (1959), é agravada pela política econômica nacional, que favorece o desenvolvimento deste em detrimento daquele, principalmente devido à sua economia agrícola e à dependência de trocas desiguais

com o centro capitalista nacional. Essa dinâmica reproduz a dicotomia entre "atraso" e "modernidade", tanto globalmente, quanto internamente, como discutido por Oliveira (2007) e Pinto e Mignolo (2016). A busca pela transformação socioeconômica do Nordeste, especialmente relacionada ao rio São Francisco, exemplifica os supostos esforços do governo para remediar essas disparidades. A Comissão do Vale do São Francisco (CVSF), criada em 1948, tinha por objetivo melhorar as condições de vida da população nordestina, mas as políticas adotadas, centradas na produção de energia hidrelétrica, acabaram marginalizando as comunidades locais e ignorando suas necessidades, como apontado por Sigaud (1986) e Vainer (2003). Essa abordagem evidencia a priorização do desenvolvimento econômico em prejuízo do bem-estar das populações locais, revelando a negligência das políticas públicas em promover uma melhoria progressiva na qualidade de vida dos sertanejos.

Para falar de Sobradinho é preciso destacar que houve pelo menos dois momentos históricos sobre os quais farei referência neste trabalho. O primeiro refere-se à Sobradinho barragem, que se instala nas proximidades de onde existia a cachoeira do Sobrado. O segundo refere-se à ocupação das três vilas nas proximidades da barragem que vão se emancipar do município de Juazeiro.

No centro das movimentações no Submédio do São Francisco está o acampamento de Sobradinho, construído com objetivo de abrigar os trabalhadores da obra da barragem. O acampamento fazia parte do território de Juazeiro e foi situado a cerca de 50 km deste centro urbano. Somadas empreiteiras e subempreiteiras, a obra da CHESF atraiu mais de 30.000 famílias, oriundas de todos os Estados do Nordeste (UASA, 1989). Estas famílias se distribuíram em três vilas, Santana, São Francisco e São Joaquim, as duas primeiras planejadas e construídas pela CHESF, e a última como resultado da reunião de realocados das áreas inundadas pelo lago e de trabalhadores de mão de obra menos qualificada. Qualificação, esta, que teria sido critério para divisão entre as vilas e seus moradores.

A Vila Santana concentrava as camadas sociais com maior qualificação formal, como engenheiros, médicos e afins, enquanto a Vila São Francisco abrigava os operários e demais trabalhadores formais. Ambas foram atendidas com infraestrutura básica, como escolas, clubes e um hospital. O objetivo inicial dos responsáveis pela obra seria que este acampamento fosse destruído ao fim da construção, o que não

aconteceu. No extremo leste do acampamento, formou-se a ocupação da vila São Joaquim, para a qual não existiam planos ou qualquer organização regular para receber as famílias. O apelido de “vila Papelão”, que levou por um tempo, declara as condições em que o espaço era ocupado. Os, agora, moradores de Sobradinho resistiram e, mesmo com o fim da obra, ocuparam as áreas do acampamento de maneira definitiva. Ainda parte do município de Juazeiro, o território foi gradualmente reivindicado por aqueles que construíram a barragem e pelos que por ela foram expulsos de suas origens. Entre conflitos de histórias e interesses, a vila São Joaquim ganhou um novo apelido, “Cai duro”, em referência à violência e aos numerosos assassinatos na proximidade do prostíbulo “Chililique”, localizado também nesta vila.

Diante de tamanha vulnerabilidade social, medidas foram tomadas pela Diocese de Juazeiro e por grupos que se organizaram em torno de novas alternativas para os problemas impostos. Majoritariamente, os trabalhadores da obra migraram (ou retornaram) para agricultura e pesca, mas, para isto, precisaram reivindicar terras e meios para produzir. Reforma agrária, acesso à água, meios de beneficiamento da produção agrícola, autonomia das mulheres produtoras rurais, educação coerente à sua realidade, todas foram pautas das associações que surgiram em Sobradinho. Associações, estas, que cresceram, ganharam força, e viram na organização entre elas a oportunidade de conquistar suas demandas. Foi através da União de Associações de Sobradinho e Arredores (UASA) que isso aconteceu. Reunidas em 22 associações, a UASA funcionou como centro de tomadas de decisões frente à prefeitura de Juazeiro nos interesses populares, tendo influenciado na emancipação do município, na construção de projetos para os seus associados e, especialmente, investido na educação dos jovens filhos dos agricultores com o objetivo de mudar definitivamente sua realidade.

A recuperação e sistematização do conhecimento do movimento associativista como meio de reivindicação popular em Sobradinho é o tema desta pesquisa. Relembrar essa história é importante não apenas pela manutenção do conhecimento, mas porque, para muitos filhos desta terra, como eu, a luta do associativismo popular foi parcialmente ou totalmente apagada. Seja pelos conflitos políticos que se sucederam, seja pela necessidade de migrar novamente em busca de melhores alternativas, o esvaziamento desses movimentos parece dar a Sobradinho ares de estagnação da luta popular.

Sendo tão intimamente ligada ao meu objeto de pesquisa - até mais do que imaginei no início das investigações - devo dizer que as minhas observações serão, em maior ou menor grau, participantes e estão povoadas por memórias anteriores de vivências na região. Isso porque, além do que já mencionei, encontrei nos arquivos das associações nomes de familiares próximos (avô, tios e conhecidos) e, até precisar migrar para estudar na cidade vizinha de Petrolina e em Recife, ambas no Estado de Pernambuco, foi na vila São Joaquim que cresci e foi lá que na infância assisti as inúmeras reuniões populares. Sendo assim, fazendo uso também da minha história, estas vivências foram e são meios de viabilizar a metodologia de entrevistas com antigos associados dos movimentos, representantes de órgãos participantes, bem como facilitadores de acesso a arquivos desses grupos.

O diálogo foi base fundamental, inclusive, para a definição do objeto. Foi em conversas informais que soube (ou relembrei) da existência da UASA. Para os que conversavam comigo, as associações eram algo corriqueiro, que supunham não me interessar, afinal o meu título de arquiteta, que eles já conheciam, parecia indicar que os assuntos deveriam ter mais materialidade para me interessarem. Foi instigando que me contassem sobre o passado, como viviam antes e depois da obra da barragem, com o que trabalhavam, como eram suas casas e sua vizinhança, como chegaram a Sobradinho e como se organizaram, que o cenário foi se traçando. Consequentemente, a metodologia de entrevistas semiestruturadas foi definida e os próprios interlocutores indicaram nomes para as conversas. Para esta pesquisa foram realizadas quinze entrevistas com membros das associações, representantes da Chesf e moradores contemporâneos à barragem. Os entrevistados estiveram, em maior ou menor grau, envolvidos com o movimento associativista em Sobradinho, o que, em alguns casos, exigiu mais perguntas para compreensão dos eventos narrados ou mais escuta para que as perguntas fossem respondidas até mesmo sem que sequer fossem feitas.

Além de facilitar o acesso a essas pessoas e ser um assunto comum que "quebrava o gelo" inicial, a proximidade pessoal com Sobradinho me possibilitou ter acesso a muitos dos documentos que balizaram este trabalho. Inicialmente, tive acesso a alguns relatórios da CHESF e aos arquivos da Cooperativa Educacional de Sobradinho (COES). O primeiro falava brevemente sobre o número de famílias reassentadas, já o segundo, sobre indicadores sociais coletados pós obra. Nos

arquivos da UASA, além das indicações dos seus trabalhos, pude ter acesso a projetos de captação de recursos, relatórios de implementação dos projetos, dados de prestação de contas e cópias das correspondências com os órgãos financiadores. No mais, foi através do trabalho da professora Lygia Sigaud que tive o indicativo para pesquisar sobre os movimentos sindicais da região, como o trabalho da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e os dados da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) das cheias do Rio São Francisco. O trabalho de organização e sistematização dos eventos tem como metodologia central o confronto entre entrevistas e coleta de dados desses documentos.

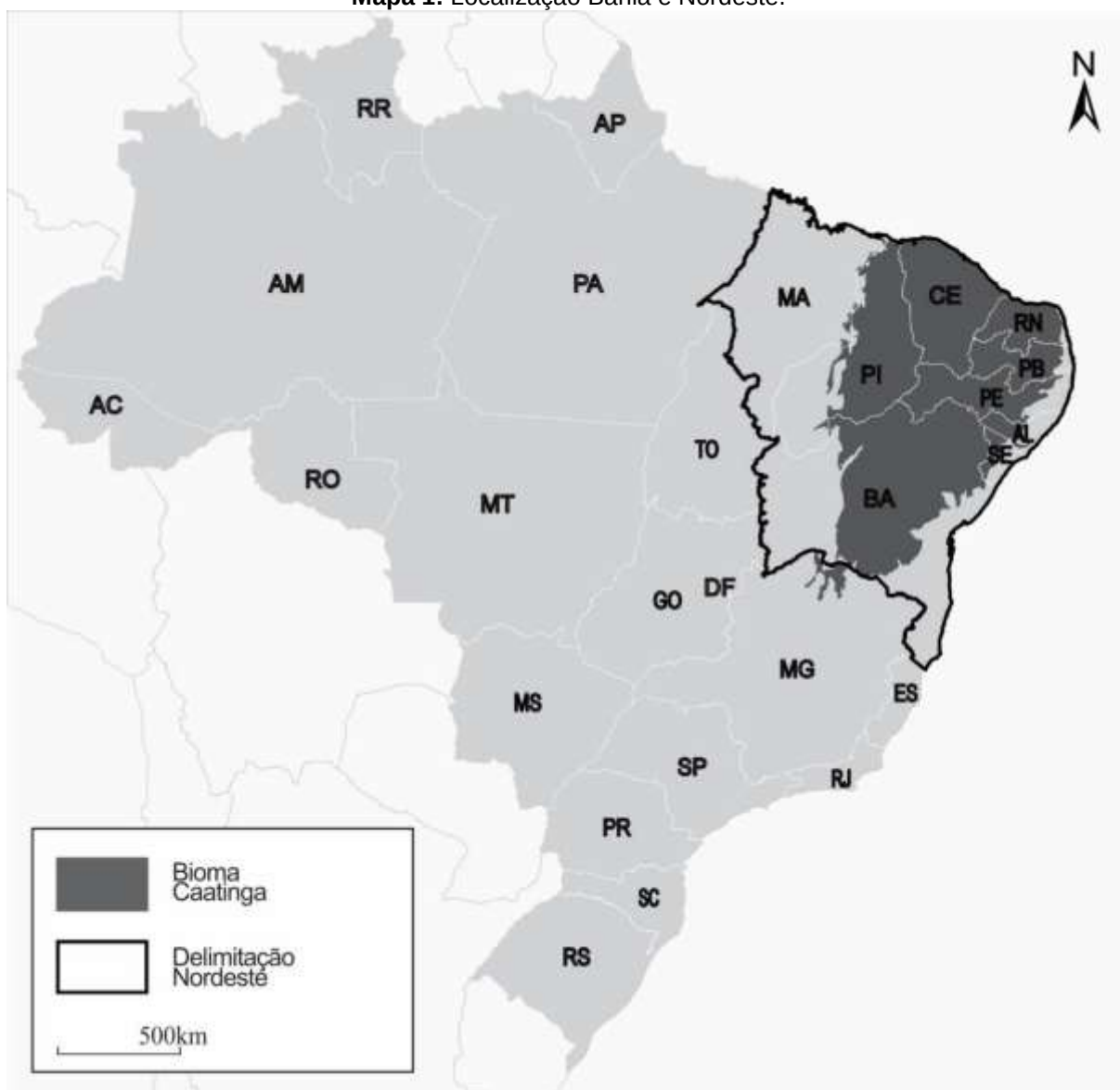
O presente texto está organizado em cinco capítulos, cada um deles divididos em itens e subitens. O capítulo 01 tem por objetivo tratar sobre o contexto no qual o objeto está inserido, tendo em vista perspectivas regionais, nacionais e globais, passando por características físicas, climáticas e socioeconômicas. No capítulo 02, a questão do território é explorada, tendo como base algumas características da realidade antes da barragem na região e situações vivenciados por retirados e atraídos nas proximidades do acampamento da obra. O capítulo 03, por sua vez, traz reflexões sobre a mobilização social no contexto estudado, analisando planejamento e insurgência como conceitos que se aproximam ou não da realidade encontrada em Sobradinho. Já no capítulo 04, o foco é sobre como o planejamento popular aconteceu a partir da criação da União de Associações de Sobradinho e Arredores (UASA), notadamente nos projetos do grupo e seus planos de ação. Por fim, o capítulo 05 está centrado em uma reflexão geral sobre o planejamento popular autônomo enquanto instrumento de ação política em Sobradinho.

2 SOBRADINHO NO CONTEXTO REGIONAL, NACIONAL E GLOBAL

O objeto de trabalho desta pesquisa pode ser lido sob diferentes perspectivas e, neste capítulo, o objetivo é caracterizar algumas das camadas que serão importantes para compreensão dos eventos estudados em Sobradinho. Organizado em três subitens, este capítulo apresenta as principais características geográficas e socioeconômicas da área de estudo. O primeiro subitem trata sobre as variáveis climáticas do semiárido nordestino e sua intersecção com a bacia hidrográfica do Rio São Francisco sob o enfoque das principais características físicas e sociais que fazem as áreas de caatinga distintas das demais áreas do país. A seguir, a perspectiva do segundo subitem é de entender a área estudada enquanto periferia através da leitura dicotômica do espaço e dos eventos históricos enquanto moderno ou atrasado, nas escalas regional, nacional e global. Por fim, o terceiro subitem reflete sobre como os eventos estudados neste capítulo contribuíram para a exploração de regiões como Sobradinho em função da manutenção de modo de operação capitalista.

2.1 Contexto regional de Sobradinho

Ao longo desta pesquisa, Sobradinho aparece referenciado a dois contextos, enquanto obra e enquanto localidade. Caracterizar qualquer uma das faces deste nome demandaria exclusividade, mas aqui irei me deter às informações que tangenciam esses temas de alguma forma no objetivo de apresentar rapidamente o contexto geográfico, social e econômico no qual os fatos se desenvolvem.

Mapa 1: Localização Bahia e Nordeste.

Fonte: IBGE, edição autora, 2024.

Geograficamente, estamos tratando do estado da Bahia, no Nordeste do Brasil (mapa 01), região do país conhecida, entre outros fatores, pelo contraste socioeconômico com o Centro-Sul. Contraste, este, que se faz nas mais diversas camadas, seja na cultura, no clima ou nas condições sociais. Trata-se da região da

caatinga, na Bahia, em área banhada pelo Rio São Francisco - o que, por si só, já marcaria mais um contraste entre as áreas de sequeiro¹ e vazantes².

Nesse sentido, Capistrano de Abreu (1934, p.201) descreve o sertão como a área onde “notava-se logo a falta de mata e a escassez de água. A mata aparece apenas às margens das correntes mais caudalosas, em algumas baixadas úmidas, em serras elevadas de mil metros mais ou menos de altitude”. A escassez de água característica do clima quente e seco do semiárido marca a paisagem (Figura 1), a topografia, o solo, a vegetação, a fauna, a economia e a vida social. Os eventos climáticos extremos, incluindo longos períodos de insolação intensa e chuvas torrenciais imprevisíveis, faz o solo arenoso, raso e carente de elementos nutritivos (Castro, 1946).

Figura 1: Paisagem na zona rural de Sobradinho.



Fonte: Autoria própria, 2020.

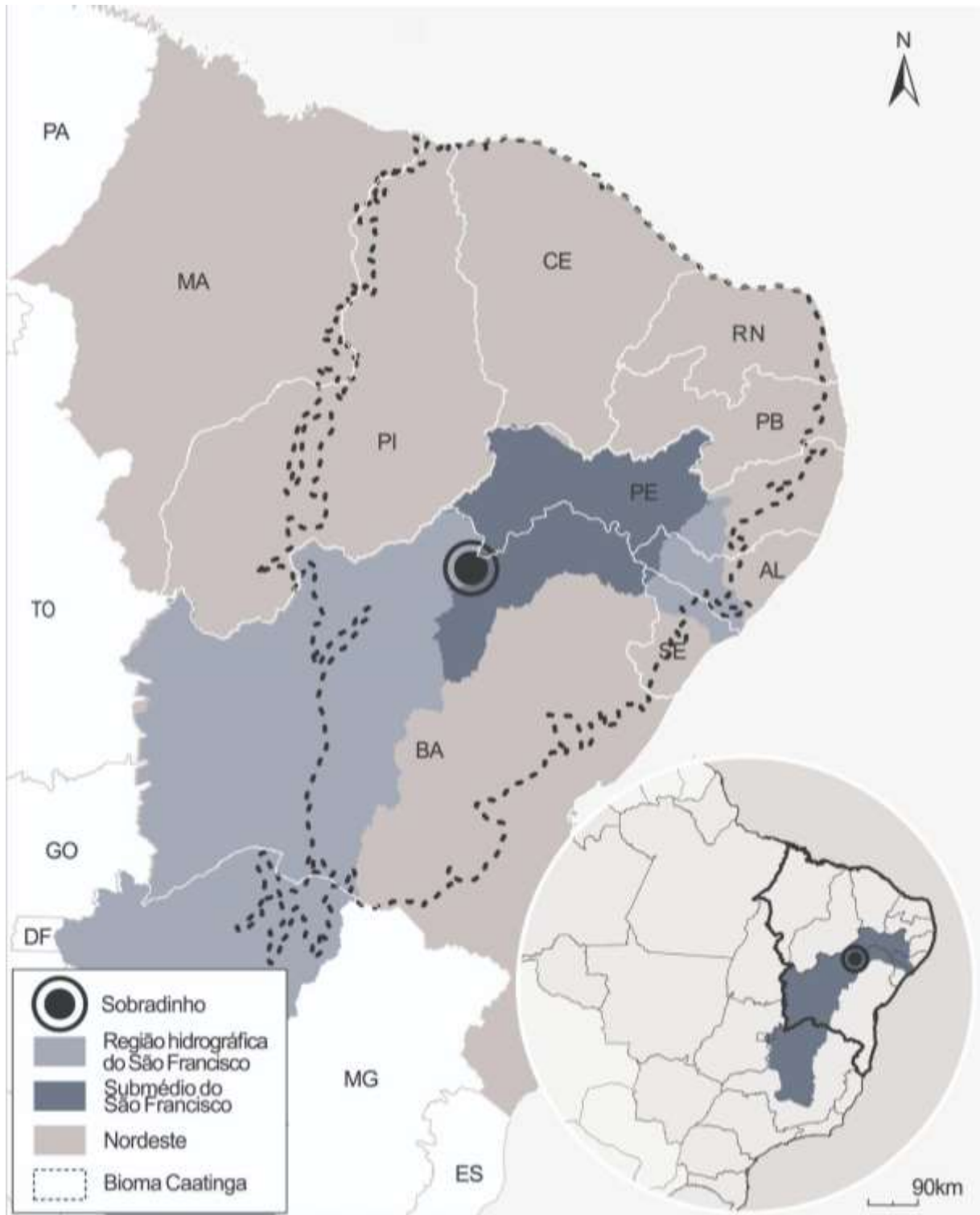
A paisagem da caatinga é composta por um “solo ríspido e seco [onde] estouram as coroas-de-frade e os mandacarus eriçados de espinhos” (*idem*, 1946 p.179). A vegetação, geralmente arbustiva e pouco frondosa, é característica da flora

¹ Sequeiro em referência às áreas de caatinga afastadas de corpos d’água, reforçando os aspectos de aridez do clima.

² Segundo relato registrado nos arquivos da UASA: “Quem morava nas barracas do Velho Chico espera a chuva para plantar de sequeiro. Quando as chuvas faltavam, o rio começava a vazar, deixando descobertas suas ilhas e margens prenhas de húmus, onde o povo plantava a maniva, a rama de batata, o milho o feijão, a abóbora, o amendoim, a cana, as mangueiras e os cajueiros. E aí era só esperar que a colheita era certa. Faziam farinha, amontoavam cereais nos quartos das casas e enfrentavam as secas sempre com provisões. A seca não os amedrontava. A fartura era grande. A carne não era problema. O rio oferecia peixes em abundância e na Caatinga, os bodes encontravam refrigerio durante todo o ano.” (UASA,1989)

que consegue resistir aos longos períodos de seca, e que, por isso, também acabam por ter uma baixa capacidade de reter umidade no ambiente. Nas raras e agressivas chuvas, os nutrientes do solo são "varridos" para áreas de vale mais baixas, onde eventualmente florescem solos nutritivos e alaranjados, propícios ao cultivo.

Mapa 2: Bacia hidrográfica do Rio São Francisco e bioma caatinga no Nordeste.



Fonte: IBGE, edição autora, 2024.

A realidade também floresce nas áreas que compreendem o Vale do São Francisco. A bacia hidrográfica do São Francisco (mapa 02) abrange os estados de Minas Gerais, Goiás, Distrito Federal, Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe e ocupa uma área de 636.099,73km² (CODEVASF, 2020). É na região do Submédio desta bacia onde está localizado nosso objeto de pesquisa. Sobradinho está situada em meio ao polígono da seca³ e é banhada pelas águas do Velho Chico. Mas a diferença entre água e aridez não é a única. Como veremos mais à frente, as diferenças sociais foram, desde o início, bem delimitadas na segregação socioespacial da cidade. Não só separadas no terreno, as três vilas também têm nas suas ocupações iniciais características socioeconômicas distintas, sobre as quais falarei adiante.

Para entender a dinâmica dos eventos em Sobradinho, é preciso tratar sobre os componentes que definiam a economia no Nordeste e na região no século XX. Segundo Celso Furtado:

A economia da zona semiárida do Nordeste define-se por um complexo de pecuária extensiva e agricultura de baixo rendimento. Do ponto de vista do conjunto da população trabalhadora, a atividade mais importante é agrícola. Mas para a classe proprietária, a pecuária apresenta, quase sempre, maior significação econômica (Furtado, 1959, p.11).

Logo, entende-se a agricultura como base fundamental para a economia do Nordeste. De fato, no sertão, até o século XX, a prática da agricultura não estava entre as principais atividades, em especial devido à crença na infertilidade do solo, dadas as especificidades do clima (Capistrano de Abreu, 1934). Mais tarde, enquanto o agricultor do litoral nordestino era capaz de fornecer produtos para o comércio de exportação, o sertanejo alcançava as pequenas produções para consumo próprio “de milho, feijão, fava, mandioca, batata-doce, abóbora e maxixe, plantados nos vales mais sumosos, nos baixios, nos terrenos de vazante, como culturas de hortas e jardins” (Castro, 1946, p. 191).

Longe dos rios perenes, a água muitas vezes precisava ser extraída da terra, agregando o sabor típico dos terrenos salinos, o que, somado aos pastos com vegetação rasteira, favoreceu a criação de gado vacum (Capistrano de Abreu, 1934),

³ Segundo a Resolução nº 11.135 do Conselho Deliberativo da SUDENE, de 19 de dezembro de 1997, o Polígono das Secas em Minas Gerais abrange uma extensa área de 121.060 km², com 86 municípios nordestinos, reconhecida pela legislação como propensa a crises prolongadas de estiagem e com diferentes níveis de aridez.

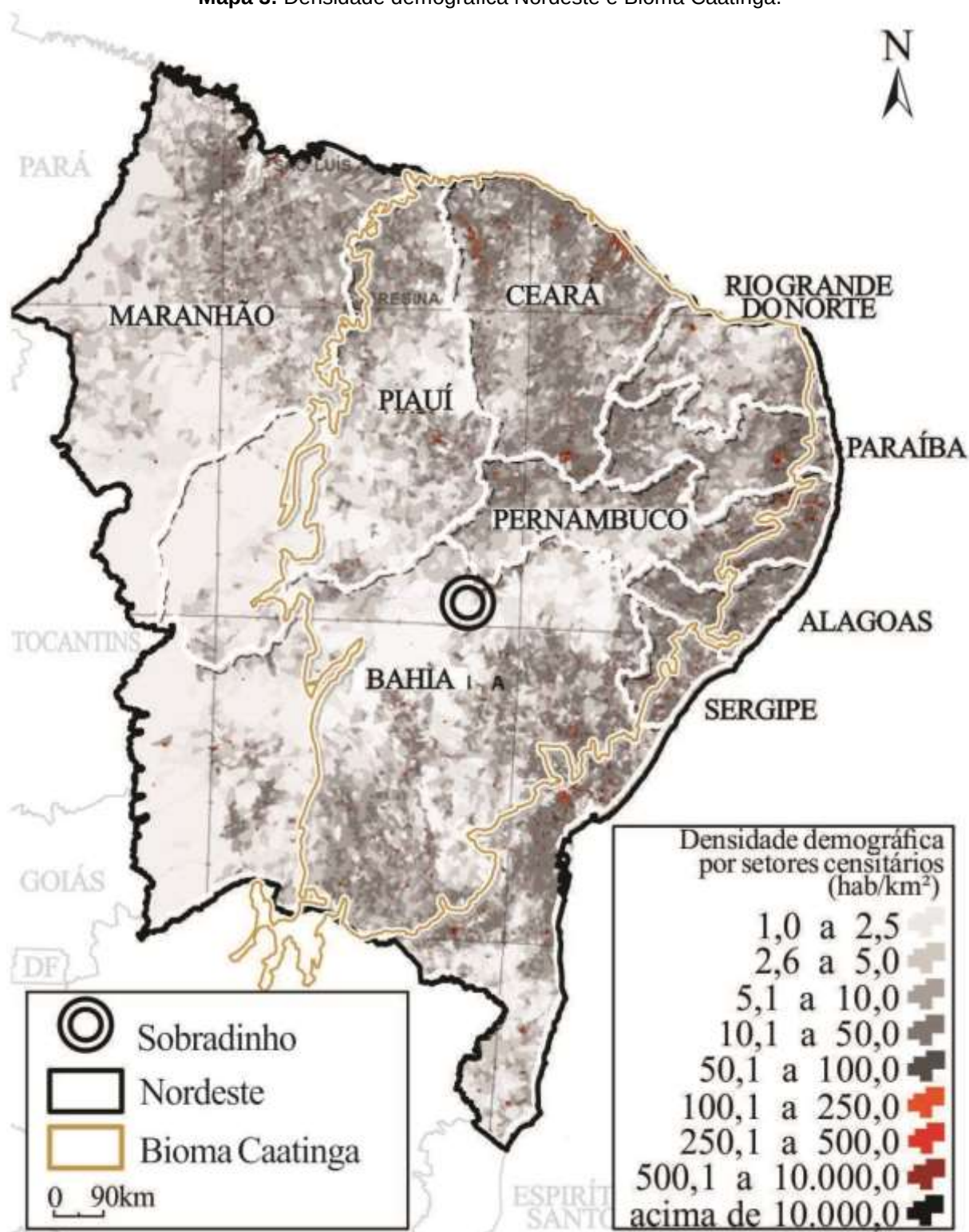
tornando a pecuária atividade econômica importante na região. Em segundo momento, a criação de caprinos, ainda que vista como desfavorável à vegetação, passou a ser parte fundamental no consumo de carnes, leites e peles na região (Capistrano de Abreu, 1934; Castro, 1946).

No mais, apesar de os cursos d'água de vazão intermitente impossibilitarem atividades como a pesca em regiões mais propícias à presença de água, esta se transforma em um elemento econômico de significativa importância⁴. Os rios perenes, como o São Francisco, alimentam com pescado o mercado local e compõem a base de sustento das famílias. Em meio à aridez do sertão, como dito por Josué de Castro (1946) em *A geografia da Fome*, “a verdade é que, com chuvas regulares, com as águas transbordando das margens dos seus rios e fecundando as suas terras trabalhadas, o sertanejo vive mesmo uma época de abundância e fartura” (Castro, 1946, p. 215 - 216). Como veremos logo mais, as alterações no fluxo das águas do Rio São Francisco trouxeram mudanças significativas em diversos aspectos. Na economia de base agrícola, a irrigação propiciou as grandes monoculturas de frutas, não só para o comércio interno, como para exportação, alterando as características anteriores da economia local.

Às margens de um rio, ou em meio à caatinga, é o sertanejo o ator principal desta história. A população do Nordeste é de 54,6 milhões de habitantes. Como demonstrado no Mapa 03, existe uma maior concentração demográfica nas áreas litorâneas da região. No centro da caatinga, onde está localizada Sobradinho, essa densidade populacional é menor e concentrada em alguns poucos centros urbanos.

⁴ Segundo Castro (1946, p.186): “É que a evaporação violenta neste clima abrasador e a irregularidade das chuvas, fazendo variar com certa rapidez e em graus extremos a salinidade das águas, torna-as pouco propícias à vida das espécies aquáticas. Só os rios perenes como o S. Francisco mantêm apreciável riqueza piscícola em suas águas”.

Mapa 3: Densidade demográfica Nordeste e Bioma Caatinga.



Fonte: Base IBGE 2010, edição autora, 2024.

Historicamente, na colonização do interior nordestino, aqueles que se arriscavam nas áreas semiáridas eram tidos como aventureiros, seja pelos conflitos com povos nativos (Capistrano de Abreu, 1934), seja pela necessidade de superar limitações impostas pelo clima. Os “novos cristãos”, judeus e árabes, foram alguns

dos que exploraram a região, trazendo na bagagem a experiência dos beduínos e berberes no deserto saariano (Castro, 1946). Outro movimento migratório curioso para a região se deu nos projetos de irrigação que incentivaram a imigração de grandes contingentes, como os japoneses, para liderar as grandes monoculturas frutíferas⁵ que balizam a atual economia de base agrícola. Sem a pretensão de grandes críticas à hierarquia social capitalista da região, fica claro, quando observamos os dados de raça, cor e rendimento mensal médio (tabela 01), quais as características fenotípicas de quem ocupa cada posição social na região.

Tabela 1: População residente total, distribuição por raça e cor e rendimento mensal.

	População residente total	Característica de raça/cor	População residente por raça/cor	Percentual população residente por raça/cor	Rendimento Nominal médio mensal*
Nordeste	54.658.515	Branca	14.571.557	26,7%	R\$ 913,52
		Preta	7.127.018	13,0%	R\$ 474,72
		Amarela	68.749	0,13%	R\$ 1.176,52
		Parda	32.559.846	59,6%	R\$ 484,79
		Indígena	327.725	0,60%	R\$ 488,68
Sobradinho	25.475	Branca	5.626	22,1%	R\$ 894,87
		Preta	3.697	14,5%	R\$ 682,72
		Amarela	12	0,05%	R\$ 5.855,87
		Parda	16.022	62,9%	R\$ 629,72
		Indígena	117	0,46%	R\$ 520,28

*O rendimento nominal é calculado com base nos rendimentos declarados pelas pessoas e não é ajustado pela inflação ou outros fatores econômicos que possam ter ocorrido desde 2010.

Fonte: IBGE, 2010

Como demonstra a tabela 01, a população nordestina era de maioria parda em 2010⁶, representando 59,6% da população total, enquanto que brancos representavam o segundo maior grupo, com 26,7%, seguidos por pretos com 13%, indígenas com 0,60% e amarelos com 0,13%. Não distante do perfil regional, a

⁵ Em 1973, chegavam a região de Juazeiro-BA e Petrolina-PE descendentes japoneses vindos do Norte do Paraná vinculados a Cooperativa Agrícola de Cotia (CAC), que posteriormente assinam convênio com a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Codevasf) e passam a expandir a fruticultura irrigada na região. Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa e de Assistência Social).

⁶ A classificação de raça ou cor utilizada pelo IBGE permite que o indivíduo se declare como preto, pardo, branco, amarelo ou indígena. Desde 1991, foi a primeira vez que a maioria da população brasileira se autodeclarou parda, e não branca, como nos anos anteriores. No censo de 2022, o percentual de autodeclarados pardos foi de 45,3% (IBGE, 2022).

população de Sobradinho se descrevia com maioria parda, com 62,9%, seguida por brancos (22,1%), pretos (14,5%), indígenas (0,46%) e amarelos (0,05%). Com relação ao rendimento nominal médio, com exceção da população descrita como amarela (todos pertencentes à mesma família), são os nordestinos brancos que concentram os maiores salários. Tanto em Sobradinho, como na Região Nordeste, nota-se um menor rendimento entre indígenas e pretos e maior entre brancos e amarelos. Sobre este último grupo, vale ressaltar a baixa expressão em número de indivíduos e a alta concentração de renda, especialmente em Sobradinho, onde apenas 12 indivíduos foram registrados.

Considerando que os dados destacados são de 2010, vale salientar que os dados de rendimento do Censo 2022 estavam, no momento de elaboração dessa dissertação, disponíveis apenas com relação ao Nordeste. Para a região, as atualizações de renda para 2022 indicam um rendimento médio de R\$2.915,00 para brancos, R\$1.623,00 para pretos e R\$1.637,00 para pardos. De certa forma, manteve-se a proporção de rendimento nominal médio entre esses grupos, já que os valores de 2010, corrigidos para 2022 segundo o IGP-M (FGV), indicam o valor médio de R\$ 2528,38 para os brancos, R\$ 1313,90 para os pretos e R\$ 1341,77 para os pardos, ainda que os dados do censo de 2022 apresentem valores maiores, sobre os quais também é necessário analisar as diferenças econômicas do período.

2.2 Sobradinho: periferia da periferia

Concentração de terras, distribuição social do espaço ou definição de classes com base em renda e raça são camadas conhecidas da história do Nordeste e do Brasil. Desigualdades comuns aos países tidos como subdesenvolvidos, elas estão relacionadas, em maior ou menor grau de distanciamento, àquilo que é hegemônico no capitalismo (Frank, 1966). Se, da perspectiva das grandes potências capitalistas, o Brasil é dito como periferia do mundo, cujo centro está na Europa Ocidental e nos Estados Unidos da América (Pinto; Mignolo, 2016), pode-se considerar que o Nordeste é a “periferia da periferia” do mundo (mapa 04). Não distante, Sobradinho seria a “periferia da periferia da periferia” do mundo⁷.

⁷Refletindo sobre o comentário da professora Clarissa Freitas, a quem agradeço imensamente a contribuição.

Mapa 4: Esquema “sul global”⁸, Brasil e Nordeste.



Fonte: Base IBGE 2010, edição autora, 2024.

Com a economia voltada à produção de bens primários, a América Latina estabelece uma relação de trocas econômicas desiguais com os países exportadores de manufaturados. É nesta desigualdade que se instaura o mecanismo de sucção do excedente econômico que beneficia os países centrais capitalistas e reitera a condição dos países latino-americanos majoritariamente não industrializados (Oliveira, 1992). Internamente, as regiões brasileiras também parecem estabelecer relação de desigualdade que lembram aquelas observadas externamente. Na verdade, as políticas para o Nordeste durante o século XX apontavam para uma reprodução ainda mais acentuada dessas diferenças. Em “Uma política de desenvolvimento para o Nordeste”, Celso Furtado destacou:

A disparidade de níveis de renda existentes entre o Nordeste e o Centro-sul do país constitui, sem lugar a dúvida, o mais grave problema a enfrentar na etapa presente do desenvolvimento econômico nacional. Essa disparidade é maior que a observada entre as economias do centro-sul e a dos países industrializados da Europa Ocidental (Furtado, 1959, p.07).

Em meados do século XX, muito da diferença no ritmo de crescimento entre as regiões era atribuída às secas que atingiam o Nordeste e às limitações na disponibilidade de recursos naturais como água e terras produtivas. Todavia, já era claro que a política de desenvolvimento econômico do país também tinha grande peso nesse cenário. Para Furtado, a política protecionista, com objetivo de resguardar as indústrias nacionais, provocavam “importantes transferências internas de recursos,

⁸ Ainda que haja ressalvas à utilização deste termo, o objetivo aqui é fazer referência às nações que não são centrais na dinâmica capitalista, mesmo entendendo toda a diversidade que essa classificação esconde.

em desfavor da região potencialmente mais pobre” (Ibidem, p.27). Entre os aspectos que fariam do Nordeste a periferia do Centro-Sul do país e contribuiriam para o crescimento da economia desta segunda, estaria a economia de base agrícola, que faria o Nordeste importar mais - produtos manufaturados essencialmente - do que seria capaz de exportar - matérias primas. O desequilíbrio nessas trocas não só fomentava diretamente a economia nos centros brasileiros, como também contribuía para criação de um número maior de empregos que favorecia a migração sentido centro-sul. Assim, a desigualdade, dita como problema nacional (Cohn, 1976; Furtado, 1959), se evidenciava na interação entre as regiões e era, por ela, retroalimentada no processo de exploração da periferia em benefício do centro.

Não bastante, o conceito de subdesenvolvimento garantia a oposição polarizada entre setores “atrasados” e “modernos”. No capitalismo, essa dualidade está presente na relação estabelecida entre os países do sul global e os centrais e na realidade interna de países como o Brasil, especialmente, neste caso, na dicotomia entre Nordeste e Centro-Sul.

É importante ressaltar que, para este trabalho, o termo “Sul Global”⁹ é entendido como uma escolha temporária para descrever nações que, assim como o Brasil, enfrentam desigualdades econômicas e maior vulnerabilidade a crises políticas, econômicas e ecológicas. No entanto, é impossível ignorar as limitações e imprecisões do termo, seja pela classificação geográfica incorreta, já que muitos países do “Sul” estão no Hemisfério Norte e vice-versa, ou pela tendência de homogeneizar condições políticas e socioeconômicas que são únicas em cada país (Stewart; Huggins, 2023).

Assim como na escala global, o conceito dicotômico de “atrasado” e “moderno” não se expressa só com relação à dimensão econômica, mas também penetra as

⁹ O termo “Sul Global” foi cunhado por Carl Ogelsby em 1969 e ganhou popularidade com o fim da Guerra Fria e o gradual abandono da categoria “Terceiro Mundo”. Nas últimas décadas, crises econômicas, pandemia, guerras e emergências climáticas destacaram as desigualdades econômicas globais e a vulnerabilidade dos países de baixa e média renda às crises. Esse contexto reforçou a busca dessas nações por reformar estruturas econômicas globais injustas, proteger seus interesses estratégicos e promover um sistema mais diversos. Embora a relevância analítica do termo “Sul Global” seja questionável, organizações como o G77, a ONU e o Banco Mundial o utilizam para descrever suas iniciativas de cooperação Sul-Sul (Stewart; Huggins, 2023).

demais dimensões da realidade social, fazendo de cada um dos polos exemplos de “sociedade moderna” e “sociedade tradicional”, associando tudo aquilo que envolve esta segunda como sinônimo de atraso (Oliveira, 2007). Logo, a sociedade tradicional deveria buscar se aproximar da “modernidade e seus correlatos – civilidade, desenvolvimento, democracia”, perspectiva que, segundo Pinto e Mignolo (2016, p. 385), é expressão de um “projeto de dominação epistêmica, econômica e política do mundo”.

O modelo a ser alçando, então, passa a ser o da sociedade urbana-industrial. Para o sertão do Nordeste e para Sobradinho em particular, os limites do que é urbano e rural embaçam ainda mais a compreensão do que seria moderno ou atrasado e nos fazem questionar a real capacidade desses termos de definir a realidade específica da região e para onde ela caminha. Para esta pesquisa, as relações campo-cidade estão entrelaçadas de tal forma que os debates e as conquistas que se apresentam não podem ser desvinculados, independentemente de onde se situam (Monte-Mór, 2007). Ainda assim, fica claro que, se tratando da periferia da periferia do Sul Global, o que se classifica como urbano está distante do que seria a moderna sociedade urbano-industrial dos países centrais e não poderia ser diferente frente aos esquemas de exploração capitalistas.

O fato é que em meados do século XX, ao mesmo tempo em que se debatiam políticas para a questão socioeconômica do Nordeste, a sociedade brasileira passava por clara transformação. Com a II Guerra Mundial, “a urbanização e industrialização brasileiras sofreram forte inflexão, com a indústria ganhando nova escala” (Monte-Mór, 2007, p.91). Até que, na década de 1970, o Brasil torna-se majoritariamente urbano (Ibidem), conforme os critérios do IBGE. Nesse cenário, a dinâmica migratória a partir do Nordeste e as questões socioeconômicas que atingiam a região fizeram destas uma pauta a ser resolvida nacionalmente. Para Francisco de Oliveira (1992, p.21), a questão fundamentalmente “residia na arcaica estrutura agrária, que produzia simultaneamente excedentes populacionais que migravam para o Centro-Sul e uma economia extremamente vulnerável no Polígono das Secas”.

Figura 2: Esquema linha do tempo.

Fonte: Autoria própria, 2024.

Entre as alternativas traçadas para o problema do Nordeste, o Rio São Francisco protagonizava grandes investimentos, como mostra a figura 02 acima. O rio já estava no centro de muitos acontecimentos no âmbito nacional, seja como importante via de transporte, seja como principal fonte de atividades econômicas diversas. Há muito, esta bacia hidrográfica era alvo de uma série de ideias e projetos por parte dos representantes do poder público, mas é em 1946 que um plano de aproveitamento econômico do Rio São Francisco ganha espaço na Constituição Federal, que determinava que, por 20 anos, 1% da receita tributária da União fosse destinada para o desenvolvimento econômico abrangente do São Francisco (Cohn, 1976). Para gerir a aplicação desses recursos, em 1948, é criada a Comissão do Vale do São Francisco (CVSF), que enfatiza o traço natural do rio enquanto conector entre Norte e Sul do país e estabelece uma política de "recuperação do vale". Fortalecer a unidade nacional, ocupar o vazio demográfico e implantar uma civilização símbolo de transição entre Nordeste e Centro e Sul do país estavam entre os objetivos desta Comissão (Sigaud, 1986). Aqui, destaca-se a ênfase dada à questão migratória, especialmente nas políticas tradicionais que buscavam "reter essa população o mais possível próxima a seus locais de trabalho, abrindo um certo número de frentes de obras públicas" (Furtado, 1959, p.69). Em teoria, o objetivo principal era gerar melhores condições de vida para o nordestino, o que, de certa forma, passava por equiparar as trocas econômicas internas, através de maior autonomia na produção agrícola, especialmente aproveitando o potencial produtivo agrícola nas regiões semiáridas passíveis de serem irrigadas pelo São Francisco, ou de atração das indústrias, para a qual a produção energética seria fundamental (Ibidem).

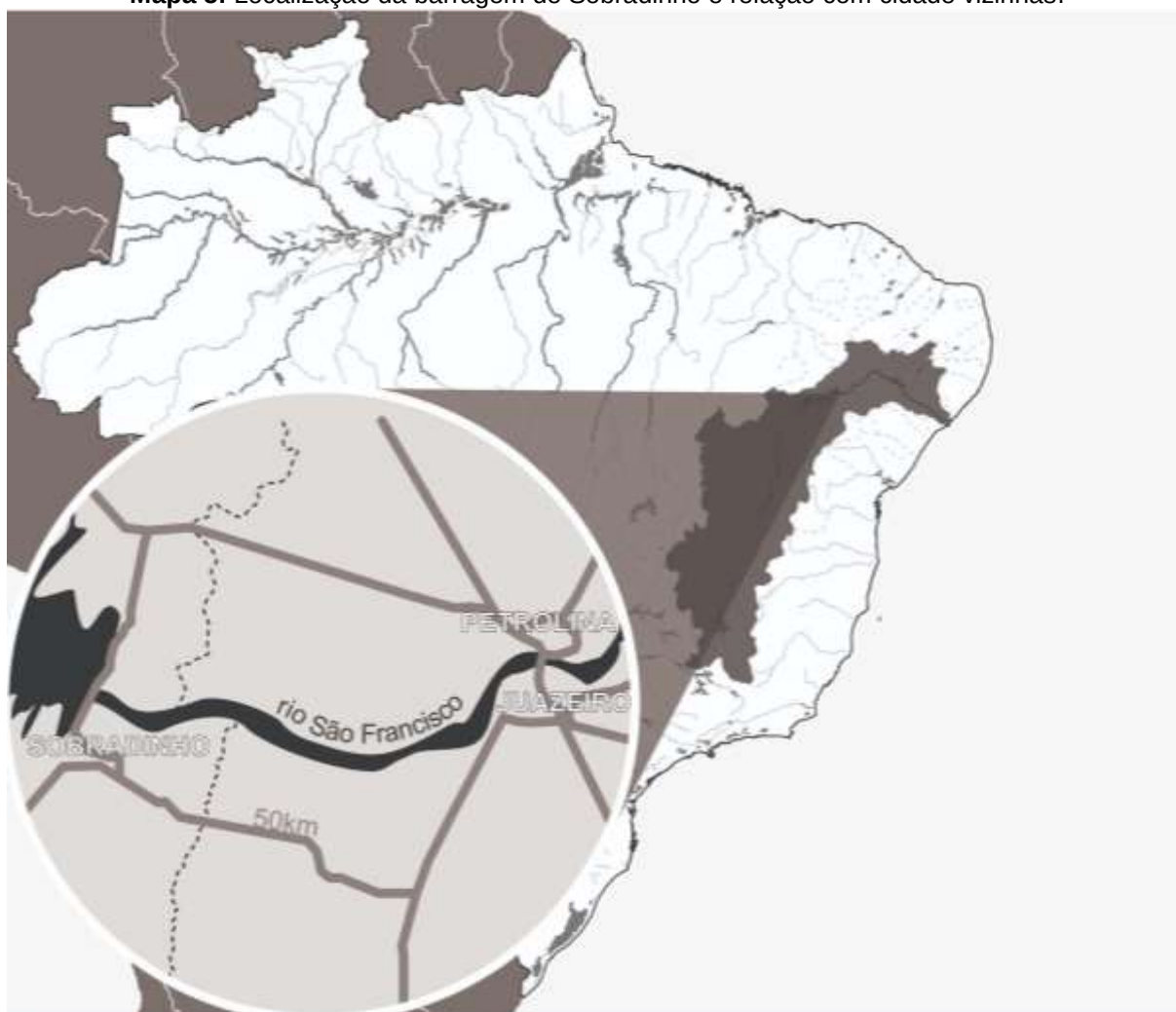
Já em 1950, a ênfase do governo Juscelino ao binômio transporte-energia, até certo ponto, parece afastar o plano da sua "finalidade moral" de criar condições

progressivamente melhores para sua população (Congresso Nacional, 1983). O Plano das Obras de Recuperação Econômica do Vale do São Francisco elaborado por Lucas Lopes em 1955 difere do indicado por estudos como o realizado por Duqué em 1982, que defendiam focar os esforços em uma grande política voltada aos “pequenos trabalhadores”. A exploração do potencial energético do Rio São Francisco centrava-se para energia hidrelétrica, mesmo com o conhecido impacto social que isto implicava.

Ainda em meados de 1950, o foco nas hidrelétricas para o plano já se insinuava especialmente para a região do município de Petrolândia-PE, mais a jusante do rio, porém sem previsão da construção da hidrelétrica de Sobradinho. É na década de 1970 que as grandes barragens vão representar certa ruptura com a ideia de unidade e com os aspectos envolvidos na fixação e melhoria progressiva da vida da população, dando espaço ao objetivo capital de produção de energia. A princípio, a barragem de Sobradinho não estava voltada à produção efetiva de eletricidade, mas, sim, à regularização do curso do rio e viabilização de uma vazão mínima que garantisse o funcionamento das usinas a jusante, em especial, a de Paulo Afonso (Sigaud, 1986). A melhoria da navegabilidade à montante e a captação de águas para irrigação dos projetos geridos pela CODEVASF eram outros dos objetivos.

Em 1971, é definida a localização da barragem (mapa 05) a cerca de 50km do núcleo urbano de Juazeiro-BA, em área geograficamente denominada de Submédio do São Francisco. Um ano depois, em um governo caracterizado pelo autoritarismo, o Presidente General Emilio Garrastazu Médici determina definitivamente a construção da barragem de Sobradinho. Em 1973, o plano anterior de incluir a produção elétrica ao projeto da barragem é efetivado durante a presidência do também general Ernesto Geisel, sob o argumento da crise mundial do petróleo (Sigaud, 1986).

Mapa 5: Localização da barragem de Sobradinho e relação com cidade vizinhas.



Fonte: Base IBGE 2010, edição autora, 2024.

Muitos foram os esforços em extrair o potencial econômico da obra em contrapartida ao abandono da suposta pauta moral em manter o Sertanejo fixado a sua terra. O custo social incalculável da obra demonstra que “Sobradinho não teria contribuído para melhoria das condições de vida da população ribeirinha” (Sigaud, 1986), mas, em verdade, agregado graves problemas. Subordinados aos efeitos da produção energética, os interesses da população local foram ignorados. Desde a concepção da obra até o funcionamento posterior da barragem e usina, o autoritarismo do processo se fez presente, sem a realização de consultas populares nacionais ou locais. Como aponta Vainer (2003, p.137), dezenas de milhares de pessoas descobriram que sua simples existência era considerada um “obstáculo ao progresso e ao desenvolvimento”. A população foi relegada a uma posição marginal, sem ser ouvida ou considerada nos processos decisórios que impactaram diretamente suas vidas. Apagado qualquer interesse em melhoria progressiva da qualidade de vida

dos locais, os sertanejos passam a ser tidos como um entrave para a formação do lago e a geração de energia.

2.3 Comentários finais

Figura 03: Vista aérea de Petrolina.



Fonte: Arthur de Souza/Folha de Pernambuco, 2021.

Os acontecimentos nas áreas mais periféricas do Brasil evidenciam aspectos do funcionamento do sistema capitalista mostrando que a situação de Sobradinho faz parte de um contexto de exploração recorrente. Em 2024, ao visitar regiões como Petrolina-PE (figura 03) e Juazeiro-BA, é possível imaginar para quem serviram todas as movimentações no submédio do São Francisco. A elite econômica neste contexto está ligada à fruticultura irrigada voltada à exportação, o que leva a refletir sobre os reais beneficiários de uma obra com a magnitude da barragem de Sobradinho. Antes de melhorar as condições de vida da população local, Sobradinho parece ter tido como propósito central o suporte ao funcionamento da máquina capitalista. Assim, as medidas institucionais destinadas ao aproveitamento econômico do Vale do São Francisco revelam-se parte de um projeto maior de exploração do capital na região.

Conforme o discurso desenvolvimentista, os grandes projetos são parte importante da consolidação do papel do Brasil enquanto emergente no contexto global. Esses projetos são empreendimentos que consolidam a apropriação de recursos naturais e humanos em pontos específicos do território sob uma lógica

estritamente capitalista, desconsiderando aspectos como a exclusão social (Souza e Silva, 2010; Vainer, 1992). Nesse sentido, a intervenção estatal expande esses projetos, sob o argumento de políticas de caráter social e desenvolvimentistas, quando, na verdade, contribui para acentuar desigualdades sociais, que, claro, são essenciais para reprodução do capital (Silva, 2019).

Nesse contexto, a industrialização da agricultura brasileira tem sido feita no interior do processo de internacionalização da economia brasileira” (Oliveira, 2007, p.32). No Brasil, as intervenções estatais no campo subsidiam políticas públicas que visam aumentar a produtividade agrícola e inserir o país na dinâmica do capital financeiro internacional (Silva, 2019). Entretanto, essas, muitas vezes, são realizadas às custas da expropriação de terras e da marginalização de populações locais afetadas por grandes obras de “suposto” desenvolvimento nacional, como é o caso das construções de barragens (Silva, 2019; Leturcq, 2007). Dessa forma, a acumulação primitiva, conceito tomado de Marx, descreveria não apenas a expropriação do campesinato na gênese do capitalismo, mas também sua dimensão estrutural em condições específicas, onde tanto a abertura de fronteiras externas quanto internas segue um processo similar de expropriação e ocupação da terra (Oliveira, 2007).

3 O NOVO TERRITÓRIO DE SOBRADINHO

A forma como o espaço era ocupado na região antes da implementação do plano de aproveitamento energético da bacia hidrográfica do Rio São Francisco foi transformada de forma significativa e permanente. Pequenos núcleos municipais e povoados são destruídos; novos espaços são ocupados e reconstruídos. Tudo isso exigindo daqueles que foram atingidos um recomeço em todas as esferas da vida.

Este capítulo se propõe a destacar os principais aspectos da “vida antes do sertão virar mar”¹⁰, na forma como o sertanejo vivia às margens do São Francisco até ser atingido pela obra da barragem, assim como os processos posteriores de construção da obra e ocupação da área do atual município de Sobradinho. O objetivo é caracterizar as dinâmicas relacionadas tanto àqueles que foram retirados em função das realocações, quanto àqueles que foram atraídos pela possibilidade de trabalho para as proximidades do acampamento e que dariam origem à ocupação atual de Sobradinho.

3.1 Antes do sertão virar mar

O ritmo e estilo de vida a montante e a jusante de onde se instalou a barragem de Sobradinho, em muito, eram caracterizados pela relação com o Rio São Francisco e seus afluentes. As pessoas que foram atingidas pela obra precisaram abandonar vários aspectos que dizem respeito às suas identidades. Considerando que a industrialização no Brasil ainda hoje está concentrada especialmente na região Centro-Sul, em meados do século XX, o que é tratado como centro, cidade ou urbano, na região do sertão nordestino tem grande distância das características da cidade industrial brasileira. Majoritariamente voltado para as atividades de agropecuária, a ocupação do espaço por esses grupos dava-se em povoados com casas espaçadas e em pequenas cidades sedes dos municípios. Ainda assim, as cidades, neste contexto, além de suporte administrativo, político, de saúde e alguns serviços, estavam diretamente ligadas ao escoamento do excedente da produção agrícola (Sigaud, 1986). Na região do submédio do São Francisco, Juazeiro destacava-se

¹⁰ Em referência à profecia de 1833 do beato cearense Antônio Conselheiro, responsável pela fundação do Arraial de Canudos, no sertão da Bahia.

enquanto principal centro urbano, ocupando posição geograficamente estratégica para aqueles que se deslocavam pelo rio.

Neste cenário anterior à barragem, distingue-se a figura dos povoados, particularmente na forma como organizavam socialmente o espaço de acordo com os eventos naturais de cheias e secas do rio. Para Lygia Sigaud: “o povoado importa sociologicamente enquanto principal referência social da população” (Sigaud, 1986, p.45). Isso é reforçado quando se volta o olhar para o cenário cotidiano dessa população. Para aqueles que vivem fora das pequenas cidades, a relação com o campo podia variar e somar características segundo aspectos específicos do clima no qual estava inserida e suas mudanças ao decorrer do tempo. Grosso modo, os povoados, normalmente compostos por poucas casas relativamente espaçadas, serviam de pouso para aqueles que praticavam a agropecuária nas margens do rio ou em meio às áreas de sequeiro. A ausência de dados dificulta saber mais sobre as posições sociais dentro dos povoados, mas os relatos das entrevistas apontam para possível sobreposição das atividades em áreas de solo úmido e seco, a depender das épocas dos anos e das condições do clima.

Habitados aos movimentos de cheias e baixas do rio, existiam ciclos de produção bem estabelecidos. Com a agricultura de vazantes, os beiradeiros¹¹ faziam uso das terras que o rio deixava umedecidas e beneficiadas ao recuar. O regime que determinava quem poderia fazer uso dessas terras era definido muitas vezes nas comunidades dos povoados, que normalmente já eram caracterizadas por relações de solidariedade entre os moradores (Sigaud, 1986). Com o fim da colheita das vazantes e a chegada das cheias, os pequenos produtores migravam para áreas mais altas e passavam a praticar a agricultura de sequeiro, em ambiente característico do semiárido de clima quente e seco. Os alimentos estocados durante a vazante serviam para abastecer as famílias nesses períodos. Nas áreas de Caatinga, afastadas do rio, a produção agrícola ficava dependente das chuvas e, por isso, somavam-se atividades que complementavam as necessidades, como a pesca e a criação de animais. Nessas épocas de seca, alguns pés de plantas de palma e mandacaru e da

¹¹ Denominação apresentada no trabalho de Sigaud (1986), com os sinônimos de “barranqueiro”, “lameiro” ou “ribeirinho”, para designar a população voltada para agricultura de vazantes localizada nas margens do Rio São Francisco.

árvore nativa juazeiro eram cortados para alimentar os animais, enquanto cacimbas eram abertas no leito dos riachos para saciar a sede do povo e da criação (UASA,1989). A distribuição de terras para esse tipo de produção já era de ordem diferente do período das vazantes. Pagando “foro à Prefeitura ou renda a proprietários em condomínios” (Sigaud, 1986, p. 40), os produtores acabavam por ter a renda do seu cultivo reduzida, evidenciando a necessidade das atividades complementares tanto para sobrevivência quanto para comercialização do excedente.

As agriculturas de vazante e sequeiro poderiam ser alternadas ou concomitantes e serem praticadas por grupos diferentes, “beiradeiros” e “caatingueiros”, ou por indivíduos que somavam essas características, o que, normalmente, resultava em relações que se reafirmavam na figura dos povoados. O convívio e as trocas entre os moradores dessas localidades eram frequentes, porém, diferente do conhecido contexto urbano, as habitações estavam relativamente afastadas umas das outras, o que influenciava nas interações sociais. Com a casa do povoado como sede das famílias, a relação de vizinhança era específica daquele cenário e as “relações estavam estreitamente vinculadas à descontinuidade espacial” (Sigaud, 1986, p. 58). Era comum que, de acordo com os períodos específicos de cheias e baixas do rio, os produtores se mudassem provisoriamente para habitações precárias nas proximidades das áreas de produção ou pesca. Esses deslocamentos frequentes ratificavam o povoado enquanto “única referência espacial fixa” (*Ibidem*, p. 45). O sentimento de pertencimento também estava expresso nas festividades em torno dos Santos Patronos e nas relações de parentesco entre os moradores. Em menor escala, grupos como os ceboleiros¹² e os latifundiários também tinham suas vidas sociais voltadas para o campo.

Escapam das pretensões deste trabalho exaurir as características e eventuais definições a respeito do cidadão atingido direta ou indiretamente pela barragem, uma vez que as múltiplas histórias e identidades exigiriam um trabalho aprofundado e específico. Contudo, sabe-se que moradores permanentes ou sazonais das sedes dos municípios, dos povoados, das margens dos rios ou das áreas de sequeiro, todos aqueles que interagiram com a região dos municípios de Remanso, Casa Nova,

¹² Empresários buscavam terras férteis para produção de cebola não destinada ao autoconsumo e que faziam uso da terra por períodos de em média três anos.

Sento-Sé e Pilão Arcado tiveram seu cotidiano significativamente alterado ao serem retirados¹³ pelas águas da barragem de Sobradinho.

3.2 Sobradinho barragem

As medidas tomadas no deslocamento da população e a ausência de alternativas que amenizassem os impactos da obra da barragem de Sobradinho contrariavam a proposta de promover condições favoráveis de subsistência para o sertanejo em seus locais de origem para reduzir a emigração. Em 1972, com o canteiro da obra já instalado (figura 04), ainda não haviam sido apresentadas alternativas para a população (Sigaud, 1986).

Figura 04: Barragem em construção.



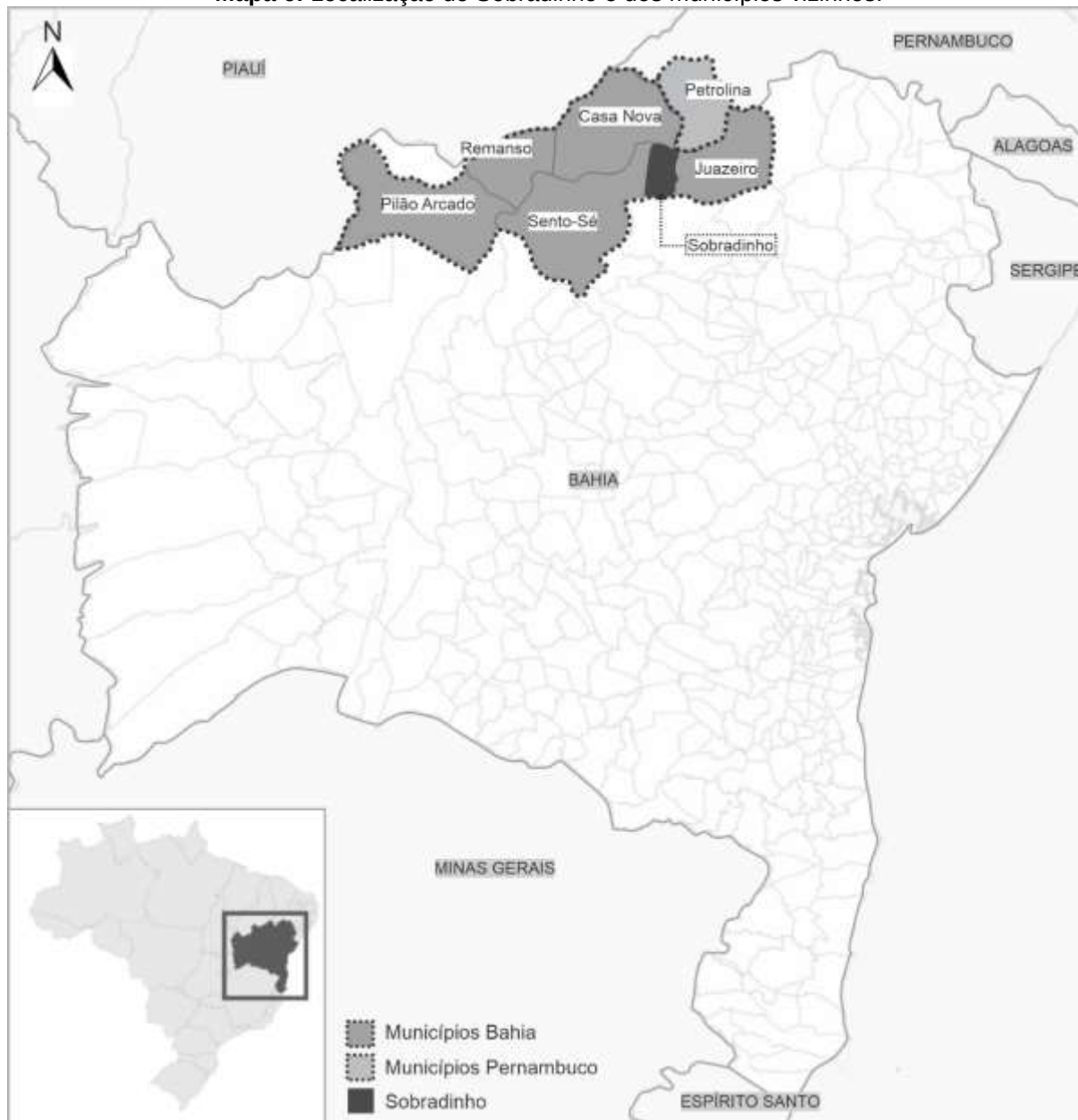
Fonte: Frame "Travessia do futuro", 1980.

A formação do lago exigiu a inundação de terras dos municípios baianos de Juazeiro, Xique-Xique, Remanso, Casa Nova, Sento-Sé e Pilão Arcado (Estrela, 2004), com os quatro últimos tendo suas sedes municipais e dezenas de povoados atingidos (mapa 6). Segundo a CONTAG (1979), o lago atingiu a soma de 72.000 pessoas deslocadas. Com suas vidas alteradas, sem consulta, sem alternativas e em um período político autoritário, a população se organizou como era possível e tentou

¹³ "Em decorrência destas alterações de residência das famílias expulsas, constatar-se-á a recomposição das estruturas sócio-espaciais que necessariamente atuarão sobre o novo espaço de localização. Deste fato as duas categorias de atingidos reagirão diferentemente em relação à construção da barragem e sua vida cotidiana será perturbada" (Leturcq, 2009, p.09).

ocupar os espaços de acordo com as condições que se apresentavam durante a obra e com o posterior funcionamento da hidrelétrica.

Mapa 6: Localização de Sobradinho e dos municípios vizinhos.



Fonte: Autoria própria, 2024

Nesse contexto, forma-se a ocupação nas proximidades do acampamento da obra, a qual será o centro da discussão deste trabalho. Distante de qualquer homogeneidade cronológica, a ocupação popular de Sobradinho se forma como reflexo das alterações impostas na vida da população regional. Sem querer reduzir a complexidade envolvida nas histórias desses diferentes grupos, aqui, busca-se evidenciar as características marcantes às quais se tem acesso nos documentos e nos relatos coletados nas entrevistas. Para isso, escolheu-se caracterizar a população

sistematicamente enquanto retirados e/ou atraídos pela obra dados os aspectos que virão a ser importantes no estudo dos movimentos sociais protagonizados pelos moradores de Sobradinho e que influenciariam a luta associativista na cidade. Entendendo, todavia, as limitações de traduzir camadas tão profundas da região. Algumas vezes a realidade pré-barragem será tomada como referencial de comparação para entender as características que levaram à organização popular como enfrentamento às alterações trazidas pela obra.

3.2.1 Retirados¹⁴

O preço social do progresso foi pago por aqueles que supostamente deveriam usufruir da estabilidade de permanecer. Preço, esse, ironicamente, o de se retirar. Acostumados a retiradas sazonais em função do nível do rio, a população atingida pelo lago de Sobradinho foi obrigada a se afastar-se em definitivo. Certamente, o que já era fonte incalculável de mudanças e prejuízos (figura 05), somou-se à instabilidade do futuro, já que muitos não sabiam como, para onde ou quando exatamente iriam se mudar. A construção de alternativas para os impactos sociais, visivelmente, não era o foco do Estado ou dos técnicos que o representavam. O descaso com a população da região se expressa na ausência de planos prévios sobre como lidar com os atingidos.

¹⁴ A expressão “se retirar” era usada como referência à necessidade de se deslocar das áreas de vazante quando o rio subia. O deslocamento compulsório e definitivo para o lago da barragem é tido com uma retirada que difere da anterior pelo seu caráter permanente e impositivo. Ver Costa (1990).

Figura 05: Resquícios de área habitadas que foram submersas, visíveis durante seca de 2015.



Fonte: Marcello Casal Jr./Agência Brasil, 2015.

Dizer que a população local foi atingida¹⁵ pela barragem pode transmitir a ideia de passividade, de ausência de reações frente ao que foi lançado. Longe disso: foram as reações através dos movimentos sindicais, alternativas individuais¹⁶, questionamentos e sugestões frente às poucas ou ausentes soluções que fizeram a diferença no destino de muitos.

A construção do canteiro da obra, enquanto não havia alternativas concretas para a coletividade, é um marco do desprezo dado aos que ali viviam. A forma como essas pessoas eram vistas pelo Estado justifica essa negligência. Lygia Sigaud

¹⁵ “As populações afetadas de uma maneira ou outra pela construção de uma usina hidroelétrica e sua barragem são reconhecidas no Brasil sob o termo de atingidos. Eles são os expulsos dos lugares por causa das obras e das terras inundadas ou aqueles que vão sofrer perdas indiretas diversas ou, ainda, aqueles que vão integrar o grupo de novos ocupantes em um município. A heterogeneidade e diversidade destas populações concernentes às barragens são importantes.” (Leturcq, 2009, p.06).

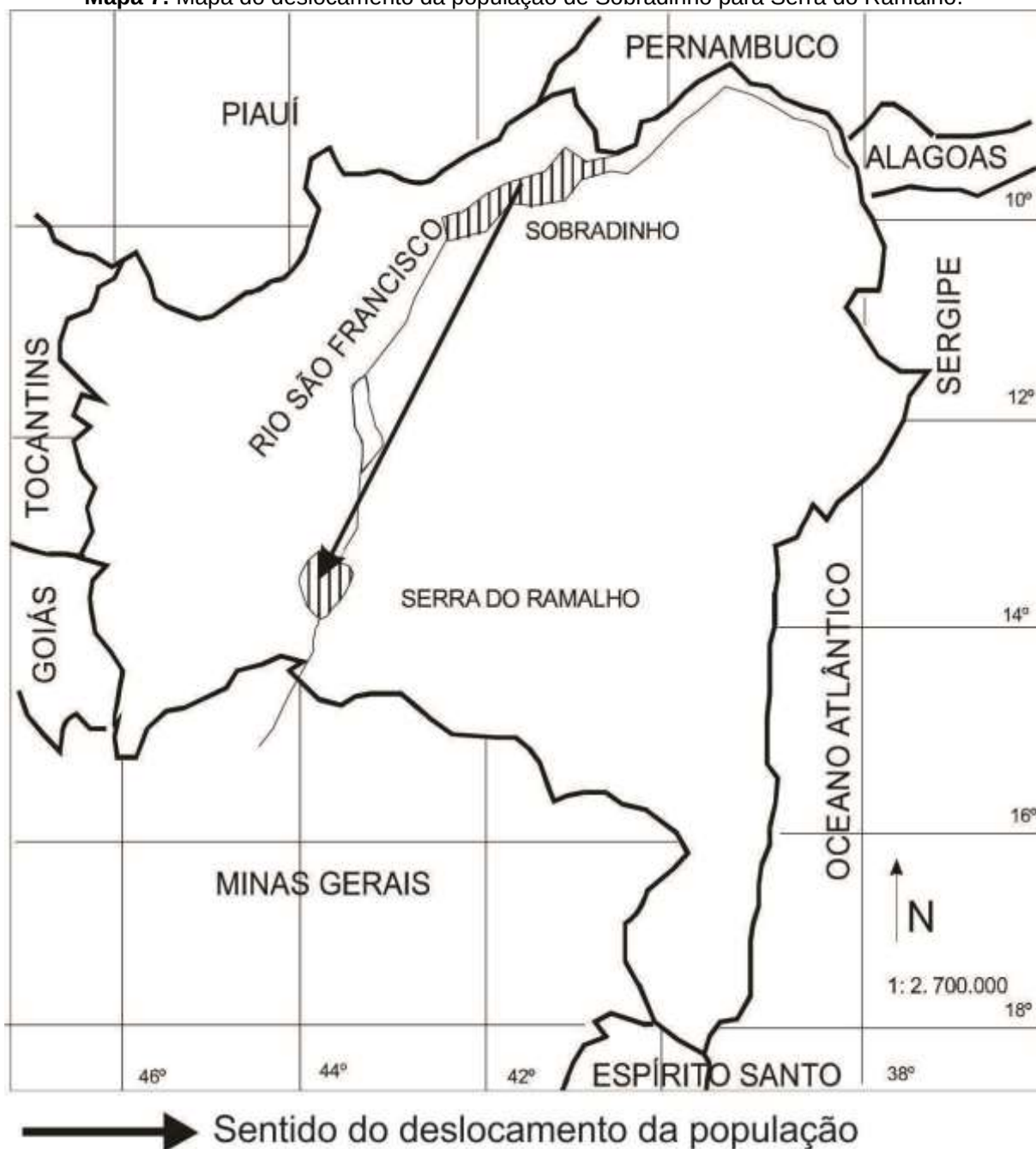
¹⁶ Para alguns, poucos, era dada a opção de ficar na borda do lago. Por ser uma área alvo de muitos interesses, em especial para os projetos da Codevasf, não se pretendia destinar essas grandes parcelas de terras para os atingidos pelo lago. Por entenderem que essas áreas não seriam alvo de um reassentamento popular massivo, os atingidos tentavam de forma individual pleitear essas terras. A este respeito, ver Sigaud (1989).

resume o que teria sido a fala do Diretor de Obras da CHESF que definiu o “barranqueiro típico” enquanto cidadão de “segunda categoria”:

Trata-se [...] de um pobre, subdesenvolvido, sem qualificação profissional, condicionado pelo rio, isolado, auto-suficiente, analfabeto, sem contatos com meios de comunicação de massa, limitado aos contatos com vizinhos e nas feiras, cuja mentalidade não pode evoluir, em suma um primitivo, sem poder de aquisitivo, sem aspirações, conformado e dominado pelo pavor do desconhecido, um ser desvinculado cultural e economicamente do resto do país. (Sigaud, 1986, p. 24).

Em oposição, cidadãos de “primeira categoria” seriam aqueles aos quais se atribuem características relativas ao “cidadão urbano”. Se afastar do cidadão urbano, neste momento, parece ser usado como argumento para construção ideológica da figura do barranqueiro sem qualquer suporte na realidade (Sigaud, 1986), na aparente tentativa de somar aspectos negativos que justificassem as ações perpetradas. A violência direta ou indireta sofrida por essa população é ilustrada no manejo do reassentamento. Propagandas políticas como “Sobradinho - Travessia do Futuro”, de 1980, tentavam convencer que a barragem era expressão de progresso.

Mapa 7: Mapa do deslocamento da população de Sobradinho para Serra do Ramalho.



Fonte: SEI - Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia Dados fornecidos por Ely S. Estrela. Organização e desenho: Sinthia Cristina Batista Maio 2001.

Induzida a aceitar a alternativa de deslocamento para o Projeto Especial de Colonização Serra do Ramalho (PEC-SR)¹⁷, então situado no município de Bom Jesus da Lapa-BA (mapa 6), distante a 700 km de suas origens, ao invés da promessa de

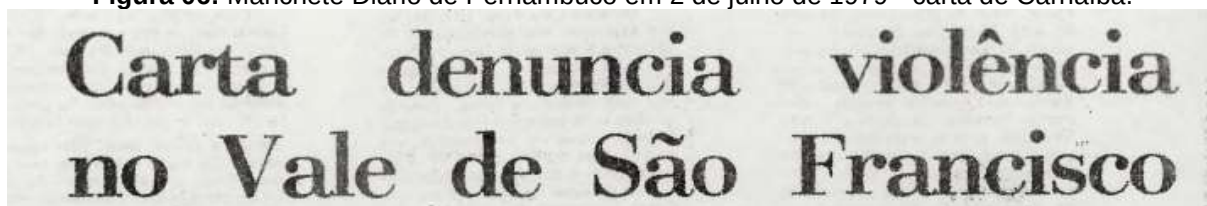
¹⁷ Segundo a Geografar: "Organizado em 23 agrovilas, com lotes para moradias e parcelas rurais, destinou-se, inicialmente, a reassentar a população expropriada pela construção da Usina Hidroelétrica de Sobradinho" (Geografar, UFBA).

permanecerem na área, a população resistiu. Determinados a ficar na região, muitos tentaram alcançar alternativas dadas a uma minoria: ocupar as bordas do lago.

Reivindicaram que vantagens ofertadas no PEC-SR fossem reproduzidas nessas áreas e, recusando as soluções que negavam suas solicitações, a população se manteve na região, o que consequentemente agregou mais complexidade ao processo. Registra-se que, em 1977, o PEC-SR elaborado pela empresa consultora Hidroservice, a pedido da CHESF, tenha recebido apenas 25% da população prevista inicialmente (Costa, 1990), com relatos de algumas famílias que, mesmo seguindo para o PEC-SR, retornaram posteriormente para as proximidades do rio.

O que poderia ser amenizado com escuta ativa e indenizações justas¹⁸ foi resolvido com violência e descaso. Em meados da década de 1970, somam-se relatos de intimidações e agressões, como evidenciado na manchete do Diário de Pernambuco (figura 06) (CONTAG, 1979). Declarada área de segurança nacional, a violência nos meios de persuasão era institucionalizada.

Figura 06: Manchete Diário de Pernambuco em 2 de julho de 1979 - carta de Carnaíba.



Fonte: CONTAG, 1979.

A resistência da população, mesmo com os escassos meios para tal, foi capaz de indicar alternativas ao que estava sendo imposto. A contragosto, as áreas de borda do lago artificial, que nesse momento eram alvo de especulação, receberam núcleos que abrigaram parte dos realocados (Sigaud, 1986). Ainda assim, as consequências da ausência de um planejamento prévio e da relutância em estabelecer diálogo com a população atingida foram onerosas para os atingidos.

¹⁸ “Numerosos casos vêm apoiar esta reflexão, a exemplo da barragem de Sobradinho (Bahia), que foi construída há vinte anos atrás e onde alguns expulsos ainda não foram indenizados. [...]. Frequentemente, a empresa que tem a obrigação de compensar as famílias espera que os diálogos e as reivindicações sejam inaugurados pelos expulsos. Isto evidencia a falta de vontade e iniciativa da empresa e sua posição confortável porque frequentemente apoiada pelas autoridades e pelo poder judiciário” (Leturcq, 2009, p.08).

As narrativas da população afetada por processos de remoção forçada frequentemente descrevem momentos de angústia e desamparo. Como refletido por Tanaka *et al.* (2022), o Estado muitas vezes se vale de estratégias que buscam criminalizar as ocupações populares. Essas estratégias incluem o uso de “discurso arraigado no senso comum que criminaliza as ocupações populares e aciona táticas de desinformação que impõem às famílias uma negociação desigual no processo de remoção” (ibid., p.103). Essas táticas podem envolver formas de intimidação e ameaça psicológica, que às vezes culminam em violência direta. Durante esse processo, as famílias são confrontadas com ofertas e ameaças simultâneas, exacerbando ainda mais sua vulnerabilidade e sensação de desespero.

A cronologia dos eventos em Sobradinho não é clara, mas, como também concluíram Duqué (1980) e Sigaud (1986), a construção de núcleos e a realocação de muitos dos atingidos se deu de forma quase que simultânea. O que reforça o cenário de desespero é saber que muitos só deixaram suas origens já com o subir das águas. “O rio subindo e as pessoas em pânico ainda não realocadas fugindo das águas, as crianças morrendo afogadas, famílias inteiras desabrigadas na beira das estradas, suicídio, etc.” (Congresso Nacional, 1982, p. 265 *apud* Sigaud, 1986, p. 31). São relatos que descrevem o caso de Sobradinho como um forte exemplo de ações em que as barragens, mais uma vez, apresentaram-se como “nítido exemplo das tentativas do capitalismo em apagar definitivamente a história, a cultura e os modos de vida tradicionais” (Castro *et al.*, 2018, p.66).

O processo autoritário deixa nas entrelinhas e nos discursos preconceituosos a justificativa de que a relutância da população em deixar suas origens estaria na ignorância e no medo do desconhecido e do suposto progresso. Todavia, o que fica claro é que as imposições foram categóricas em manter a população fora de qualquer deliberação e desinformada dos processos que a afetariam. Como concluiu Sigaud: “a realocação da população em Sobradinho está mais próxima de uma operação militar para evacuar um território, do que de uma operação de reassentamento de uma população” (1986, p.31). O que talvez não fosse previsto é que, entre as muitas barreiras colocadas, ironicamente, os cidadãos de “segunda categoria” resistiram. Longe de apegos ignorantes ou de resistência cega às mudanças, as ações dos retirados pela barragem estão fundamentadas em suas histórias com o espaço, no

saber de cultivar as terras através da agricultura de vazante, no desejo de conservar as relações com as sedes municipais e nas relações de vizinhança (Duqué, 1980).

3.2.2 Atraídos ou induzidos

É difícil saber precisamente em que momento os deslocamentos da população na região passam a ser influenciados pela obra, mas a simultaneidade entre os eventos mostra uma urgência na retirada das pessoas para a chegada das águas. Diferente das movimentações em torno das conhecidas cheias e vazantes do rio, esse deslocamento foi guiado pelo desconhecido. A tentativa geral era de manter o vínculo com o Rio São Francisco em terras também cobiçadas por grandes projetos de irrigação para monoculturas, gerando competição por essas áreas. Dentre as alternativas conquistadas, algumas pessoas se juntaram aos novos núcleos urbanos reconstruídos, fixaram-se nos projetos para os realocados ou, individualmente, encontraram soluções. Entre essas, destaca-se a simultânea atração de pessoas para as proximidades da obra de construção da barragem e função das novas oportunidades de trabalho (Duqué, 1980) e consequente aglutinação de pessoas nas proximidades do canteiro da obra (Figura 07).

Figura 07: Acampamento popular na praça do Umbuzeiro em 1973.



Fonte: Acervo Evani Santos, autor desconhecido, 1973.

Como se pode imaginar, uma obra dessa magnitude, que encontra uma população carente de alguma maneira, foi vista como oportunidade de emprego,

recomeço, ou alternativa para os impactos que a própria barragem estava gerando. Trabalhadores regularmente vinculados à obra receberiam condições dignas de habitação, saúde, serviços e lazer, além de educação para suas crianças. Logicamente, estas eram condições desejadas por muitos, o que atraiu mão de obra de diferentes origens. Sejam vindos de municípios da região, de outras áreas do Nordeste, ou do país, muitos foram seduzidos pela possibilidade de oportunidades. Entre empreiteiras e subempreiteiras, a Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF) atraiu para Sobradinho mais de 30.000 pessoas (UASA, 1989), o que exprime um pouco da escala das questões enfrentadas. Neste grupo, estavam também parte daqueles que foram retirados de suas terras pela formação do lago, mas que, diferente de outros trabalhadores, não encontravam, muitos deles, as mesmas condições de moradia. Reunidos na periferia do canteiro, essa população mais carente enfrentou dificuldades para recuperar mínimas condições de subsistência. Em registro do Jornal de Sobradinho está descrito: “Onde hoje está implantada a Vila São Joaquim, aventureiros de todo o Nordeste aglomeravam em barracos de papelão, e flandre, e taipa com um expressivo contingente populacional” (Acervo COES, 1999).

Junto às problemáticas de trabalho escasso, fome e mortalidade infantil, somavam-se as dificuldades na relação de vizinhança e na adaptação às novas condições de vida naquela localidade. Segundo relatos dos moradores, o controle da vazão da barragem de Sobradinho em função da porcentagem de enchimento do lago gerou cheias frequentes e de escala nunca vistas, o que, associado à especulação, grilagem e cercamento de terras, retirou de muitos a capacidade de produzir meios para sobrevivência de suas famílias utilizando as margens do rio/lago. A organização popular junto às iniciativas da Diocese de Juazeiro foram chaves para a mudança dessa realidade, sobre a qual se centra este trabalho.

Em 1981, o acionamento da sexta e última turbina sinalizou a conclusão da obra da barragem e, com isso, os moradores de Sobradinho encontraram tempos ainda mais difíceis. Sem meios de subsistência, a fome passa a ser uma característica ainda mais frequente. Muitos daqueles que trabalhavam na obra se juntaram aos

agricultores e começaram a trabalhar na terra¹⁹. Para tanto, foi necessário reivindicar terreno, o que muitas vezes não foi recebido de forma pacífica pelo Poder Público.

O contraste entre a realidade que se apresentava em Sobradinho e o que se vivia no campo anteriormente é enfatizado nos relatos dos realocados. Ter cédulas de dinheiro na carteira, o que era incomum para muitos antes da barragem, não significava acesso a alimentos após a obra, gerando saudosismo aos períodos de agricultura de vazantes enquanto tempos gloriosos de fartura (UASA, 1989). Mesmo quando conquistavam acesso às terras, que eram muito concorridas, os agricultores encontravam a barreira de saber trabalhar o solo. As diferentes características topológicas, a necessidade de irrigação, a falta de recursos e as grilagens (UASA, 1989; Sigaud, 1986) somavam dificuldades à sobrevivência das famílias. Nesse cenário, formam-se as diversas associações que vão demandar, entre outras coisas, a reforma agrária, o acesso à meios de produção, além de discutirem as problemáticas de violência e saúde pública.

3.3 Sobradinho ocupação

Mapa 8: Vilas em Sobradinho e principais acessos.



Fonte: Google Earth, levantamento prefeitura e edição autora.

¹⁹ Segundo entrevista realizada em 14 de maio de 2023 com Willys Nunes, ex-membro da Associação do Canaã e da UASA, Secretário da Agricultura de Sobradinho .

Dada a magnitude da obra, decidiu-se por abrigar os trabalhadores nas proximidades do canteiro. Neste caso, a CHESF e subempreiteiras, enquanto empregadoras, foram responsáveis por prover habitação para os trabalhadores e suas famílias, o que se deu através da construção da Vila Santana e da Vila São Francisco. Com sede municipal em Juazeiro, a cerca de 50 km de distância (Mapa 5), outras infraestruturas também foram providenciadas e distribuídas entre essas duas vilas²⁰.

Sobradinho foi e ainda é dividida em três vilas: A Vila Santana, a Vila São Francisco e a Vila São Joaquim, que abrigavam famílias divididas de acordo com o estrato social. O que sempre me foi hostil - e foi parte do que me despertou o interesse em estudar Sobradinho - era a presença de guaritas que dividiam esses territórios. Nos relatos do entrevistado "Lá tinha guarita, e as vezes os guardas não deixavam entrar... e tinha o hospital da Chesf que era para atender só os funcionários Chesf. E o pessoal da Vila São Joaquim? Tinha que ir para Juazeiro, procurar outro rumo. Não passava não, lá não atendia." (Anjos, 2023). Afastadas por um espaço sem edificações, as vilas tinham e têm uma segregação clara, como é visível no Mapa 8. Mesmo com a desativação dessas guaritas e recente demolição, o espaço se encarrega em demarcar as diferenças entre as vilas.

A oeste do acampamento, nas proximidades da barragem, está a Vila Santana (Figura 8), inicialmente ocupada pelas famílias com funcionários de nível superior, a exemplo dos engenheiros. As casas, nesta vila, são térreas e estão isoladas no lote, com jardins à frente e cercas baixas. Originalmente, estas casas eram de três ou quatro quartos, sendo uma suíte, duas salas, cozinha, despensa, banheiros e quintal. Na mesma vila também estavam localizadas praças e infraestruturas, como cinema e clube com espaço de festas e piscinas.

²⁰ "O acampamento foi subdividido em duas unidades: Vila São Francisco (1.251 casas residenciais e 25 alojamentos), de uso por tempo determinado; e Vila Santana (171 casas residenciais e 98 alojamentos e prédios públicos), permanente. A primeira seria descartável após conclusão das obras e a segunda serviria ao pessoal de manutenção e operação da Usina Hidrelétrica. As casas eram confortáveis e seguras. As da Vila Santana comparavam-se a mansões. O acampamento era dotado de toda uma infraestrutura, contava com energia elétrica, rede de esgoto, hotel de trânsito, restaurantes, hospital, escola, supermercado, cinemas, clubes, campos de futebol, de um núcleo administrativo e aeroporto" (Cabiceira; Santos, 2003, p.26).

Figura 8: Vila Santana.



Fonte: Prefeitura de Sobradinho, autor desconhecido, 197?.

No centro de Sobradinho está a Vila São Francisco (Figura 09), contando com um número maior de casas, que abrigava outros trabalhadores “Chesfianos”. Além de alojamentos coletivos, a tipologia construtiva do uso unifamiliar nesta vila era de casas térreas geminadas com dois quartos, sala, cozinha, banheiro social e quintal. Esta vila concentrava pequenas praças, escolas, um clube e um hospital.

Nas duas vilas, existiam também edificações térreas destinadas a alojamentos coletivos para os trabalhadores solteiros ou que estavam em Sobradinho sem suas famílias. Entre os ambientes dessas habitações, vale ressaltar que, nessas duas vilas, as casas tinham banheiros, o que não era comum às habitações precárias da Vila São Joaquim. Entre a Vila Santana e a Vila São Francisco, existia também uma guarita – que, em entrevista com representante da Chesf, era justificado como um controle para os materiais da obra, mas que também pode ser lido como uma clara segregação entre as classes sociais.

Figura 09: Vila São Francisco.



Fonte: Prefeitura de Sobradinho, autor desconhecido, 197?.

No extremo leste desse território, acumulavam-se barracas dos que chegavam em busca de alternativas de trabalho, moradia e recomeço. Em um acampamento precário, os “atingidos” e atraídos pela obra se reuniam. Em busca de trabalho na barragem, de lotes para reconstruir suas casas ou de terras para produção agrícola, era na Vila Papelão, apelido inicial desta localidade antes de ser denominada Vila São Joaquim, que essas pessoas encontravam nas dificuldades algo em comum. No texto de Silva (2012):

[...] em maior número [de moradores], trabalhadores sem qualificação profissional, ‘os peões’, habitavam em barracos de papelão, madeira e flandres, construídos pelos mesmos em uma área que após a conclusão da obra, foi loteada pela CHESF e cedida à população que ali permaneceu, recebendo assim o nome de Vila São Joaquim [...] (Silva, 2012, p.8).

O cenário de disparidade da Vila São Joaquim (Figura 10 e 11) em relação às outras Vilas se dá desde a sua formação, o que, claro, reforçava-se na presença das guaritas. Nos relatos do entrevistado:

A Chesf quem fez as casas da Vila São Francisco, até hoje ainda tem casa do jeito que foi feita. Ela fez umas casas para funcionário, a Chesf fazia direito, fazia cada rua e avenida com as casas daquela forma pegada uma na outra [geminada], como casa popular...e lá tinha água, lá dentro tinha água [potável e encanada]. Mas cá [na Vila São Joaquim] aqui na casa da gente é que não tinha... Na Vila Santana a mesma coisa, mas as casas já eram melhores, que era a casa de engenheiro. (Anjos, 2023)

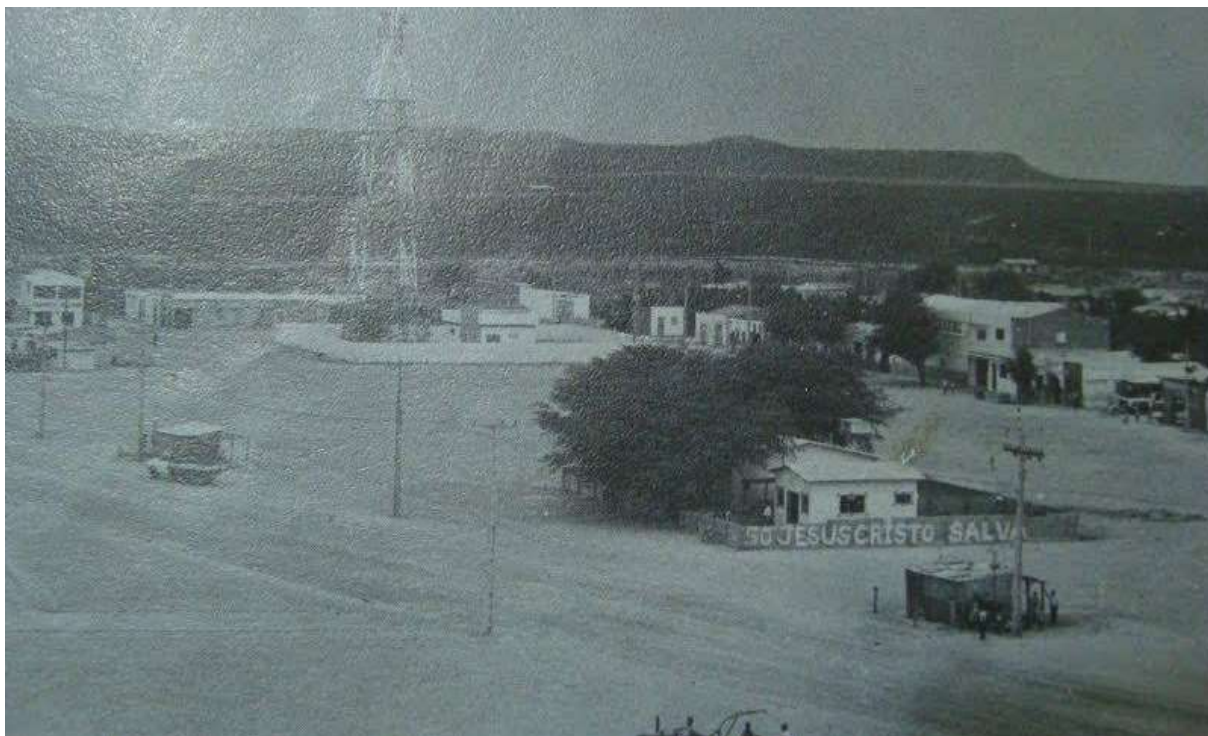
O caráter improvisado das habitações, as quais levaram ao apelido inicial de Vila Papelão, refletia em muito a qualidade de vida das pessoas. Parte considerável dessa população tinha suas origens em áreas rurais e suas relações de vizinhança pautadas na solidariedade entre os moradores de suas localidades. A “junção em núcleos de povoados anteriormente desconectados provavelmente está na raiz de alguns problemas sérios que afetam esses agrupamentos no momento atual e que podem atingir a coesão social da população reassentada” (Sigaud, 1986, p.59). Com a escassa infraestrutura de habitação e a reunião de pessoas de diferentes origens, não demorou para que os problemas sociais se somassem e intitulassem a vila como Cai Duro, em referência à violência cotidiana característica.

Figura 10: Situação da ocupação popular da Vila São Joaquim em 1979.



Fonte: Acervo COES, autor desconhecido, 1979.

Figura 11: Situação da Vila São Joaquim em 1979.



Fonte: Acervo COES, autor desconhecido, 1979.

As dificuldades encontradas por esses moradores iam além do convívio social. A falta de acesso à água encanada obrigava a atividade cotidiana de ida ao chafariz para as necessidades básicas da casa que, somado à falta de acesso a serviços de esgotamento sanitário, conformou o cenário de problemáticas de saúde pública. A preocupação com a cólera e com as altas taxas de mortalidade infantil estavam entre as reclamações daqueles que já se organizavam para reivindicar melhores condições de vida ao Poder Público. Neste período, chega a ser registrada as mortes de 37 crianças por mês, representando uma mortalidade de 90 a cada 1000 (UASA, 1989).

Nos relatos narrados por ex-barrageiro e líder da associação Agrícola de São Joaquim, José Balbino de Souza:

Em 1979, a madeira começou a arriar e em 1980 já estava todinha deitada de vez [...] de repente, todo mundo ficou sem endereço, sem dinheiro, sem nada para encher o buquinho das crianças. Um companheiro nosso enforcou-se na tarrafa, depois de uma noite de frio nas Barraca do Velho Chico, sem pegar um peixe que fosse para matar a fome da família (Acervo COES, 1999).

O plano inicial da CHESF era que as construções feitas para receber os trabalhadores formais e na Vila São Francisco fossem destruídas, restando as edificações da Vila Santana que serviriam aos encarregados da manutenção da

barragem²¹. Isso não seria um problema, uma vez que as empreiteiras, subempreiteiras e profissionais da CHESF já chegaram ao acampamento preparados para este evento - realidade diferente da maioria dos que se aglomeravam na vila São Joaquim e que, com o final da obra, permaneceram em Sobradinho. Sobre a habitabilidade desta Vila:

As condições de vida na Vila São Joaquim sempre foram precárias. Não há esgoto, coleta de lixo ou distribuição de água. As ruas não possuem pavimentação, o transporte público é altamente deficiente, assim como a distribuição de energia. Na vila ainda existe um matadouro e uma feira livre, ambas sem condições sanitárias adequadas (Acervo COES, 1999).

Ainda durante a obra, e aparentemente junto às pressões populares para alternativas que os mantivessem nas proximidades do rio, foi elaborado um plano que ordenou o espaço e distribuiu lotes habitacionais para a população que já vivia ali e para aqueles que ainda estavam sendo reassentados ou atraídos. Hoje, em 2024, a Vila São Joaquim é o centro das principais atividades municipais de Sobradinho. É lá onde as basilares atividades de comércio se desenvolvem, onde está situada a prefeitura do município e as instituições bancárias da cidade. Tudo isso em um traçado urbano regular, agora já expandido, que se desenvolveu onde antes estiveram as barracas daqueles ditos “cidadãos de segunda categoria”.

Após a conclusão da obra da hidrelétrica e da decisão de parte da população em permanecer na região, somam-se reivindicações frente à prefeitura de Juazeiro. Dado o cenário de fragilidade e de vulnerabilidade que se instalou, fica claro que os moradores de Sobradinho eram mais uma vez relegados pela iniciativa pública. Logo a demanda pela emancipação ganha força e é finalmente conquistada em 1989. O processo que leva à emancipação do município, caracterizado pela fixação da população nas estruturas estabelecidas durante a construção da barragem, implica em certa centralidade dos debates populares na sede da cidade, embora muitas das movimentações sociais ocorram no âmbito rural e agrícola. Essa dinâmica é um dos exemplos da complexidade em estabelecer os limites duais entre o que é urbano e rural no caso de Sobradinho. Como desenvolvido por Monte-Mór (2007), enquanto a

²¹ Segundo relato de João Paulo Maranhão de Aguiar, que foi engenheiro Geral da CHESF em Sobradinho. Sua vivência no acampamento, além da entrevista realizada ainda em fevereiro de 2020, aparece em muitos dos relatos dos entrevistados. De certa forma, “Dr. João Paulo”, como é chamado, era responsável pela ordem entre moradores e a Chesf (ao que parece também com as subempreiteiras), resolvendo desde conflitos entre os moradores, quanto ofertando empregos.

industrialização se concentrou em algumas capitais estaduais e cidades monoindustriais, a urbanização ocorreu em uma escala mais ampla, resultando no crescimento de cidades de diversos tamanhos em todo o território nacional, além do surgimento de novos municípios. Assim, ao refletir sobre as diferenças entre cidades como Sobradinho e as cidades industriais, é preciso considerar não apenas a centralidade urbana, mas também as especificidades das novas configurações territoriais resultantes desses processos.

Entre as claras características que afastam cidades como Sobradinho da realidade das cidades industriais está a evolução da população residente nesse contexto específico. Ao longo do tempo, Sobradinho experimentou mudanças demográficas que refletiram tanto os impactos da construção da barragem quanto às dinâmicas socioeconômicas da região. Conforme a Tabela 2, dados sobre o número de habitantes ao longo dos anos revelam um padrão de crescimento populacional condicionado pelos processos de urbanização e desenvolvimento local. Especificamente, é possível observar uma tendência de aumento da população durante os primeiros anos após a construção da barragem, impulsionada pelo fluxo migratório de trabalhadores e suas famílias em busca de oportunidades associadas à obra e às atividades econômicas relacionadas à hidrelétrica. No entanto, é importante considerar que esse crescimento populacional teve uma leve estagnação e alguns declínios nos anos próximos à conclusão da obra. Essas oscilações demográficas podem ter sido influenciadas por uma série de fatores relacionados ao término da construção da barragem, incluindo políticas governamentais - ou a ausência delas - e mudanças na estrutura produtiva.

Tabela 2: Evolução da população de Sobradinho ao longo dos anos.

ano	1973*	1974*	1975*	1976*	1977*	1978*	1979*	1991**	2000**	2010**	2022**
população	5.927	6.650	12.101	17.011	17.898	16.489	18.512	21.208	21.325	22.000	25.475

*dados coletados pela cooperativa Educacional de Sobradinho

** dados coletados pelo IBGE através do censo decenal.

Fonte: IBGE.

Os indicadores de Sobradinho, enquanto parte do município de Juazeiro até 1989, tem como base principal as pesquisas socioeconômicas realizadas pelo COES e disponibilizados em sua biblioteca. Na medida em que o município é emancipado,

os dados censitários passam a ter origem no IBGE e apontam para certa estagnação no crescimento populacional, sempre por volta dos 20 a 25 mil habitantes.

4 MOBILIZAÇÃO SOCIAL E PLANEJAMENTO POPULAR EM SOBRADINHO

O planejamento popular enquanto instrumento de ação política em Sobradinho começa a se delinear na mobilização popular em torno das associações que se constroem a partir dos deslocamentos compulsórios, do descaso referente às opções de realocação da população e da consequente vulnerabilidade na coesão política popular. Este capítulo está dividido em três subitens, abordando o planejamento popular autônomo, o conceito de insurgência e suas especificidades no contexto brasileiro, além de vislumbrar como esse processo inicia em Sobradinho com a formação de um sujeito coletivo.

4.1 Planejamento e conflito

O planejamento, em um sentido ampliado, é um processo de ação política para reivindicar direitos, mobilizar recursos e buscar apoios e alianças. Ele vai além da elaboração de planos, podendo incluir a ocupação de espaços públicos e a contestação de planos oficiais, enquanto os sujeitos políticos organizados negociam com o Estado para equilibrar as relações de poder (Tanaka, 2016). Ainda que a definição do que é planejamento autônomo possa ser fluida e se altere conforme as conjunturas, ele está orientado “como resposta às tentativas do Estado de impor uma

solução urbana única" (Tanaka et al, 2019). Nesse contexto, a análise dessas práticas autônomas em contextos de conflito originou a noção de planejamento conflitual, onde o conflito impacta diretamente o processo e os resultados do planejamento (Ibidem).

Esse planejamento é acionado por aqueles que estão inicialmente destituídos de poder e que se reconhecem como coletivo político para resistir a ameaças e lutar por reconhecimento. Esses indivíduos, muitas vezes forçados a viver na informalidade, ocupam e negociam espaços políticos, estabelecendo acordos e transitando entre o formal e o informal. Esse "jogo de poder" presente nesse processo de planejamento reflete a complexidade das relações de produção do espaço urbano. Nesse sentido, embora exija tempo, o planejamento é frequentemente determinado pela urgência de um contexto político marcado por ameaças iminentes. É neste cenário que o planejamento popular reivindica a criação de uma esfera pública onde prevaleçam a legalidade, a ética e o reconhecimento de direitos conquistados. Para tanto, ele inclui a ocupação de espaços inventados e institucionalizados e a mobilização de ações e recursos na luta contra a remoção (Tanaka, 2016).

Em Sobradinho, os eventos em torno das realocações para a barragem já eram marcados por conflitos de interesses e continuaram acontecendo nos núcleos que se formaram depois da barragem. Esses conflitos surgem de diferentes forças sociais que não estavam estabelecidas "a priori, mas se constituem no próprio processo" (Sigaud, 1985, p.34). Quando se pensa na organização social e espacial dos povoados anteriores à barragem, fala-se em relações que se expressam desde a comunhão em festas locais até formas de ajuda mútua na construção de casas e preparação de áreas de cultivo.

Essa estrutura organizacional não só é interrompida com o reassentamento, mas também reconfigurada em novas ocupações que muitas vezes induziam a junção de povoados com características diversas. Ainda que novos problemas sociais tenham surgido na aproximação de pessoas de diferentes origens e que antes estavam distanciadas pelo espaço e pelos hábitos, novas organizações também se estabelecem. As similaridades históricas e culturais, expressas na solidariedade entre os povoados, encontram espaço nas tentativas de resistência. Como dito por Tanaka *et al*:

No processo de organização coletiva para a defesa da moradia, populações subalternas elaboram um discurso que confere unidade e legitimidade à sua

ação, uma narrativa que com forma uma história compartilhada e um discurso de direitos, e leva à composição de alianças (em torno desse discurso) para se contrapor a um projeto que se apresenta sob o argumento de “interesse público”, sustentado por um discurso técnico (Tanaka *et al*, 2019, p.101-102).

Relegados pelo Poder Público, com a sede municipal ainda localizada em Juazeiro, as questões da população subalterna da região de Sobradinho encontravam espaço de debate nas organizações populares. Nesse contexto, novas entidades surgem, com destaque para as ações das associações e da Diocese de Juazeiro. Frente às demandas urgentes de saneamento, acesso à água e educação, bem como a alta taxa de mortalidade infantil e a frequente associação de episódios violentos às proximidades do prostíbulo, medidas não estatais foram adotadas. Ações de conscientização sobre higiene para prevenir a cólera, assim como iniciativas de capacitação de mulheres em situação de vulnerabilidade, ocorreram paralelamente aos eventos promovidos pelas associações, os quais serão discutidos posteriormente. Notadamente, Dom José Rodrigues²² é evidenciado ainda hoje nos discursos da população local enquanto figura progressista dentro da Igreja Católica voltada para as causas sociais. Com atividades voltadas para os jovens e para inserção das mulheres em novos ofícios, a Diocese contribuiu para reestruturação e organização popular.

Em paralelo, a necessidade de meios para produção agrícola engaja a população em torno das associações. Muitos daqueles que ficaram em Sobradinho migraram da construção civil para a agricultura. Logo, a reunião dos produtores rurais em Sobradinho não se limitou apenas às suas diferenças e desafios individuais; pelo contrário, características de colaboração foram evidentes, impulsionadas por demandas comuns, como acesso à terra, água, insumos e capacitação. Essa cooperação entre os agricultores não ocorreu sem enfrentar desafios, especialmente em relação à posse da terra. As disputas territoriais “não se realizam sem resistências e contestações que, quando coletivas e difusas, apresentam módicas, porém importantes ressignificações às lutas por permanência territorial” (Pontes *et al*, 2021, p.550). Somam-se associações que passam a exigir as terras devolutas nas proximidades da Vila São Joaquim para produção e a repreender os episódios de

²²De acordo com o artigo "Faleceu Dom José Rodrigues de Souza, o bispo dos excluídos" publicado no site Geografar UFBA: “Ainda em tempos de ditadura, dom José marcou a vida do povo sanfranciscano pela atitude firme e destemida, em defesa dos direitos da população pobre das caatingas, beira do rio e periferias urbanas. As pobres “vítimas do desenvolvimento” (barragem de Sobradinho, projetos de irrigação etc.) eram os seus preferidos, como Jesus.” Recuperado de <https://geografar.ufba.br/faleceu-dom-jose-rodrigues-de-souza-o-bispo-dos-excluidos>

grilagem sobre os espaços já conquistados. Como todo o processo em torno de Sobradinho, as reivindicações tiveram como contexto cenários de conflito e repressão, seja pelo Estado ou seja por aqueles interessados pelas mesmas áreas, trazendo, no outro sentido, mais bagagem para criação de uma identidade comum, expressada através das associações, as quais, em 1987, somavam 23 entidades. É na construção dessa coletividade com foco em práticas de defesa de interesses e vontades comuns que se constitui o sujeito coletivo (Tanaka *et al.*, 2019;2022).

Os eventos em torno da hidrelétrica criaram e acrescentaram novas complexidades para o contexto social de Sobradinho. A natureza conflituosa do cotidiano durante e após a obra não só expressa os problemas aos quais os atingidos foram submetidos, como indicam a tentativa da construção de condições mais justas. Esse aspecto contrapõe-se a visão dominante do conflito como disfuncional, conforme destacado por Vainer (2013). É no contexto de conflito que organizações populares surgem e se estabelecem: em escala nacional, o Movimento de Atingidos por Barragens (MAB)²³ emerge como reação aos deslocamentos compulsórios, às indenizações irrisórias, à degradação da qualidade de vida e à destruição das comunidades e identidades culturais das populações atingidas.

4.2 Insurgência ou sobrevivência?

Nesse contexto, insurge em Sobradinho o planejamento elaborado por um conjunto de associações. Reunidas na União de Associações de Sobradinho e Arredores (UASA), atuavam à margem das estruturas estatais. As associações que se formam a UASA estão localizadas em sua maioria no território que, posteriormente, viria a ser concretamente o município de Sobradinho, porém havia algumas também em Casa Nova, Juazeiro e Sento-Sé. Aqui, a ferramenta da “associação” é vista como um mecanismo crucial para articular estratégias defensivas e ofensivas (Lüchmann, 2014).

²³ “O Movimento de Atingidos por Barragens é hoje um movimento nacional, com presença praticamente em todas as regiões e bacias hidrográficas do país. Surgiu ao final dos anos 1970 e pode ser entendido como resposta das populações atingidas por grandes barragens aos deslocamentos compulsórios, às indenizações irrisórias, à degradação da qualidade de vida, à destruição de suas comunidades e identidades culturais, à degradação do meio ambiente e da base material de suas atividades produtivas. Suas lutas vêm questionando o autoritarismo tecnocrático que caracteriza o planejamento energético brasileiro” (Vainer, 2013, p. 139).

É importante ressaltar que, no Brasil, a produção acadêmica sobre planejamento popular é amplamente influenciada pela literatura sobre planejamento insurgente, comunitário progressista ou radical, muitas vezes construída com base em experiências dos países centrais (Angotti, 2008; Miraftab, 2009; Holston, 1996 *apud* Tanaka *et al.*, 2022), o que contrasta significativamente com a realidade encontrada em Sobradinho. No campo das dinâmicas sociais e políticas, o conceito de planejamento insurgente ocorre como planejamento alternativo para comunidades marginalizadas, seja em assentamentos informais, seja em “municípios em ex-colônias ou comunidades desfavorecidas no estômago da besta – a América do Norte e a Europa Ocidental” (Miraftab, 2016, p.367).

Segundo Miraftab (2016), o conceito de planejamento insurgente pode ser entendido como um tipo de planejamento alternativo que emerge a partir das práticas de comunidades subalternas. As principais características desse conceito estão balizadas por três princípios classificados pela autora enquanto: transgressão no tempo, lugar e ação; contra e anti-hegemonia; e imaginação. As práticas de transgressão no tempo, lugar e ação superam as falsas dicotomias entre espaços convidados e inventados do ativismo e constroem solidariedades transnacionais, movendo-se além dos limites temporais com uma consciência histórica. A característica contra e anti-hegemônica, nesse contexto, está em desafiar e desestabilizar relações especificamente capitalistas. Já o princípio imaginativo estaria na capacidade que essas práticas têm de recuperar o idealismo por novas formas de ação e participação na promoção de uma sociedade mais justa.

O planejamento insurgente visa abrir espaço para outras formas de ação além daquelas sancionadas pelos grupos dominantes. Enquanto a ação orquestrada pelos grupos dominantes é nomeada por Miraftab (2016) como “espaços de ação convidados”, os espaços criados por aqueles que são constantemente marginalizados como forma de insurgência são os “espaços de ação inventados”.

Reconhecendo a relevância das reflexões de Miraftab no debate sobre planejamento insurgente, é importante destacar as observações de Tanaka *et al.* (2022) quanto à adequação deste conceito em contextos específicos como o brasileiro. Os autores apontam que, embora algumas interpretações de autores estrangeiros, como Miraftab, validem realidades das favelas cariocas e apoiem a

classificação de iniciativas como "experiências autônomas de construção de um espaço da cidade, apesar do poder público e de suas regras" (Ibid., p. 113), há dimensões específicas que são difíceis de conceituar como insurgentes. No caso das favelas cariocas, a análise revela que noções e conceitos importados podem ser insuficientes para entender plenamente os processos de planejamento autônomo no Brasil. Apesar do valioso potencial analítico das análises de autores como Miraftab (2009; 2016), práticas de exploração, como a construção de minúsculas habitações para aluguel a preços exorbitantes, dificultam a classificação dessas iniciativas como insurgentes. As disputas entre agentes na produção do espaço nas favelas criam um "ambiente complexo que apenas em casos e conjunturas específicas poderia proporcionar as condições necessárias para aglutinar mobilizações sociais que resultassem em movimentos contra-hegemônicos" (Tanaka *et al.*, 2022, p. 113).

A respeito dos conceitos de espaços convidados e inventados, nos casos brasileiros, os espaços convidados são frequentemente limitados e muitas vezes excluem a participação de grupos que o Estado não reconhece (Tanaka, 2017). As experiências de resistência à remoção mostram a importância de analisar os espaços de negociação política, muitas vezes temporários e não institucionalizados. Nesses espaços inventados, os sujeitos políticos conseguem algum grau de reconhecimento e legitimação, forçando as autoridades a comparecerem e negociarem os termos de participação apesar das disparidades de poder e recursos políticos. Esses espaços, criados pela pressão política, são transitórios e reivindicados como esferas públicas, embora limitados pelas dinâmicas de poder (Ibid.).

Tais soluções transitórias podem gerar avanços efetivos dependendo do contexto, do alcance da ação política dos grupos subalternos e de sua capacidade de manter a pressão e a visibilidade pública. Para Tanaka *et al.* (2022), nos processos de planejamento em contexto de conflito social no Brasil, especialmente em conflitos entre moradores e projetos públicos ou privados, as vitórias dos moradores, mesmo que pequenas e parciais, dependem quase sempre de ações ou investimentos do poder público, o que exigiria dos grupos subalternos não apenas a atuação nos espaços inventados, mas também nos espaços convidados controlados pelo Estado.

Buscando reflexão crítica semelhante, Sobradinho se relaciona em diferentes graus com as características de demais movimentos de planejamento insurgente

brasileiro. Embora alguns aspectos aproximem as lutas subalternas registradas nos casos tratados por Tanaka *et al.* (2019) no Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Fortaleza e Salvador, o contexto social específico de Sobradinho traz à tona especificidades do sertão nordestino.

Além do acesso à assistência técnica ou outras formas de capacitação e acesso a conhecimento que corrobora com suas lutas limitada no episódio de Sobradinho, a principal distância entre os casos está na forma de ocupar o espaço. Visto que a população que insurge no planejamento popular autônomo da UASA foi alvo de uma série de violências decorrentes da construção da barragem de Sobradinho, a coesão e identificação entre os atores enfrenta um cenário diferente daquele encontrado pelos cariocas.

Por outro lado, ainda que as investidas dos grileiros sobre as terras em disputa sejam comuns aos dois casos, as negociações internas necessárias à organização popular em Sobradinho não precisavam enfrentar organizações autoritárias como as milícias cariocas, como no caso das dificuldades enfrentadas pela Articulação Plano Popular das Vargens, no oeste do município do Rio de Janeiro. Nesse contexto, a própria questão da terra e a defesa pelo direito de plantar aproxima Sobradinho do caso das Vargens, não obstante a escala das ações em prol da ocupação popular da terra seja diferente.

Outro aspecto relevante que difere a UASA das demais organizações populares citadas é a relativa autonomia financeira com relação ao poder público que alguns projetos do grupo conquistaram. A possibilidade de alcançar recursos junto a órgãos do terceiro setor vinculados à igreja católica, muitas vezes com base em investimentos vindos de outros países, fez com que, posto que com posicionamento político de oposição ao governo municipal e do estado, algumas ações do grupo pudessem ser viabilizadas.

Nesse contexto, nas associações e nos demais “espaços inventados” em torno da UASA, as práticas de movimentos sociais e associações não se limitam a objetivos individuais, mas almejam alcançar mudanças sociais e políticas mais amplas. Para isso, frequentemente, é preciso se “mover através e entre aqueles espaços de acordo com as necessidades específicas da luta” (Miraftab, 2016, p.369).

Os movimentos sociais, caracterizados por sua natureza conflituosa e articulada, vão além das simples associações, buscando identidades coletivas compartilhadas em torno de questões políticas e culturais (Lüchmann, 2014). Assim como na UASA, eles se constituem como “redes de interações informais que promovem a conexão entre diferentes indivíduos, seja em grupos ou associações, estimulando relações baseadas em “uma identidade coletiva compartilhada” (Diani; Bison, 2010, p.220).

No contexto das dinâmicas sociais e comunitárias, “a proliferação de associações e consórcios municipais, os projetos de assentamentos, as cooperativas de produtores e consumidores, as organizações várias da sociedade civil permitem novas formas articuladas das especializações locais” (Monte-Mór, 2007, p.108), ainda que muitas vezes essas práticas insurgentes sejam mais ou menos marginalizadas e criminalizadas pelo Estado e poderes corporativos (Miraftab, 2016). Apesar de não oferecerem um plano urbanístico formal, as práticas dos movimentos sociais são essenciais para desafiar “a besta da ganância urbana” na luta pela imaginação e descolonização do futuro rumo à criação de novas formas de ação que se aproximem da justiça espacial (Ibidem, 2016).

Um exemplo concreto dessas lutas é apresentado por uma ex-membro da UASA²⁴ que ainda hoje trabalha em prol dos trabalhadores rurais em Sobradinho. Em entrevista, ela relembra as intensas ações realizadas durante as ocupações de terras devolutas e nos protestos ocorridos na sede municipal de Juazeiro e Salvador - eventos muitas vezes recebidos com violência, seja pelo uso de tratores e máquinas contra os manifestantes nas áreas rurais, seja pelo descaso político diante dos acampamentos instalados em frente aos órgãos públicos, onde buscavam respostas para suas demandas.

Apreciando as reflexões de Tanaka *et al*:

Diante de relações que lhes são amplamente desfavoráveis, moradores ameaçados são confrontados com um arbítrio reiterado que busca a inculcação forçada de uma condição inferior, de naturalização de uma subcidadania. As invasões de suas casas e as remoções forçadas, realizadas brutalmente no decorrer de operações policiais, constituem uma modalidade de sujeição e naturalização desta inferioridade legal, impostas aos seus lares

²⁴ Entrevista realizada em 06 de junho de 2023. Josefa Rita da Silva foi membro fundadora da UASA e atualmente a frente do sindicato de trabalhadores Rurais de Sobradinho-BA

e a suas famílias, cujas autonomia e intimidade são metodicamente desrespeitadas e negadas (Tanaka *et al*, 2022, p.103).

Confesso que a compreensão do termo "planejamento insurgente" como referência às ferramentas dos movimentos populares oscila no meu imaginário de pesquisadora. Enquanto, em alguns momentos, entender o planejamento insurgente como algo de baixo para cima - onde a população toma a frente na resolução das questões coletivas - parece explicar os eventos em Sobradinho, em outros, medidas mais pacificadoras com o objetivo de pleitear algo junto ao Poder Público parecem menos radicais ao que está posto. Todavia, as reflexões de Miraftab (2016) e de Tanaka *et al.* (2022) elucidam as práticas do planejamento popular autônomo enquanto ação que demanda negociações que se dão através de interações entre espaços convidados e inventados. Como bem, destacou Tanaka (2017):

Identificou-se, ainda, um terceiro espaço, resultado da luta política. Seriam os espaços "tomados" de negociação política. Os sujeitos políticos, não encontram espaço para suas pautas nos espaços convidados, e através dos espaços inventados, conquistam legitimidade. Em momentos em que se abrem oportunidades políticas, conseguem instaurar um terceiro espaço, um espaço de negociação, onde autoridades públicas são forçadas a comparecer, e inclusive negociar os termos de participação (Tanaka, 2017, p.267).

Como observado por Faria e Pontes (2016), que discutem o que chamam de planejamento "militante" a partir da experiência do Paraná, a concepção de planejamento insurgente, subversivo ou conflitual, pode variar e questionar a tendência sistêmica, posicionando o conflito na própria origem do planejamento. No contexto brasileiro, para se atribuir a noção de "radical" ao planejamento autônomo, seria preciso que esses representassem uma ruptura com processos de gestão e de apropriação social do espaço (Tanaka *et al.*, 2022). Logo, conquanto as ações da organização popular em Sobradinho tenham contribuído para desafiar as estruturas dominantes e buscar soluções mais justas e inclusivas para as questões coletivas, entende-se que em alguns momentos elas possam parecer menos contestatórias.

As realocações compulsórias e o rastro de destruição da barragem de Sobradinho se dão no contexto da ditadura militar no Brasil, quando as possibilidades de insurgência eram duramente reprimidas. Além disso, é importante entender que o planejamento institucionalizado, esse contexto, por mais que se auto enalteça enquanto busca para atender ao bem público, está frequentemente a serviço de

interesses incoerentes a este objetivo Miraftab, (2016). Ainda assim, resistir às remoções até o último momento, traçar alternativas para permanecer nas bordas do lago, reivindicar terras e meios de produção, e lutar pela emancipação do município para dar voz às suas demandas, todas essas foram, em maior ou menor escala, formas que esses grupos encontraram para insurgir.

A reflexão de Tanaka *et al* (2019) sobre os casos de planejamento insurgente no contexto brasileiro destaca casos como o Plano Popular da Vila Autódromo²⁵ e a Articulação Plano Popular das Vargens²⁶, que podem assemelhar-se ou distanciar-se do caso de Sobradinho em diferentes pontos. Assemelha-se, por exemplo, quando em todos esses casos, inclusive em Sobradinho, refere-se à organização de "grupos populares e movimentos sociais que ousaram, em condições adversas, resistir aos poderes de ordem estatal e empresarial que visavam sua desterritorialização" (Tanaka *et al*, 2019, p.160).

Conforme reflexões de Tanaka *et al* (2019), a ameaça de remoção imposta pelo Estado motiva a mobilização popular, que se utiliza de diversos repertórios de ação para confrontar os interesses dominantes e reivindicar seus direitos. Essa organização popular é crucial para enfrentar as estruturas de poder que perpetuam a exclusão social e espacial. Tais movimentos articulam aliados e constroem coletivos de planejamento para defender seus direitos e questionar as estruturas de produção do espaço urbano (Tanaka *et al*, 2019). No entanto, é importante reconhecer que, muitas vezes, as ações consideradas insurgentes em outros contextos (Miraftab, 2009) se mostram mais pragmáticas e menos contra-hegemônicas no Brasil (Tanaka *et al*, 2019). As experiências de planejamento autônomo, embora não tão radicalizadas como sugere Miraftab (2016), ainda são relevantes e desafiadoras dentro de seu contexto específico (Tanaka, 2017). A UASA, por exemplo, não pode ser classificada como completamente insurgente, mas suas práticas autônomas merecem destaque. Embora possam não transgredir as fronteiras estabelecidas tão radicalmente quanto

²⁵ "Comunidade popular ameaçada de remoção em função de sua proximidade com o Parque Olímpico, Jogos Rio 2016 [...] Através do Comitê Popular da Copa e Olimpíadas conseguiu apoio de assessorias técnicas universitárias para a elaboração do Plano Popular da Vila Autódromo, um de seus principais instrumentos de luta política, junto com uma campanha de comunicação." (Tanaka *et al*, 2019, p.04)

²⁶ "Operação Urbana Consorciada - OUC apresentada como projeto de lei pela prefeitura após os Jogos Olímpicos de 2016 ameaça mais de 40 comunidades na principal área de expansão do capital imobiliário da cidade. Lideranças locais criaram a Articulação Plano Popular das Vargens" (Tanaka *et al*, 2019, p.04).

as descritas por Miraftab, as ações da UASA representam uma forma de resistência e engajamento que desafia as estruturas de poder estabelecidas na região.

4.3 De grupos isolados à união

Os moradores da Vila São Joaquim, localizada em Sobradinho (Juazeiro-BA) vêm há muito tempo reivindicando ações de saúde e saneamento que transformem o padrão de vida da população que nela reside. Através de suas organizações comunitárias têm lutado com melhores condições de vida, nas formas que consideram mais viáveis (Acervo COES, 1980).

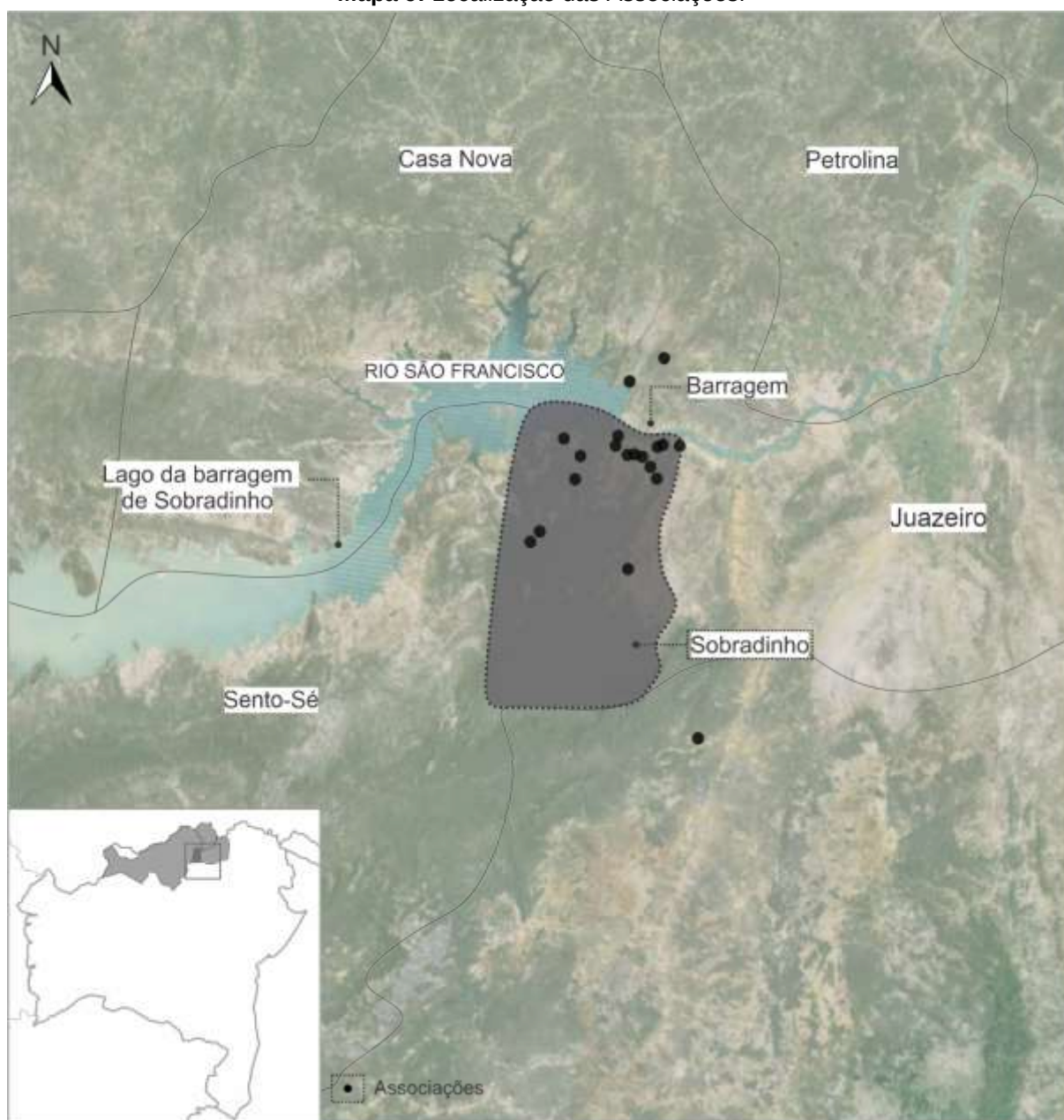
A vivência de escassez e vulnerabilidade à qual a população de Sobradinho foi sujeitada durante e depois da obra da barragem exigiu união e organização das suas reivindicações. A definição das forças que se formaram durante os conflitos na região - que não estavam pré-estabelecidas, tampouco tinham pautas determinadas - são indícios da urgência da participação popular nas decisões que influenciam suas vidas. Foi o cenário que enfrentaram diante das intervenções do Estado que as pressionavam para a luta em torno de objetivos em comum. No enfrentamento às estruturas de poder, a criação de um sujeito coletivo se apresenta em Sobradinho através do surgimento das associações. Voltadas para as atividades de pesca, caprinocultura e agropecuária, 23 associações foram criadas no fim da década de 1980. A criação de cada associação não foi linear, e suas histórias vão além do momento em que foram formalizadas.

Os dados sobre Sobradinho neste trabalho têm como base não só pesquisas realizadas pelo IBGE, documentos oficiais ou documentação produzida pela UASA, mas também relatos coletados em entrevistas realizadas na região. Juntas, essas informações auxiliaram na composição dos fragmentos da história dos eventos estudados. Como muitas das associações já foram desativadas, e muitos membros já faleceram, para encontrar participantes dos movimentos na região foram realizadas 15 entrevistas, tanto na sede do município, quanto nas comunidades rurais. O conteúdo das entrevistas aparece dissolvido no texto, com alguns destaques ao tratar das ações da UASA, e a lista de entrevistados aparece no Apêndice A.

Para entender quem são os atores do planejamento popular em Sobradinho é importante enfatizar que o fator central que rege o movimento associativista da região

é a sua posterior reunião, em 1987, em torno da União das Associações de Sobradinho e Arredores (UASA). Os documentos da própria UASA descrevem:

Junto com o surgimento das associações agrícolas de pequenos produtores em Sobradinho, nascia o desejo de que todas elas se juntassem em torno das lutas comuns e apoiassem as iniciativas de cada uma em particular. Nascia assim, embrionariamente, a União das Associações de Sobradinho e Arredores-UASA (Acervo UASA, 1989).

Mapa 9: Localização das Associações.

Fonte: Autoria própria, 2024

Na organização interna da UASA, cada uma das associações participantes tinha representação através de dois votos nas tomadas de decisão e alternavam na liderança do grupo a cada dois anos. Fato importante é que não só grupos situados no que vem a ser o município de Sobradinho fizeram parte da união, como também comunidades dos municípios de Juazeiro, Casa Nova e Sento-Sé, e por isso o “Arredores” no nome. Na criação deste órgão, apenas uma associação da região ficou fora do debate por questões políticas, que foi a Associação Agrícola São Joaquim. Abaixo estão elencadas as 22 associações participantes:

1. Associação do Alagadiço
2. Associação dos Trabalhadores da Vila São Joaquim
3. Associação da Chapadinha
4. Associação do Carranquinha
5. Associação dos Agricultores e Pescadores de Algodões
6. Associação dos Agricultores de São Gonçalo da Serra
7. Associação dos Agricultores do Novo São Gonçalo
8. Associação da Serra Branca
9. Associação da Serra Verde
10. Associação da Serra da Batateira
11. Associação Agrícola São Sebastião
12. Associação de Desenvolvimento Comunitário de Sangradouro
13. Associação dos Agricultores da comunidade de Correnteza
14. Associação dos Agricultores Comunidade de São Gonçalo
15. Associação do Canaã
16. Associação dos Ovinos-Caprinocultores de São Francisco
17. Associação Comunitária dos Produtores do Serrote do Sobrado
18. Associação dos Moradores da Vila São Francisco
19. Associação dos Criadores do Sítio Poço do Juá
20. Associação Comunitária dos Plantadores de Cebola (ACOPLACE)
21. Colônia de Pescadores Z26
22. Movimento de Libertação da Mulher de Sobradinho.

Ao analisar as configurações do campo associativo, é fundamental ir além das próprias associações e considerar os recursos, atores, propostas e dinâmicas das práticas associativas em suas interações e articulações. Essa abordagem ampla, entendendo o contexto em que as associações operam, é essencial para “avançar nos estudos sobre as relações entre o associativismo e a democracia” (Lüchmann, 2014, p.173).

A força das associações em Sobradinho, especialmente na ausência ou na escassa participação do poder municipal de Juazeiro, foi significativa na resolução das questões enfrentadas pela comunidade. Envolvendo as pessoas e debatendo várias camadas dos problemas que a região enfrentava, a união das associações deu força às reivindicações e, especialmente, encontrou meios mais ou menos independentes do Estado para realizar seus projetos. Foi levantando suas questões, debatendo, traçando resoluções e buscando meios de executá-las que deram-se os processos de planejamento, as mobilizações e articulações políticas que abriram "horizontes de construção democrática que estavam sendo negados pelo próprio Estado" (Tanaka *et al.*, 2022, p.105). Essa união associativa tornou-se uma força política ativa, contribuindo inclusive para a emancipação do município.

5 O PLANEJAMENTO POPULAR COMO FORMA DE LUTA

O planejamento que emerge das organizações populares são instrumentos de luta e ação política que permitem colocar em pauta elementos que são frequentemente ignorados pelas rígidas estruturas dos programas governamentais e pelas decisões tomadas em espaços distantes do cotidiano popular (Tanaka *et al*, 2019). Para explorar as práticas de planejamento popular autônomo da UASA, este capítulo está dividido em três subitens, os quais tratam dos principais elementos que compõem as atividades do grupo tendo a questão da terra como balizadora, os projetos que materializam o planejamento popular autônomo nesse contexto - com uma breve descrição de cada um deles - e os desafios enfrentados após a conquista de algumas reivindicações.

5.1 Terra como norte

O fim da obra da barragem de Sobradinho marcou não apenas o fim de um projeto de engenharia, mas também o início de novos desafios territoriais para a população local. Com o término da construção, muitos trabalhadores migraram para trabalhos na agricultura, o que acrescentou uma nova dimensão à questão territorial já em disputa na região. Terras mais ou menos afastadas do rio destinadas à moradia, à produção agrícola, à criação de animais, e até mesmo à consolidação do que vem a ser o núcleo urbano, são reivindicações que permeiam o movimento popular na região em todos os processos analisados nesta pesquisa.

Essa luta por terras reflete um conflito mais amplo em relação à propriedade e ao acesso à terra. A despossessão, historicamente relacionada à acumulação originária e primitiva, no entanto, persiste atualmente em vários processos de desterritorialização de grupos sociais diversos, incluindo “trabalhadores rurais, camponeses, comunidades quilombolas, ribeirinhas, indígenas, moradores de favelas e vítimas de barragens” (Pontes *et al*, 2021, p.544). Nesse contexto, a luta pela terra em Sobradinho não é apenas uma disputa local, mas parte de um padrão mais amplo de desterritorialização e subjugação associado ao sistema capitalista.

As relações em torno da terra enquanto propriedade privada na região tinham diferentes formas de funcionamento no período anterior à obra. Ainda que não houvesse um regime de igualdade na partilha do território, os povoados se

organizavam em torno de áreas que eram deixadas disponíveis para “utilização livre” (Sigaud, 1986). Em períodos de cheias, era comum que nem todos conseguissem praticar a agricultura e, por isso, outras atividades somavam à manutenção da subsistência das famílias. Nas vazantes, as áreas úmidas eram cultivadas, até onde se sabe, em harmonia entre os produtores.

Com a formação do lago e alteração dos regimes de cheias e vazantes do rio, as áreas de margens produtivas disponíveis passaram a ser alvo de diferentes interesses. Os projetos de irrigação da CODEVASF priorizavam propriedades maiores, com fins econômicos específicos, negligenciando a importância da agricultura familiar para o abastecimento de toda a região, e não só para a sobrevivência das famílias produtoras, notando-se baixa na oferta de alimentos desde o anúncio da obra (Sigaud, 1986). O projeto que regulariza a ocupação popular de Sobradinho, assim como de outras localidades conquistadas por aqueles que antes eram tidos como “cidadãos de segunda categoria”, tinha incluído a distribuição das terras devolutas nos entornos dos novos núcleos (UASA,1980).

Figura 12: Membros da UASA em obra comunitária



Fonte: Rosineide Conceição, 1989.

A organização associativista na Vila São Joaquim parece ter sua base nos regimes de colaboração para o cultivo dessas terras (Figura 12), o que faz referência, propositalmente ou não, às formas de ocupação e cultivo dos espaços no período pré-barragem. As falhas e negligências no processo de regularização das propriedades para o povo, juntamente com a especulação nas áreas de borda do lago, resultam em eventos frequentes de grilagem e relatos de pressão para expulsão dos trabalhadores. Conforme as reflexões de Pontes *et al* (2021), esses eventos estão intrinsecamente ligados à espoliação da terra e aos processos de despossessão, os quais envolvem não somente a apropriação privada de bens comuns, mas também a sujeição dos despossuídos. No combate a essas investidas e em reforço às práticas colaborativas, ações conjuntas foram tomadas. Mutirões para os projetos implementados pela UASA são exemplos das ações que "foram, e continuam sendo, capazes de gerar novas solidariedades, alterar a estrutura associativa das classes populares e criar uma pluralidade de novos espaços públicos." (Tanaka *et al*, 2019, p.280). Ainda hoje, práticas como a criação em fundo de pasto²⁷ seguem como exemplo de cooperação e uso comunitário da terra.

Destarte, a questão da terra é central nas lutas e reivindicações das associações e movimentos sociais de Sobradinho, especialmente diante das pressões violentas para a grilagem das terras, que foram comuns em toda a região e passaram a ser denunciadas pelas organizações sindicais. Nesse contexto, os movimentos camponeses buscam a cooperação e a apropriação coletiva da terra como meios de garantir suas sobrevivências diante das recorrentes ameaças de reapropriação das terras (Pontes *et al*, 2021), já que, muitas vezes, essas já eram insuficientes para os pequenos produtores. Nessa perspectiva, a questão da reforma agrária emerge como uma resposta essencial. Conforme Oliveira (1992), a reforma agrária, além de criar um mercado interno, aumenta a oferta de alimentos, desbloqueando a acumulação e viabilizando a industrialização. É uma medida que busca superar a oposição entre o "moderno" e o "atrasado", fortalecendo o mercado interno e favorecendo a expansão da indústria.

²⁷ "O Fundo de Pasto é uma forma secular de utilização da terra coletivamente que tem como principal objetivo a produção agropecuária e a preservação ambiental, tendo destaque à criação extensiva de caprinos, maior fonte de renda dos moradores dessas áreas, tendo sido reconhecido como comunidades tradicionais desde 2007, com os mesmos direitos que os quilombolas, indígenas, quebradeiras de coco babaçu, faxinalenses, pescadores artesanais dentre outros povos" (Dias, 2013).

No entanto, mesmo com essa perspectiva de reforma agrária, a análise dos casos apresentados revela uma persistente desconexão entre a construção teórica sobre a função social da propriedade e as decisões políticas e judiciais relativas aos conflitos urbanos (Tanaka *et al*, 2019). Isso sugere que, apesar do reconhecimento teórico da importância da função social da propriedade, na prática, essa consideração não é muitas vezes determinante nas políticas e decisões relacionadas à distribuição de terra e resolução de conflitos. Portanto, a terra permanecia como um elemento crucial nas lutas sociais da região, sendo alvo de disputas e violações, enquanto a busca por uma distribuição mais justa e eficaz continuava como um desafio constante para as organizações e movimentos sociais.

5.1.1 Nova realidade novos conhecimentos

Como narrado, a ocupação inicial do que hoje é a cidade de Sobradinho ocorreu por meio dos trabalhadores das empreiteiras e subempreiteiras vinculadas à CHESF, dos que haviam sido realocados em função das alterações no rio e dos outros que foram atraídos pela obra. Com o fim desta, ocorre uma ligeira redução da população, porém muitos decidem se estabelecer nas casas construídas para os funcionários da construção e nas casas autoconstruídas da Vila São Joaquim. As dimensões do lago e o alargamento do curso do São Francisco atingiram diretamente os ribeirinhos e indiretamente os caatingueiros (quando esses dois papéis não eram ocupados pelos mesmos indivíduos). Conquanto estes tenham o rio em comum, apenas em realocados contabilizam-se 72 mil pessoas, o que, somado aos relatos, indicam características diferentes para o cultivo em cada uma das suas localidades de origem. Para aqueles que trabalhavam na obra e para aqueles que foram atraídos por ela, as origens eram diversas, sejam de regiões próximas ou de outros estados do Nordeste e do país.

Os relatos dos entrevistados destacam a luta dos agricultores para adaptarem seus conhecimentos e práticas de produção ao novo ambiente em que se encontravam. Muitos desses agricultores tentavam aplicar métodos que haviam aprendido em seus locais de origem, resultando, muitas vezes, na perda de colheitas devido à inadequação desses métodos ao solo, à hidrografia e a outras condições específicas da região. Diante dessa dificuldade, os agricultores reuniram-se e perceberam a necessidade de buscar conhecimentos que fossem mais adequados à

realidade da Caatinga e aos fatores condicionantes locais, visando viabilizar a agricultura e a criação de animais.

Os registros da UASA indicam que, não obstante a existência de centros de pesquisa²⁸ na região voltados para esse tipo de conhecimento, os ensinamentos não chegavam efetivamente aos produtores, evidenciando uma lacuna na transferência de tecnologia e na assistência técnica oferecida a essas comunidades. Essa falta de adaptação e de acesso ao conhecimento técnico necessário pode levar muitas famílias a não conseguirem se sustentar no novo ambiente, não se adaptando aos novos recursos disponíveis em sua subsistência e, conseqüentemente, abandonando o modo de vida adotado na região (Souza e Silva, 2010).

5.1.2 Meios de produção

A consciência de classe que permeia os registros de atividades da UASA foi base fundamental para reivindicar condições melhores para produção agrícola, especialmente diante das novas faces da realidade da região. Entender que não foram os beneficiados pelas ações desenvolvimentistas em Sobradinho foi antecedido pelo entendimento da nova realidade que encontravam. Para muitos que costumavam praticar a agricultura de vazantes, criar seus animais em áreas livres e produzir suas casas em mutirões, o emprego da força de trabalho nessas novas condições era diferente e dificultado pela falta de áreas de cultivo e condições favoráveis à produção agrícola. Como dito por entrevistado "Hoje não se planta nada de vazante porque não tem mais 'aguação', o rio não enche mais para cobrir o terreno. Depois da barragem acabou-se isso aí" (Ferreira, 2024)

As primeiras iniciativas da CHESF previam meios de produção no Projeto Especial de Colonização Serra do Ramalho (PEC-SR), notadamente no que diz respeito ao acesso à água através da irrigação. Apesar da recusa da população em ocupar a Serra do Ramalho, a 700km de suas origens, novas alternativas não foram pensadas pelo Poder Público para viabilizar os trabalhos dessa população, tendo em vista que, mesmo próximo ao lago, as condições que lhes eram dadas eram diferentes daquelas que lhes eram conhecidas. Nos estudos tardios feitos pela

²⁸Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Codevasf), Faculdade de Petrolina (FACAPE) e Universidade de Pernambuco, (UPE) Campus Petrolina

Hidroservice (1975), encomendados pela CHESF, aponta-se para uma solução irrigada que exigiria grandes investimentos para beneficiar os pequenos produtores, aqueles que supostamente apenas produziam para subsistência (Sigaud, 1985) - logo, na lógica de acumulação capitalista, menos merecedores dessas inversões financeiras. Além de ignorar a relevância da pequena agricultura e as práticas da comercialização dos excedentes (Duqué, 1980), a conclusão parece tendenciosa, em beneficiar os projetos da Codevasf, estes sim voltados exclusivamente a largas produções de monoculturas capitalistas.

Do lado dos realocados, o processo de reassentamento custou, para muitos produtores, a perda de suas criações afogadas, dada a impossibilidade de transportá-las, e a perda de suas sementes, inundadas, ou seja, o básico para reprodução dos animais e da agricultura também faltava. Para estes problemas, estudos prévios não foram encontrados. Mais próximo disso, estariam as indenizações as quais o povo deveria ter tido acesso. Contudo, não é novidade que se ajuntavam reclamações de que muitos não foram indenizados na justificativa de que as terras não eram documentadas. As valorações das benfeitorias também não eram coerentes nem ao que se tinham, nem ao necessário para reconstruir os meios de moradia e trabalho nas novas localidades.

Assim como a questão do acesso à terra, para que suas demandas fossem atendidas, as associações, especialmente por meio da UASA, vão buscar amenizar esses problemas juntos, através do planejamento popular. Projetos de acesso a um banco cooperativo de sementes, meios de beneficiamento das produções, acesso a animais reprodutores, além de sistemas de acesso à água, são centrais nas suas ações, as quais serão elucidadas no próximo capítulo.

5.1.3 Captação de recursos

As reivindicações do movimento associativista em Sobradinho tinham como foco cobrar do Estado soluções para os problemas gerados com a obra. Levar suas demandas ao Poder Público e buscar representação política eram vistas como alternativas muitas vezes frustradas. A participação e apoio aos partidos como o Partido dos Trabalhadores (PT) eram frequentes, mas não renderam frutos

significativos. Diante dessas condições, a alternativa foi ir além, buscando recursos para os seus projetos em outras fontes.

Para mais da participação financeira e doação de parte da produção, os associados contribuem através do trabalho braçal para a efetivação dos projetos do grupo. Somado a isso, pleiteou-se recursos em órgãos públicos e do terceiro setor, este último majoritariamente vinculado à Igreja Católica, através de órgãos como Cáritas, Diocese de Juazeiro, e Catholic Organization for Joint Financing of Development Programmes (CEBEMO). Isso, claro, abriu espaço para a influência externa através do financiamento, mas o entendimento sobre tanto escapa aos objetivos desta pesquisa.

Figura 13: Diretoria da UASA junto a representantes de Grupo alemão financiador.



Fonte: acervo pessoal, 1990.

Recursos técnicos e financeiros foram conseguidos submetendo seus projetos a grupos internacionais como a CEBEMO (Figura 13), órgão que, por exemplo, exigia prestação de contas e relatórios das atividades e discussões do grupo. Isso, para além de alertar sobre a participação de fatores religiosos (ainda que ditos progressistas) nos debates do grupo, faz questionar paralelamente a influência de haver capital de origem estrangeira investidos nos projetos populares da região, especialmente nas condições explicitadas. Todavia, foi esta a opção efetiva encontrada pelo grupo para

implementação do fundo comunitário que proporcionava a execução de seus projetos com relativa autonomia.

5.2 Projetos de mudança

A criação de um fundo comunitário para financiamento de obras que beneficiassem as associações vinculadas a UASA viabilizou a execução de projetos traçados pelos próprios associados com base nas suas dores. Embora alguns dos projetos tenham encontrado dificuldades diversas para implementação, a organização do grupo, a diversidade de temas que buscaram abarcar e debater, além da efetivação de ideias relevantes através de obras idealizadas e executadas com relativa autonomia, mostram a relevância do que foi o planejamento popular em Sobradinho. O quadro (tabela 03) abaixo mostra os projetos do grupo com seus objetivos classificados de acordo com alguns pontos comuns, e em seguida a figura 14, esquematiza os eventos em uma linha do tempo.

Tabela 03: Projeto UASA.

	PROJETOS	OBJETIVOS
Fortalecimento Organizacional e Político	Aprofundamento Sindical, Associativista Cooperativista e Político	Promover encontros e seminários de aprofundamento sindical, associativista, cooperativista e político
	Reforma Agrária	Apoiar a ocupação de terras devolutas para que se concretize um pouco da reforma agrária desejada pelos trabalhadores
Agricultura e Produção Sustentável	Pequena Agricultura Irrigada Orgânica	Fomentar a prática da pequena agricultura orgânica irrigada relativamente independente
	Banco de Sementes	Distribuição de sementes entre os agricultores locais
	Banco de Mudas	Produzir mudas de árvores frutíferas e forrageiras a serem comercializadas
	Banco Matrizes e Reprodutores de Pequenos Animais	Base para criação de pequenos animais adaptados às condições climáticas locais.
	Banco de Mecanização Agrícola	Dar mais autonomia ao pequeno produtor através de maquinários comuns à organização comunitária.
Infraestrutura e Desenvolvimento Comunitário	Água em São Gonçalo da Serra	Auxiliar na viabilização de abastecimento d'água através de sistema de tubulação
	Barragem do Canaã	Construir estruturas comunitárias de armazenamento de água para dessedentação das pessoas, dos animais e das plantas
	Barragem da Associação dos Criadores do Sítio Poço do Juá	Saciar a sede das famílias e dos animais e irrigação das terras próximas ao local
	Reconstrução da Central da ACOPLACE	Auxílio na melhoria de estrutura destinada a dar autonomia ao pequeno produtor na comercialização.
	Casa de Farinha Sangradouro	Promover meio de beneficiamento de uso comum na prática da produção de farinha
Educação e Cidadania	Escola Família Agrícola de Sobradinho	Proporcionar aos jovens ensino coerente à realidade agrícola local.

Intercâmbio de Informações e
Tecnologias

Troca de informações de tecnologias agrícolas adequadas
à realidade local

Fonte: Autora, 2024.

Figura 14: Esquema eventos UASA.



Fonte: Autoria própria, 2024.

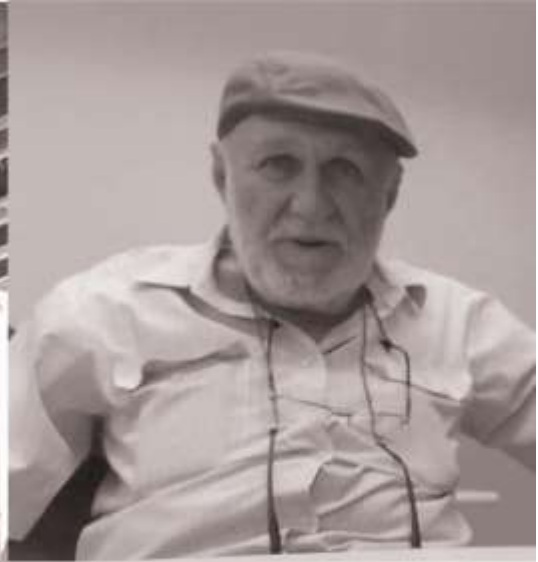
Nos próprios registros do grupo, estão traçados alguns dos objetivos gerais que pretendiam com sua organização:

Fazer com que as Associações Agrícolas de Sobradinho e Arredores consigam produzir economicamente em suas glebas de terra ocupadas em mutirões, permitindo assim viabilizar que o homem desestruturado que mora na região consiga estabelecer-se na terra, realizar-se como ser humano, ter condições de manter sua família e poder criar dignamente os seus filhos. Fazer com que os membros das associações agrícolas de Sobradinho conheçam e desenvolvam, nos seus lotes de terras individuais e comunitárias, a prática da Agricultura Orgânica encarada como culto ao campo, que é fonte de vida e energia as plantas animais e os homens como membros de uma cadeia de Equilíbrio ecológico (CEBEMO, 1989).

Reunidas em objetivos comuns, as associações centraram a discussão de medidas que minimizassem as dificuldades enfrentadas no campo na UASA. Os projetos traçados materializaram soluções para os problemas de acesso à terra, aos meios de produção, aos meios de armazenamento e à comercialização e especialmente acesso ao conhecimento. A seguir estão elencados alguns dos projetos/objetivos do grupo. O título de cada um deles segue a descrição encontrada nos registros de atividades da UASA, e os conteúdos buscam vislumbrar as ações e debates em torno de cada tópico. Para isso, soma-se o material das entrevistas realizadas, que auxiliam o entendimento preenchendo algumas lacunas encontradas. Como muito do material das entrevistas contam a história da região, ainda que não fale diretamente sobre algum tema específico, optou-se por, em alguns momentos, transcrever parte dos relatos que se relacionam em maior ou menor grau com o contexto pretendido.

Como em muitos dos documentos encontrados até aqui, os autores dos relatos, seja nos jornais, seja nos arquivos pesquisados, não constam seus nomes ou nenhuma de suas principais características elucidadas, tento, a seguir, dar luz às

vozes que contribuíram para este trabalho, apresentando - com a devida autorização de cada um deles - a imagem daqueles que fizeram parte da história que contamos aqui.



5.2.1 Aprofundamento sindical, associativista cooperativista e político

A busca por integrar trabalho e militância é uma aspiração comum entre aqueles que se propõem a refletir sobre as condições existentes e a colaborar para a transformação da realidade. Esses agentes, mesmo cientes das limitações impostas pelo tempo, espaço, cultura e das suas respectivas disciplinas, buscam provocar mudanças no estado das coisas (Faria; Pontes, 2016). O tópico “Aprofundamento Sindical, Associativista Cooperativista e Político” aparece nos relatórios da UASA enquanto reflexões constantes em suas reuniões a partir de uma perspectiva crítica sobre o contexto em que estavam inseridos.

A consciência de classe, frequente nos registros das atividades da UASA, parece ter sido essencial para reivindicar melhores condições para a produção agrícola, particularmente diante das novas faces da realidade regional. Embora o grupo buscasse garantir liberdade para posicionamentos políticos individuais, suas propostas refletiam um compromisso com o bem comum. Entre as metas do projeto de cofinanciamento do CEBEMO encontradas em documentação do acervo da UASA de 1990, estava inclusa:

Promover encontros e seminários de aprofundamento sindical, associativista, cooperativista e político para que os trabalhadores rurais possam, conscientemente, engajar-se em movimentos e estruturas de mudança, tornando-se sujeitos de sua própria história (CEBEMO, 1990).

A UASA não buscava assumir o papel de partido político, mas sim conscientizar sobre a origem socioeconômica e política dos problemas enfrentados, com o objetivo de capacitar os trabalhadores rurais para que pudessem engajar-se conscientemente em movimentos e estruturas de mudança. Nesse sentido, os relatos falam de engajamento junto ao Partido dos Trabalhadores, enquanto partido político aliado e supostamente comprometido com a mudança da estrutura de poder local. Isso refletia a consciência do papel que o grupo desempenhava nas mudanças graduais observadas nas urnas.

5.2.2 Pequena agricultura irrigada orgânica

O fomento à pequena agricultura é uma constante nas atividades da UASA, como demonstrado nas metas do projeto de cofinanciamento do CEBEMO em 1990:

Fomentar a prática da pequena agricultura irrigada sem o atrelamento e a dependência das indústrias de agrotóxicos, implementos e mecanização inadequada aos solos da região de Sobradinho (CEBEMO, 1990).

Essa ênfase na adaptação às condições naturais locais é frequente em vários relatos sobre as atividades da UASA. Na entrevista com Willys Nunes, por exemplo, ele destaca que, com o fim da construção da barragem, muitos trabalhadores que migraram para a região em busca de emprego na construção civil acabaram retornando à agricultura devido à falta de perspectivas de trabalho. Com isso, vindos de outros estados, em regiões onde havia outros regimes de chuva e outros climas, nas palavras do entrevistado: “o pessoal achava que a mesma coisa que plantava lá, podia plantar aqui. Aí teve umas decepções, né? Não andava o projeto... não ia, não produzia, porque não chovia bem, o solo não era igual” (Nunes W., 2023)

No caso da irrigação, o auxílio técnico conquistado indicava que muitas práticas estavam contribuindo, entre outros danos, para a salinização do solo, o que, além de impactar negativamente no meio ambiente, reduz a possibilidade de continuidade das pequenas produções e compromete o lucro dos agricultores.

Nos registros do próprio grupo, o tópico sobre “Pequena Agricultura Irrigada Orgânica” destaca que foram elencadas as Associações da Chapadinha, Associação Agrícola São Sebastião, Associação dos Agricultores do Novo São Gonçalo, Movimento de Libertação da Mulher de Sobradinho e Associação do Alagadiço enquanto comunidades que faziam uso da água do Rio São Francisco para cultivo. Para esses casos, além da orientação técnica, foi necessário contribuir para a instalação e melhoria dos sistemas de captação e distribuição das águas.

Nos documentos da UASA, existem investimentos da CAR, da CEBEMO, da Prefeitura Municipal e da Cáritas nessas comunidades. Entretanto, destaca-se a ação eficiente da Associação São Sebastião, onde seus membros escavaram 1 km de valeta por onde a água era bombeada e armazenada na Lagoa Grande e possibilitava o consumo em suas produções. Antes dessa iniciativa, existiam terras produtivas ociosas e uma comunidade que necessitava produzir inclusive para subsistência.

A UASA demonstrava um compromisso constante com a promoção da pequena agricultura, não somente fornecendo assistência técnica, como também

desenvolvendo estratégias para manter as terras produtivas e as comunidades autônomas. Isso envolvia iniciativas como o estabelecimento de um banco de sementes e orientações sobre práticas sustentáveis de irrigação e redução do uso de agrotóxicos, como evidenciado nas palavras de Willys Nunes durante entrevista:

Aí a gente trabalhava a questão banco de sementes, né? Pra o pessoal ter sementes pra plantar. Trabalhando também, inclusive, na parte de irrigação, né? Dando sementes e dando os insumos, né? Pro pessoal plantar. E orientando também, né? De como fazer, diminuir o uso de agrotóxicos, que já era um problema. Era um problema na região nesse período. Era bem crítico mesmo a questão do uso de agrotóxicos de forma exagerada. Então a gente era crítico do uso de agrotóxicos, mas tinha que... Era a realidade, sabe? A gente tinha que conviver com isso, mas alertava pra usar, pra evitar o uso excessivo, né? E de preferência que não usasse agrotóxico, mas, assim, pra irrigação na época, ou usava ou não produzia, sabe? Inclusive ainda é assim hoje (Nunes W., 2023).

Willys Nunes descreve como a UASA montou uma equipe de técnicos para oferecer suporte às associações e agricultores, fornecendo sementes, insumos e orientações sobre práticas agrícolas mais sustentáveis. Embora a organização fosse crítica em relação ao uso excessivo de agrotóxicos, reconhecia a realidade da necessidade de conviver com essa prática, buscando mitigar seus impactos negativos.

5.2.3 Banco de sementes

A formação do lago da barragem sobre as áreas de plantio acarretou uma série de perdas significativas para muitos produtores. Entre elas, destaca-se a situação das sementes, que, devido à inundação, foram perdidas, deixando os agricultores desprovidos do elemento fundamental para a continuidade de suas práticas agrícolas. Diante desse contexto, a iniciativa que emergiu da UASA foi a criação do Banco de Sementes, símbolo tangível do espírito cooperativo que permeava as atividades do grupo. O propósito do Banco de Sementes era claro: garantir o acesso das sementes aos associados, visando fornecer-lhes os recursos necessários para reestabelecer suas atividades agrícolas e enfrentar os desafios impostos pelo reassentamento.

A prática de redistribuição de grãos era uma parte fundamental da dinâmica agrícola promovida pelo grupo. Os grãos, retirados dos silos de armazenamento, eram utilizados pelos associados para o plantio, e, ao final das colheitas, eram devolvidos,

com acréscimo de 50% do que foi originalmente recebido. Essa estratégia garantia a continuidade do banco de sementes e ampliava sua capacidade de reprodução, fortalecendo a segurança alimentar e a sustentabilidade das práticas agrícolas.

No mais, essa abordagem revela uma visão, compartilhada pelo grupo, que valorizava a troca de experiências com outras comunidades e organizações agrícolas. O intercâmbio de conhecimentos desempenhou um papel essencial nesse contexto, permitindo que o grupo aprimorasse seus métodos de armazenamento de grãos e se beneficiasse das lições aprendidas por outros grupos envolvidos em atividades agrícolas semelhantes.

Os registros da UASA detalharam a distribuição de sementes entre os agricultores locais, incluindo variedades como gergelim, milho, feijão de corda, abóbora, feijão de arranca, algodão, arroz, melancia e capim. Ao fim do cultivo, os grãos eram retornados pelos agricultores para o banco de sementes, garantindo o ciclo de redistribuição e fortalecendo a autonomia dos agricultores em relação à oferta desses insumos pelo mercado. Dessa forma, o papel do técnico agrícola da UASA, responsável por orientar os agricultores sobre as práticas adequadas de cultivo, secagem e armazenamento, era fundamental para garantir o sucesso desse processo.

5.2.4 Banco de mudas

Assim como o atual funcionamento, é nebuloso saber sobre a operação do banco de mudas e sua integração ou seu passado de colaboração com os agricultores locais. Diferente do banco de sementes, o banco de mudas teve também apoio do poder municipal. O projeto previa um viveiro que foi construído na Escola Família Agrícola de Sobradinho (EFAS), cujos detalhes serão abordados posteriormente. O propósito principal era produzir mudas de árvores frutíferas e forrageiras, cultivadas pelos estudantes junto aos monitores da escola. Essas mudas seriam comercializadas para os membros das associações e demais interessados, gerando receita para sustentar o próprio projeto.

5.2.5. Banco matrizes e reprodutores de pequenos animais

Embora haja poucas informações disponíveis sobre o banco de animais matrizes e reprodutores, é claro que seu objetivo era direcionar a criação para

espécies adaptadas às condições climáticas locais. A preferência por animais mais adequados ao clima da região era evidente, refletindo a necessidade de garantir a sustentabilidade da atividade pecuária.

O gado caprino, em particular, destacou-se como escolha favorável devido a sua resistência aos efeitos da seca e a sua capacidade de se alimentar de uma variedade de vegetações encontradas nos serrotes, lajedos e áreas arbustivas da Caatinga. Essa preferência pelo gado caprino é justificada por sua adaptabilidade às condições adversas e por sua menor exigência em termos de pastagem de qualidade, tornando-se uma opção viável para a criação animal em áreas semiáridas como a Caatinga (Castro, 1946). Portanto, a criação de caprinos emerge como uma estratégia promissora para promover a sustentabilidade e a resiliência da atividade pecuária na região.

5.2.6 Banco de mecanização agrícola

As informações sobre a criação do banco de mecanização agrícola adequado à região do semiárido são limitadas, mas parece ter sido uma ideia preliminar que encontrou dificuldades para sua implementação. Similar aos bancos de matrizes, mudas e sementes, o objetivo por trás do banco de mecanização agrícola era dar mais autonomia ao pequeno produtor através da organização comunitária.

Não obstante não se tenha grandes detalhes sobre a discussão do tema pelo grupo, nos registros, foi encontrada notificação sobre a demanda de sócios de que esta ideia fosse continuada e favorecesse a expansão do potencial agrícola. O acesso à maquinários que liberasse o produtor agrícola da necessidade de recorrer a terceiros parece ter encontrado barreiras na necessidade de priorizar outras demandas.

5.2.7 Intercâmbio de informações e tecnologias

A troca de informações com outras organizações parece ter sido uma prática comum a todo o processo. De fato, a promoção de “intercâmbio de informações de tecnologias agrícolas adequadas à realidade local” aparece como meta do grupo no Projeto de cofinanciamento com a CEBEMO (UASA, 1990). Para o armazenamento dos grãos no banco de sementes, a experiência do Movimento de Organização Comunitária (MOC) em Feira de Santana-BA foi tomada como exemplo e serviu para

escolha dos silos de zinco. Já a experiência da Escola Família Agrícola de Sobradinho (EFAS) teve uma troca direta com a Escola Família Agrícola Riacho de Santana, no município Riacho de Santana-BA, que parece ter contribuído diretamente para a formação da metodologia empregada.

Essa prática de intercâmbio não se limitou à Bahia. A UASA também buscou aprender com experiências de outras regiões do país, como no caso do intercâmbio realizado no Paraná com uma organização de agricultura familiar. Esse contato proporcionou conhecimentos sobre diferentes formas de organização e técnicas agrícolas, permitindo que a UASA adaptasse e aplicasse esses aprendizados em sua própria realidade. Nas palavras do entrevistado:

Aí nesse período a gente fez intercâmbio, né? No Paraná, com uma organização de lá do oeste do Paraná. A gente foi lá com um grupo de agricultores daqui pra ver como é que era a experiência da agricultura familiar lá, sabe? A gente sabia das diferenças, né? Questão de solo, de clima, né? Mas a gente queria saber como era a organização. E aí a gente foi, viu como é que eles se organizavam, eles trabalhavam a questão da verticalização da agricultura²⁹. E aí a gente tentou trazer isso pra cá (Nunes W., 2023).

Nessa mesma entrevista, Willys, destaca que, como resultado, as atividades da UASA ganharam reconhecimento dentro do movimento associativista, tornando-se uma referência para outras organizações interessadas em aprender com sua experiência. Como ele disse: “O município era uma referência já de associativismo. Muita gente vinha aqui pra conhecer a experiência. E a gente viajava e apresentava.” (Nunes. W, 2023). Essa influência se estendeu além das fronteiras municipais, com membros da UASA participando ativamente de outras organizações e contribuindo para o desenvolvimento do associativismo em diferentes contextos.

5.2.8 Escola Família Agrícola de Sobradinho

A Escola Família Agrícola de Sobradinho (EFAS) parece ser um dos elementos mais importantes para o movimento associativista. Nos discursos dos entrevistados e moradores da cidade, é frequente o comentário de que a educação dos jovens era uma preocupação já durante a realocação. Para algumas famílias, a possibilidade de que seus filhos pudessem frequentar a escola foi determinante na escolha pela Vila

²⁹ A ideia na verticalização da agricultura é justamente produzir meios para que a produção seja relativamente independente, diminuindo ao máximo a dependência à terceiros.

São Joaquim. Essa preocupação junto à realidade campesina das famílias, levou ao debate dentro das associações sobre a necessidade de direcionar a formação desses jovens para conhecimentos que se aplicassem às suas realidades. O que com certeza ganhou força pelas inúmeras tentativas de produção agrícola frustradas pela falta de acesso ao conhecimento adequado. Nas palavras de Josefa da Silva:

Porque o filho de agricultor quando chegava aqui dentro da cidade para vir para cá estudar, aí era horrível ir para o colégio da Chesf. Não era aceito porque não tinha roupa bonita, porque não tinha a farda, [...] os pés eram sujos[...]. Um outro objetivo da UASA era [que] nós questionávamos muito uma escola que beneficiasse os filhos dos agricultores, que estudasse, que botasse nos livros a história da agricultura, não apenas o que os governos lançavam de cima para baixo. Aí a gente foi visitar essa escola em [Feira de] Santana, [...] (Silva, 2023).

Melhor do que tentarem resumir ou descrever a origem do projeto, os relatos da ex-professora da EFAS, Rosineide Conceição Nunes, esclarecem muito do contexto onde a ideia surgiu:

Então, havia um projeto de associativismo muito grande em Sobradinho, e toda a maioria da UASA, ela estava em contato com a agricultura[...] Então, aí tinha todo esse vínculo dos agricultores, e nessas reuniões com a UASA, os sócios das várias associações, eles sempre ficavam questionando a questão dos filhos [...] Eles tinham que ter uma renda, né? [...] então, muitos saíam, deixavam as mulheres lá em Sobradinho para poder conseguir meio de vida melhor, de sustento. E aí, o que acontecia é que os filhos, muitos ficavam sem atividades, ou também o pai levava para trabalhar mesmo, até ia para a roça, quando não ia para São Paulo, trabalhar em construção e aí eles não tinham vínculo nenhum com a educação, eles ficavam desvinculados. [...] eu lembro de várias discussões, que partiu a ideia da Fundação da Escola Agrícola, por uma questão de meu pai³⁰, que questionava assim, 'por que não os nossos filhos estarem voltados ao agricultor, dar continuidade ao trabalho associativismo?' Eles pensavam [...] que quando eles ficassem mais velhos, e fossem se desligando das associações, não tivesse problema [...] esses filhos poderiam dar continuidade, desde quando fossem preparados. Aí foi quando foi trabalhado a Fundação da Escola Família Agrícola, foi buscando os meios para onde é que ia, onde tinha essa ideia de escola, de uma escola que fosse voltada à realidade deles. Porque [...] o foco estava muito grande, a questão do êxodo rural naquela época, de 1977, 1978, 1980, foi bem mais forte. [...] nessas discussões, [...] foi levantado o projeto de uma escola voltada, [...] à realidade deles, para que eles se enraizassem, [...] conseguissem estudar, depois voltar para suas comunidades, praticando aquilo que a comunidade pudesse desenvolver, e eles não perdessem o amor pela terra (Nunes R., 2024, grifo próprio).

³⁰ Rosineide era filha de Pedro Nunes, membro fundador da UASA.

Com tudo isso em mente, formularam a ideia de uma escola com a pedagogia francesa³¹ de alternância, na qual os estudantes passavam 15 dias morando na escola e 15 dias em suas comunidades, aplicando e repassando o que foi aprendido. A estrutura da escola foi construída na zona rural de Sobradinho, a leste da Vila São Joaquim, com recursos diversos de órgão públicos e organizações católicas e do terceiro setor internacional³². Durante a construção da escola, foram enviadas duas professoras para estagiar, pelo período de oito meses, em outras EFAS, a fim de que aprendessem as singularidades do método. A prática de intercâmbio com as demais EFAs foi formalizada, a partir daí, em dois encontros por ano. Com o fim da obra e o retorno dessas professoras, a escola recebeu a sua primeira turma de alunos em 1990 (Figura 15).

Figura 15: Primeira turma de alunos da EFAS.



Fonte: Acervo Rosineide Conceição, 1990.

É interessante pensar como a relação com a terra era fundamental para identidade dos participantes do movimento associativista e como isso levou à educação voltada para agricultura como ferramenta de pertencimento à região. Iniciativas como o banco de mudas, já citado, tinham como cenário a Escola Família Agrícola de Sobradinho (EFAS) e contavam com a participação de seus alunos. No

³¹ O conceito inicial da Escola Família Agrícola parece ter tido origem na França

³² MEC-FAE, Prefeitura Municipal de Sobradinho, Grupo Alemão Arbeitsgemeinschaft Für Jugendarbeit, CAR, CEBEMO e MISEREOR

local, os alunos também praticavam a agricultura e produziam verduras que abasteciam os alunos e monitores, além de se responsabilizarem pela higiene pessoal e do espaço. Os recursos necessários que não eram alcançados com a autoprodução e comercialização dos excedentes eram adquiridos junto aos órgãos governamentais.

5.2.9 Casa de farinha sangradouro

Para os moradores da região, bem como do Nordeste brasileiro, a prática de plantar mandioca e produzir sua farinha³³ é uma atividade que descreve muito bem como as relações se estabeleciam. Desde a divisão “generificada” das atividades até os meios empregados no beneficiamento das raízes, todas contam um pouco sobre como essa população se organizava. As plantações, cooperativas ou não, assim como as tarefas de arrancar, transportar, cevar, prensar, torrar e armazenar a mandioca eram tarefas majoritariamente masculinas. As mulheres se voltavam para a raspagem das raízes, extração da goma e elaboração dos beijus (UASA, 1989). Todo esse processo era feito em mutirões, que estão nas recordações de muitos moradores de Sobradinho que tiveram a prática interrompida pela barragem.

A construção da Casa de Farinha Sangradouro, então, significou uma tarefa que extrapolou os limites comuns apenas aos sócios da Associação de Desenvolvimento Comunitário do Sangradouro. O objetivo era de que a casa de farinha servisse também a outras associações e aos demais interessados em beneficiar sua produção. Afinal, entre as metas do grupo estava “ajudar os pequenos agropecuaristas da região de Sobradinho a terem sua estrutura própria e comercialização, beneficiamento, e armazenamento da produção para não se tornarem vítimas da ação dos atravessadores” (UASA, 1990).

Reunidos na UASA, os associados concluíram que uma estrutura semi-industrial seria mais apropriada para o que se propunha. Ainda que servisse para produtores associados ou não, todo o processo deveria ser acompanhado pelos

³³ A importância da farinha para esta população é bem exemplificada nas palavras de Estrela: “A farinha tinha importância fundamental no cardápio do beradero. O produto nunca faltava na barrica de sua despensa. Após o deslocamento compulsório do beradero, o produto tornou-se escasso, fator de humilhação, de vergonha e de revolta; fator determinante na rejeição a tudo quanto se relaciona às mudanças introduzidas na região depois da chegada à mesma da “besta fera” (CHESF)” (Estrela, 2009 p.126).

sócios da Associação de Desenvolvimento Comunitário do Sangradouro, constituindo esta a Associação da Farinha.

O funcionamento da Casa de Farinha ocorria em dois regimes diferentes. Os sócios da comunidade ou de associações vinculadas a UASA poderiam eles mesmos usar a estrutura e os equipamentos para beneficiar suas produções, contribuindo com uma porcentagem da farinha produzida para o Fundo Comunitário, a fim de custear a energia consumida e o desgaste dos equipamentos. Os mesmos também poderiam optar por entregar suas produções para que a equipe de operação e administração realizassem todo o trabalho de beneficiamento, contribuindo com uma porcentagem um pouco maior para o fundo, que agora serviria também para pagar a mão de obra utilizada no trabalho. Os associados também poderiam vender a mandioca para a Casa de Farinha pelo preço de mercado. Para os não sócios da Associação de Desenvolvimento Comunitário do Sangradouro, ou os nem mesmo ligados às associações da UASA, reservava-se apenas a possibilidade de deixar a mandioca para beneficiamento ou vender as raízes produzidas para a Casa de Farinha. O valor necessário para remunerar a mão de obra empenhada na Casa de Farinha era conseguido justamente através da porcentagem do produto final que ficava retida como condição para uso dos meios.

A obra da Casa de Farinha contou, propriamente, com mão de obra dos sócios e a participação financeira da UASA através do fundo comunitário. O grupo destaca que a construção da edificação seria a fundo perdido e que apenas o valor gasto em equipamentos seria restituído em sacos de farinha. Considerava-se a possibilidade de o valor retornado fosse um pouco maior do que o investido para garantir o crescimento do fundo comunitário (UASA, 1989). Os registros mostram que a reunião em torno da construção da Casa de Farinha reforçou os laços entre a comunidade, aumentando a frequência com que se reunia, inclusive conquistando a construção de uma escola municipal nas proximidades da primeira obra.

Entretanto, segundo relatos de moradora que nasceu e cresceu na comunidade do Sangradouro, a estrutura não chegou propriamente a funcionar, mesmo com todo o planejamento destacado. O que vale ressaltar aqui é que a estagnação desse projeto parece indicar para o surgimento de conflitos internos ao grupo. Nesta

pesquisa, não será dado enfoque sobre esses conflitos, entre outros motivos por entender a discordância interna como consequência lógica desse processo.

5.2.10 Reconstrução da central da Acoplace

Os associados à Associação Comunitária dos Plantadores de Cebola (ACOPLACE) reuniram-se em 1984 em torno da dificuldade de comercializar suas produções com a frequente subvalorização que sofriam dos atravessadores. A cebola era o principal item que sofreu desvalorização nesse processo e, por isso, nomeou o grupo.

Com terreno conquistado junto à prefeitura e em regimes de mutirão, iniciaram a construção de sua Central de Comercialização (Figura 16), que contou só com apoio da Cáritas e do Projeto São Vicente financiado pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). O objetivo final era viabilizar a venda direta para o consumidor, mas tal objetivo encontrou uma série de dificuldades em sua efetivação, como as baixas na produção e consequente redução dos excedentes a serem comercializados, enfraquecimento do espírito associativista, além da criação internas de atravessadores, já que muitos dos produtores pareciam não saber comercializar seus produtos (UASA, 1990).

Figura 16: Fachada ACOPLACE.



Fonte: Relatório UASA, 1990.

Assim como a iniciativa em torno da casa de Farinha do Sangradouro, a meta estabelecida no Projeto de Cofinanciamento CEBEMO ressalta a importância de auxiliar os pequenos agropecuaristas de Sobradinho na estruturação própria e na comercialização de seus produtos, visando evitar a dependência dos atravessadores, que, muitas vezes, prejudicavam os produtores locais (UASA, 1990).

Essa preocupação com a autonomia do pequeno produtor se reflete na iniciativa da UASA, através da colaboração na reconstrução do telhado da sede da ACOPLACE (danificado por um vendaval). Essa ação, como outras, demonstra o compromisso da UASA em fortalecer os produtores locais por meio de conscientização e de apoio prático em situações de necessidade.

5.2.11 Água em São Gonçalo da Serra

Figura 17: Moradoras do São Gonçalo da Serra.



Fonte: Gunten,1992.

Evidentemente, como desde antes da obra da barragem, a escassez de água era uma questão determinante na vivência do sertanejo. Segundo os registros da UASA, a comunidade de São Gonçalo da Serra, no momento da elaboração desse projeto, contava com 20 famílias em condições precárias de acesso à água. O sistema que abastecia o povoado da zona rural bombeava água de um poço situado a 2,8 km das casas.

Com a possibilidade de alcançar recursos, os próprios moradores se empenharam em mutirões que abriram a picaretas os 2,8km de valetas por onde passaram os canos. A participação da UASA ocorreu pela compra da tubulação, através do fundo comunitário e pelo fornecimento de assessoria técnica aos trabalhos. Uma vez concluída, a obra aproximou a fonte de água das casas e facilitou o cotidiano das famílias (Figura 17). Os objetivos seguintes era que fossem instaladas torneiras no quintal de cada casa, que daria direito a cota inicial de 200 litros por dia a cada família. Em paralelo, pleiteava-se o aumento da vazão de bombeamento do poço junto

à Companhia de Engenharia Rural da Bahia (CERB), o que possibilitaria a irrigação de algumas vegetações frutíferas. De maneira geral, havia por trás das atividades do grupo, o objetivo que, uma vez beneficiadas, as famílias não precisassem abandonar suas terras e, eventualmente, “[inchassem] as periferias das cidades prenhas de violência e mendicância” (UASA, 1990).

5.2.12 Barragem do Canaã

A obra associativista da comunidade do Canaã teve início em 1990. O objetivo da barragem do Canaã era de "construir estruturas comunitárias de armazenamento de água para dessedentação das pessoas, dos animais e das plantas" (UASA, 1990). Em meio à caatinga, a área ocupada pelos sócios da associação do Canaã é fruto de ocupação de terras devolutas do Estado. Isto feito, o problema encontrado era o de acesso à água para “dessedentação dos sócios, dos animais e para irrigação de salvação do plantio de sequeiro” (Ibidem).

Tendo em vista que a terra é cortada pelo Tatuí, um riacho intermitente, a alternativa encontrada pelos associados foi a construção de uma barragem vertedouro, que iria reter parte das águas nos períodos de vazão do riacho. Logo, elaboraram um projeto que foi revisado pela Coordenação de Ação Regional (CAR) e submetido ao que chamaram de “órgãos públicos responsáveis pelo desenvolvimento de Sobradinho” (UASA, 1990). Nos registros de atividades da UASA, não fica exatamente clara a origem deste recurso público, mas o fato é que com a sua aprovação e com auxílio dos técnicos e associados, a UASA planejou os primeiros passos para a construção do reservatório com capacidade de armazenar 100.000 m³ de água (Figura 18).

Figura 18: Barragem do Canaã concluída.



Fonte: Acervo pessoal, 1999.

O acesso à água em área de sequeiro, com certeza era sonho de muitas populações que só costumavam produzir com as raras chuvas. Com isso em mente, muitos dos associados participaram ativamente da construção. A barragem foi construída a 18 km do centro de Sobradinho e, além do auxílio da mão de obra dos associados, empregou profissionais locais. Os insumos foram custeados pelo recurso conquistados e, também, pelo aproveitamento das pedras dinamitadas no local e da água de cacimba³⁴ que foi aberta no leito do riacho. Após a conclusão das obras, os períodos de chuvas passaram a representar mais que a possibilidade de produção imediata, assegurando alguns meses de tranquilidade para manutenção da vida dos moradores e dos seus animais em meio a caatinga.

³⁴ Cacimba é um buraco que se escava no leito de um corpo d'água, com objetivo de atingir um lençol natural de água subterrânea.

5.2.13 Barragem da associação dos criadores do sítio poço do Juá

A comunidade do Poço do Juá, no momento da elaboração deste projeto, era composta por 11 famílias, todas elas tendo sido alvo da realocação da obra da barragem de Sobradinho. Em 1989, a comunidade, junto à UASA, à CAR e à Sociedade das Obras Sociais e Educativas da Diocese de Juazeiro (SOSE), iniciou a construção de uma barragem também no leito do Riacho Tatauí, a qual não teve sucesso e foi interrompida por falta de recursos.

O objetivo dessa barragem era semelhante àquela situada no Canaã: saciar a sede das famílias e dos animais e irrigar as terras próximas ao local. Não se sabe ao certo qual foi a participação direta dos sócios nesta obra, ou qual a origem da falta de recursos para sua conclusão, mas, pelos relatos, a comunidade já havia sofrido com a ameaça de perder suas terras para especulação, mais especificamente para as investidas de um ex-prefeito do município de Juazeiro-BA. De certa forma, essas dificuldades, segundo os registros da UASA (1990), teriam reforçado a comunhão entre os moradores e associados, que recebeu inclusive o apoio da Comissão Pastoral da Terra da Diocese de Juazeiro, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e do Sindicato dos Eletricitários de Sobradinho.

5.2.14 Reforma agrária

Como dito anteriormente, a União de Associações de Sobradinho e Arredores, basicamente se origina através da questão da terra. As primeiras organizações populares, especialmente na vila São Joaquim, de onde emerge a força popular, estavam voltadas para o desafio de ocupar e resistir às especulações sobre a terra. É através da cooperação e apropriação coletiva da terra que os movimentos camponeses garantem a sua sobrevivência diante das pressões de reapropriação (Pontes et al, 2021). Em Sobradinho, o contexto histórico social pós barragem exigiu também organização efetiva tanto para conquistar terras a partir da ocupação, quanto para mantê-las através da cooperação popular. A resistência popular efetou-se tanto em função de terras para produção agrícola, quanto pela ocupação dos espaços construídos pela Chesf, e originalmente pensados para serem destruídos ao fim da obra. Nas palavras de Willys Nunes:

O projeto da Chesf, [...] os acampamentos tinham que ser destruídos, né, para não ter mais esse pessoal aqui. Aí a gente resistiu, resistiu para que não

deixasse desmanchado as casas, né, e também a gente resolveu procurar a terra para esse pessoal, né. Aí o pessoal foi ocupando as terras do município. É....Com o apoio da igreja, né, a igreja católica, né, a CPT, a Comissão Pastoral da Terra, o Dom José Rodrigues era o Bispo, né, então ele tinha interesse nisso, ele era um crítico, né, dessa intervenção do Estado aqui, né, e aí a gente fez isso, fez uma reforma agrária, já antecipada³⁵, antes de ter MST, a gente já começou esse processo aqui, né, ocupou uns 20 mil hectares, né, com vários grupos, várias associações (Nunes W., 2023).

Na falta de uma organização do Estado que garantissem esse acesso às terras, a comunidade se organizou em associações que, em um segundo momento, reuniram-se na UASA para pleitear melhores condições. Segundo participante, a UASA surgiu em um contexto em que só existia a Associação Agrícola São Joaquim (aquela única que não participa da união das associações). O período era o do Governo Sarney quando cerca de 650 famílias teriam chegado a ser beneficiadas com a posse de terra anteriormente pertencente à União e já ocupadas pela população. No entanto, o descontentamento cresceu devido ao tamanho limitado das terras, que era de apenas cinco hectares por família, o que se tornava insuficiente à medida que as famílias cresciam.

Dessa insatisfação surgiram novos grupos, que saíram da Associação Agrícola São Joaquim, e passaram a compor novas associações, vinculadas às comunidades/povoados onde viviam, às pautas comuns, ou às atividades de trabalho (como foi o caso da Colônia de Pescadores). Em um segundo momento, elas irão se reunir na UASA para endossar suas reivindicações. Nas próprias metas do grupo está destacado o objetivo de “apoiar a ocupação de terras devolutas para que se concretize um pouco da reforma agrária desejada pelos trabalhadores” (UASA, 1990).

Enfrentadas as investidas do Estado e de demais interessados na grilagem, e uma vez conquistada a terra, o desafio era mantê-las. Para isso, a escolha da UASA foi o cercamento das terras. Inicialmente, o que me parecia óbvio foi esclarecido logicamente: antes da construção da barragem, muitas das famílias que foram retiradas pelo lago, utilizavam as áreas de vazante do Rio São Francisco de forma comunitária, portanto, cercá-las não era necessário, a não ser para os casos em que o objetivo era proteger as plantações dos animais. Em Sobradinho, contudo, as cercas

³⁵ “Reforma agrária já antecipada” nesse contexto se refere ao termo ainda não ser difundido sob a ótica do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), ainda que o conceito de distribuição de terra já fosse central para a organização popular em Sobradinho.

serviriam também para demarcar as terras ocupadas pelas associações. Como essa era uma tarefa que exigia meios financeiros para se realizar, foi através da UASA e do fundo comunitário que obtiveram os recursos necessários para compra de insumos, como arame farpado.

Existem registros de que toda a área atingida pela barragem de Sobradinho tenha, imediatamente ou não, sofrido privatizações de terras de uso comum (Sigaud 1985). As atividades da UASA tentavam justamente promover que o interesse em aumentar o patrimônio familiar não se sobrepusesse às necessidades comuns. O que certamente foi um desafio enfrentado pelo grupo, dado os acontecimentos narrados aqui. Nos relatos da UASA, existia a preocupação de que, uma vez conquistadas e cercadas, essas terras fossem alvo de iniciativas individuais de venda em detrimento do bem comum. Então, em paralelo, discutia-se o uso sustentável e cooperativo desses espaços, o que acabou por incentivar práticas de agricultura orgânica e a implementação das criações em fundo de pasto. Logo, a ideia era que a discussão da reforma agrária, ao permear com frequência às reuniões do grupo, contribuísse para a conscientização política dos associados e, por meio de reflexão crítica, para pensar sobre quais foram as condições sociais e políticas que os levaram à situação que se encontravam, para, a partir de então, buscar as ferramentas de mudança, como as elencadas nos tópicos anteriores.

5.3 Novos desafios

Resumir as relações neste período a dualismos seria reproduzir a lógica que classificava os sujeitos das ações aqui narradas como de "segunda categoria". Foi a lógica dualista entre "sociedade moderna" e "sociedade tradicional" (Oliveira, 1973) que justificou o avanço do suposto progresso sobre os trabalhadores do campo na região de Sobradinho. Como visto, o Estado esteve à frente das ações sob as justificativas de autonomia energética, redução das migrações e melhoria da qualidade de vida. Nos relatos de jornais, nas entrevistas, documentários e dados coletados, fica claro que as benfeitorias trazidas com o plano energético serviram apenas a alguns grupos específicos. Longe de querer definir a quem exatamente serviram essas grandes obras no Vale do São Francisco, é, no entanto, claro a quem ela não serviu, mas ao contrário, prejudicou.

A União das Associações de Sobradinho e Arredores é, desde a origem, um movimento mais à esquerda no espectro político. Pautando reforma agrária e acesso a direitos básicos, e com membros participantes de partidos como o PT, não demorou para que conflitos com o poder local, majoritariamente mais conservador, eclodissem. Em paralelo, o grupo parecia entender que desempenhava papel de coordenação e apoio às iniciativas das associações, logo, o ritmo de suas ações era orientado pelo engajamento dos sócios e não imposto a eles. Além disso, a busca por financiamento dos seus projetos era tida como algo provisório, já que a responsabilidade sobre as demandas populares sempre foi do Estado e deveriam ser assumidas por ele.

O cenário político mudou no decorrer das atividades da UASA e somaram-se complexidades às suas atividades, além de dificuldades já conhecidas. Como o sistema de coordenação do grupo era rotativo entre os representantes das associações, houve alterações na gestão das atividades que parecem ter sido centrais para o declínio do grupo. Em 2003, a UASA encerrou suas atividades enquanto organização que congregava grupos em Sobradinho. Muitas associações seguem suas atividades individualmente, e a coordenação e o auxílio técnico não são mais conquistados em grupo.

Os financiamentos conquistados pelos projetos da UASA proporcionaram certa autonomia para suas atividades, mesmo em meio a cenários de oposição política. No entanto, à medida que diferentes gestões se sucediam e a disputa pelo poder se intensificava, uma série de medidas foram tomadas, enfraquecendo – aparentemente - o movimento. Isso ressalta a complexidade das práticas associativas e participação política, que pode muitas vezes encobrir interesses que fogem das iniciativas do grupo, não obstante os perigos de manipulação e monopolização de recursos serem inerentes a essa dinâmica social (Lüchmann, 2014).

Desde sua formação em 1987, a União das Associações de Sobradinho e Arredores representava a maioria do movimento associativista na cidade, contando com 22 associações. Os relatos coletados indicam que as demais mobilizações estavam concentradas na Associação Agrícola São Joaquim, que ocupava uma posição política oposta à da UASA. Essa oposição se refletiu em disputas pelo controle de instituições importantes, como a Escola Família Agrícola de Sobradinho (EFAS) – hoje gerida exclusivamente pelo poder municipal – perdendo parte de sua

identidade agrícola. Nas entrevistas, surgiram comentários que sugerem que o acesso a recursos financeiros foi um dos motivos para disputas internas e externas de poder, contribuindo para o declínio das atividades da UASA.

Logicamente, o cenário político mudou no decorrer das atividades da UASA, culminando com o fim das atividades do grupo em 2003. Ainda assim, algumas associações seguem suas atividades individualmente. Durante todo período de pouco mais de dez anos de história da união das associações, houve momentos em que as atividades da UASA estavam sobrepostas às daquelas do poder municipal. Seja na participação em ações de vacinação, seja na promoção de projetos de acesso à água e insumos para a agricultura. Nesse contexto, muitos membros da UASA, claramente alinhados ideologicamente a políticas do bem comum, apoiavam partidos políticos com a mesma orientação (embora esses partidos tenham enfrentado derrotas tanto no governo estadual da Bahia quanto no governo municipal).

Os relatos dos entrevistados sugerem que um dos objetivos mais amplos da UASA era buscar a emancipação do município de Sobradinho (Figura 19), o que seria uma realização significativa para o grupo. No entanto, há indícios de que essa visão pode ter sido obscurecida pelas retaliações enfrentadas pelo grupo, especialmente à medida que algumas de suas demandas foram absorvidas pela agenda da emancipação municipal.

Figura 19: Imagem aérea da Vila São Joaquim.



Fonte: Prefeitura de Sobradinho, 2022.

Durante certo período, as atividades da UASA se sobrepuseram às do governo municipal, preenchendo lacunas deixadas pelas autoridades de Juazeiro em termos de atendimento às comunidades da região. No entanto, após a emancipação do município, a relação entre a UASA e o governo municipal mudou. Um dos entrevistados relata que, inicialmente, houve tentativas de colaboração com a administração municipal recém-empossada, vide a participação no planejamento urbano do município: “a gente procurou o vice para discutir com ele, inclusive participar do plano diretor urbano do município, discutir as propostas para o município. E aí até foi bom no início, mas depois ele queria impor do jeito dele fazer as coisas, e a gente não concordou”.

Desavenças surgiram quando o governo local tentou impor suas próprias agendas à UASA, levando a organização a se distanciar das discussões. Esse afastamento resultou em retaliações por parte da prefeitura, contribuindo para o enfraquecimento e para a crise interna da organização. Como destacado por Tanaka et al. (2019) com relação ao planejamento popular no Brasil:

É importante salientar que, enquanto os moradores e movimentos tentam criar espaços de interlocução com o estado ou ampliar o espaço governamental cedido para participação e decisão – uma tentativa de “perversão” dos espaços “convidados” -, o poder público – quase sempre a Prefeitura - busca interferir nos processos autônomos de mobilização e deslegitimar os espaços “inventados” fomentando dissensões internas, produzindo desinformações, cooptando determinados atores, entre as muitas estratégias observadas (Tanaka et al, 2019, p.117-118).

Essas represálias e a dificuldade em renovar convênios importantes levaram ao declínio da UASA. A falta de recursos financeiros e a necessidade de demitir técnicos especializados minaram a capacidade da organização de prosseguir com suas atividades ainda mais. Finalmente, o enfraquecimento da estrutura organizacional levou à saída de membros-chave, deixando a UASA em uma situação precária até a sua eventual dissolução no início dos anos 2000.

Entende-se que a fundação da UASA foi uma resposta à necessidade de unir todas as associações locais para buscar apoio visando ao desenvolvimento do município, mesmo antes de sua emancipação oficial de Juazeiro. Em meados da década de 1980, as associações estavam envolvidas em movimentos de emancipação, e a UASA surgiu como parte desse movimento mais amplo, buscando consolidar a história da região e sua autonomia política. Durante muitos momentos, as atividades da UASA se sobrepuseram às do governo municipal, que falhava em atender plenamente as necessidades das comunidades locais. Essa sobreposição demonstra a importância do papel desempenhado pela UASA na prestação de serviços essenciais e na promoção do desenvolvimento local, mesmo diante da ausência de apoio governamental adequado.

No entanto, ironicamente, a emancipação municipal parece ter contribuído para a desunião das associações. Apesar de sua importância para a consolidação da emancipação, a UASA passou a enfrentar, nesse período, problemas estruturais que minaram sua capacidade de avançar em seus objetivos originais. O enfraquecimento da mobilização social ocorre no contexto de uma vitória significativa para o grupo: a conquista da visibilidade institucional que a emancipação municipal trouxe. De certa forma, isso aponta para a quase unânime necessidade de negociação que o planejamento popular precisa enfrentar para conquistar algo dentro dos espaços convidados. Por outro lado, a migração de atores do movimento associativista para dentro de órgãos do governo, ou para própria participação de disputas partidárias, também pode ter sido um fator determinante no enfraquecimento da atuação coletiva da UASA.

Hoje algumas associações encontram-se encerradas e terras de uso comum foram repartidas entre seus sócios. Os projetos em comum foram finalizados ou transformados. Aquilo que a princípio parecia apenas o declínio do movimento

associativista parece ter gerado, em profundidade, frutos diretos e indiretos. A Associação Comunitária dos Plantadores de Cebola (ACOPLACE), por exemplo, encerrou suas atividades e teve o prédio de sua sede colocado a leilão; em contrapartida, o desejo inicial de dar autonomia ao agricultor parece ter sido parcialmente alcançado, uma vez que alguns dos seus antigos membros conseguem comercializar suas produções e permanecem ligados à produção rural. A Escola Família Agrícola de Sobradinho (EFAS), por outro lado, parece ter perdido o seu caráter original, mas as disputas em torno deste projeto fizeram com que, hoje, a escola seja capaz de receber um número maior de estudantes, com sua estrutura ampliada, embora tenha características de ensino comuns às demais escolas municipais. Algumas associações foram dissolvidas muito em função do envelhecimento dos sócios e da falta de engajamento das novas gerações, mas fica claro que a organização popular em Sobradinho rendeu muitos frutos. Seja pela consciência política, seja pelo legado material deixado pelos projetos da UASA, o planejamento popular foi extremamente significativo na mudança de vida daqueles que foram atingidos pela barragem de Sobradinho.

6 COMENTÁRIOS FINAIS

As ações em torno do aproveitamento do potencial energético do São Francisco na década de 1970 despertou reações de resistência e luta popular na região de Sobradinho. Sob o argumento de propiciar melhores condições de vida ao sertanejo, os investimentos estatais para a construção de hidrelétricas na bacia do Rio São Francisco avançaram sobre áreas de ocupação popular. As experiências de mobilizações sociais em Sobradinho estão descritas neste trabalho como um exemplo entre os muitos casos das iniciativas de atingidos por barragens. As intervenções no Rio São Francisco afetaram diferentes povoados, municípios e regiões, mas, por razões de experiência pessoal e disponibilidade prática, Sobradinho foi destacada aqui enquanto foco deste trabalho.

Após discorrer sobre as principais ações da União de Associações em Sobradinho e Arredores, cabe destacar a discussão sobre planejamento popular enquanto instrumento de ação política protagonizada por aqueles em condições mais vulneráveis nesse processo. A articulação das atividades realizadas pela população como forma de resistir e promover mudanças buscou, com base nas informações disponíveis, compreender e recontar a história do planejamento popular nesse contexto específico. A revisão histórica das atividades da UASA teve por objetivo mapear, esclarecer e recuperar de forma sintética as atividades e os debates populares neste contexto específico. A disposição de cada um dos tópicos respeitou a forma como o próprio grupo intitulava, organizava e narrava suas ações em seus registros. As iniciativas estão classificadas entre “Fortalecimento Organizacional e Político”, “Agricultura e Produção Sustentável”, “Infraestrutura e Desenvolvimento Comunitário” e “Educação e Capacitação” conforme esquematizado na tabela 03.

O “Aprofundamento Sindical, Associativista, Cooperativista e Político” na UASA reflete a busca por integrar trabalho e militância para transformar a realidade. Os membros do grupo, conscientes das limitações impostas pelo contexto, procuraram promover transformações por meio da capacitação e engajamento em projetos de mudança. O debate sobre consciência de classe é um elemento central frequentemente registrado nas atividades da UASA e essencial para reivindicar

melhores condições agrícolas diante das novas realidades regionais. Embora não se posicionasse como um partido político, a UASA buscava refletir nas suas ações um compromisso com o bem comum, tendo alguns de seus membros se alinhado junto ao Partido dos Trabalhadores na política local. O objetivo era conscientizar sobre as origens socioeconômicas dos problemas e capacitar os trabalhadores para se tornarem agentes de sua própria história.

A UASA surgiu em resposta à necessidade de acesso à terra e a melhores condições aos produtores agrícolas. As primeiras organizações populares, especialmente na vila São Joaquim, enfrentaram a especulação fundiária através da cooperação e apropriação coletiva da terra. Com a construção da barragem de Sobradinho, a organização popular se tornou crucial para conquistar e manter terras. O movimento de reforma agrária liderado pela UASA foi impulsionado pela ocupação de terras devolutas e a resistência à destruição de espaços construídos pela Chesf. A discussão sobre reforma agrária nas reuniões do grupo visava conscientizar politicamente os associados e refletir criticamente sobre as condições sociais e políticas, buscando ferramentas para promover mudanças e melhorar as condições de vida da comunidade. Nesse contexto, a UASA incentivou práticas sustentáveis, como agricultura orgânica e criações em fundo de pasto no uso cooperativo das terras conquistadas.

A promoção da “Pequena Agricultura Irrigada Orgânica”, adaptada às condições locais, sempre foi uma prioridade. De acordo com as metas do projeto de cofinanciamento do CEBEMO em 1990, o incentivo era para uma agricultura sem dependência de agrotóxicos ou equipamentos inadequados. Após a construção da barragem, muitos trabalhadores migraram ou retornaram à agricultura e enfrentaram desafios devido às diferenças climáticas e de solo em relação aos que já conheciam. A salinização do solo foi identificada como um problema que demandava assistência técnica para melhorar a forma como eram utilizados os sistemas de irrigação. Exemplos de sucesso, como a Associação São Sebastião, escavaram valetas para bombear água, transformando terras ociosas em produtivas. Com ideal semelhante, a organização também se empenhou em discutir sobre a redução do uso de agrotóxicos, promovendo práticas mais sustentáveis.

A iniciativa do “Banco de Sementes” teve como base a formação do lago da barragem e a consequente perda de sementes para muitos agricultores. Para enfrentar esse desafio, este banco garantia o acesso a sementes e promovia a redistribuição de grãos. Agricultores utilizavam as sementes para o plantio e devolviam uma quantidade aumentada após a colheita, garantindo a continuidade do sistema. Essa iniciativa fortalecia a segurança alimentar e a sustentabilidade das práticas agrícolas. As variedades de grãos de gergelim, milho, feijão, abóbora, algodão, arroz, melancia e capim seguiam os hábitos de produção local, e eram armazenados conforme conhecimento adquirido durante o processo de colaboração entre a UASA e demais experiências de colaborativismo.

Iniciativa semelhante foi a do “Banco de Mudas”, que contou com o apoio municipal e foi implementado na Escola Família Agrícola de Sobradinho (EFAS). A atividade envolvia a produção de mudas de árvores frutíferas e forrageiras e gerava receita através da comercialização. Era a forma de implementação do conhecimento adquirido pelos jovens com assistência dos técnicos capacitados.

Voltado para a criação de espécies adaptadas ao clima local, o “Banco de Matrizes e Reprodutores de Pequenos Animais” tinha como foco o gado caprino devido à sua resistência à seca e capacidade de se alimentar de vegetações variadas na Caatinga. Essa escolha tinha por objetivo a sustentabilidade e a resiliência da atividade pecuária na região.

A ideia de criar um “Banco de Mecanização Agrícola” visava proporcionar autonomia ao pequeno produtor através da organização comunitária e do acesso a maquinários adequados. Apesar da dificuldade encontrada no prosseguimento desta ideia, os debates acerca da cooperação presente na maioria dos projetos da UASA demonstram a solidariedade envolvida nos debates do grupo.

A escassez de água, também, sempre foi uma questão crucial para os sertanejos. Em São Gonçalo da Serra, a comunidade enfrentava dificuldades extremas, com 20 famílias dependentes de um poço situado a 2,8 km de distância. A organização coletiva centralizada na UASA apoiou a instalação de tubulação para facilitar o acesso à água, comprando os materiais necessários e fornecendo assessoria técnica. Os moradores se uniram em mutirões para cavar as valas e instalar os canos, melhorando significativamente suas condições de vida. A meta era

instalar torneiras nos quintais das casas, garantindo uma cota inicial de 200 litros diários por família e, em paralelo, rejeitar o aumento de vazão junto aos órgãos públicos para possibilitar a irrigação de plantas frutíferas.

Iniciada em 1990, a construção da Barragem do Canaã objetivava fornecer água para consumo humano, animal e para irrigação na comunidade local. Localizada em uma área de caatinga e cortada pelo riacho intermitente Tatuí, a solução encontrada foi a construção de uma barragem vertedouro. A obra, que envolveu a participação ativa dos associados e profissionais locais, resultou em um reservatório com capacidade para 100.000 m³ de água.

Por sua vez, a comunidade de Poço do Juá, inteiramente composta por famílias realocadas pela construção da barragem, iniciou a construção de uma barragem no leito do riacho Tatauí em 1989. A obra, realizada com apoio da UASA, CAR e SOSE, enfrentou interrupções por falta de recursos. O objetivo era fornecer água para consumo humano, animal e para irrigação das terras. Apesar dos desafios e da ameaça de perder terras para especuladores, a comunidade recebeu apoio de várias entidades, reforçando sua união e resiliência.

A Associação Comunitária dos Plantadores de Cebola (ACOPLACE), fundada em 1984 para combater a desvalorização de suas produções pelos atravessadores, foi uma das iniciativas locais apoiada pela força coletiva da UASA. A principal colaboração do grupo foi na reconstrução do telhado da sede após um vendaval, demonstrando seu compromisso com o fortalecimento dos produtores locais.

Nesse liame, a produção de farinha de mandioca destaca-se como uma atividade central para os moradores da região. A construção da Casa de Farinha Sangradouro, destinada a servir a Associação de Desenvolvimento Comunitário do Sangradouro e outras associações, buscava melhorar a estrutura de beneficiamento e comercialização da mandioca. A iniciativa da UASA contribuiu para a construção do edifício, que acabou por não ter o seu uso efetivado. Entretanto, a organização em torno desses propósitos, assim como em outros projetos, demonstra o compromisso do grupo com suas pautas coletivas e a eficácia do planejamento popular em destacar questões que provavelmente não seriam abordadas voluntariamente pelo poder público.

Já o “Intercâmbio de Informações e Tecnologias” agrícolas foi uma prática essencial promovida pela UASA, como destacado no projeto de cofinanciamento com a CEBEMO em 1990. Para o armazenamento de grãos no banco de sementes, a experiência do Movimento de Organização Comunitária (MOC) em Feira de Santana foi exemplo significativo, influenciando a escolha dos silos de zinco. A Escola Família Agrícola de Sobradinho (EFAS) também se beneficiou diretamente da metodologia aplicada pela Escola Família Agrícola Riacho de Santana.

Além das experiências na Bahia, a organização buscou conhecimentos em outras regiões do país, como no Paraná, onde agricultores locais aprenderam sobre a organização e técnicas de agricultura familiar. Essa busca por intercâmbio permitiu adaptar e aplicar esses aprendizados na própria realidade local, resultando em reconhecimento e tornando as experiências do grupo uma fonte de referências dentro do movimento associativista a partir do compartilhamento de suas práticas e da contribuição para o desenvolvimento de outras organizações. O reconhecimento da necessidade de trocar experiências e a prática de colaboração entre as organizações populares contribuíram para o fortalecimento da identificação e formação do sujeito coletivo no processo de planejamento popular da UASA.

Essa identidade fortalecida contribuiu significativamente para iniciativas como a Escola Família Agrícola de Sobradinho (EFAS). A EFAS desempenhou um papel crucial no grupo, focando na educação dos jovens dentro do contexto agrícola e enfrentando as inúmeras dificuldades da região. Como a possibilidade de escolarização das crianças foi um fator decisivo para a escolha pela Vila São Joaquim por muitas famílias no processo de realocação da barragem, a busca por um ensino adequado à realidade campestre local se tornou central para os associados à UASA. Essa necessidade foi fortalecida pelas diversas tentativas frustradas de produção agrícola devido à falta de conhecimento. A ideia da escola ganhou força nas discussões sobre a continuidade do trabalho associativista e a necessidade de manter os filhos dos agricultores envolvidos com a terra. Com uma pedagogia de alternância, a escola permitia que os estudantes passassem períodos obtendo conhecimento e outros os compartilhando com suas comunidades. Essa abordagem integrava educação e prática agrícola, fortalecendo o vínculo dos jovens com a terra e promovendo a sustentabilidade das comunidades agrícolas.

Todas essas ações remontam o que foi a prática de planejamento popular em Sobradinho. Conforme as experiências de resistência às remoções registradas por Tanaka et al (2019), o planejamento popular autônomo brasileiro é um instrumento direto de ação política. A ameaça de remoção iminente e a urgência em apresentar proposições alternativas são características das situações conflituosas enfrentadas pela organização popular. Sobradinho se relaciona com esses casos, em diferentes pontos, seja com a pauta de tentar manter os vínculos com seus espaços de origem, com o fato de serem desconsiderados nos processos de planejamento do Estado, seja na formação de um sujeito coletivo para enfrentar as ameaças.

Diferente de outros casos de planejamento popular, em Sobradinho, as remoções não eram ameaças, mas uma situação já colocada. Após serem retirados pela barragem e seu lago, a população criou condições de resistir à situação que já estavam postas. Aqui, a natureza conflitual não está em elaborar contrapropostas diretas aos planos do Estado, mas em se organizar para criar espaços de pensamento e proposição à revelia das ações públicas. Reivindicar, resistir e ocupar espaços que lhes eram negados são as principais expressões de conflitos do movimento popular em Sobradinho.

A insistência em serem enxergados pelo Estado enquanto sujeitos relevantes, seja na reivindicação de iniciativas públicas, seja na ação direta de medidas autônomas, contribuiu para que elementos diferentes dos usuais fossem considerados no debate público em Sobradinho. Como desenvolvido por Tanaka *et al*:

Os espaços de planejamento populares autônomos permitiram trazer à pauta elementos muitas vezes secundarizados diante das estruturas rígidas dos programas governamentais, ou mesmo da agenda prioritária definida em espaços de decisão distantes do cotidiano popular, como será abordado adiante (Tanaka *et al*, 2019, p. 99-100).

As associações eram espaços locais de contestação da realidade e a UASA se fez um espaço unificado dessa luta, onde o planejamento popular deu oportunidade para o fortalecimento do debate sobre questões locais e para o protagonismo para as ações populares. As iniciativas práticas, como a construção de barragens, escola e fornecimento de sementes, marcam significativamente esta experiência. Mais que isso, a construção de uma identidade coletiva e a criação de espaço para debates onde o protagonismo popular era valorizado levou à formação de lideranças que

influenciaram a política da região. A EFAS formou jovens que participavam das atividades agrícolas em suas localidades e abriu perspectiva para que, através da educação, a realidade que vivenciavam pudesse ser modificada. Nessa mesma dimensão, membros da UASA migraram para outras formas de participação popular, seja na efetiva participação da política partidária, se candidatando a cargos na câmara de vereadores, na integração de secretarias dentro do governo municipal, seja na migração para órgão do estado como CAR e IRPAA. Isso leva a reflexão de que, ainda que a posição política de oposição aos governos e seus representantes fosse clara, como relatada nos arquivos do grupo, muitos dos integrantes das associações se engajaram politicamente nos espaços convidados institucionalizados e não pareciam querer compor unicamente uma força paralela ao Estado, mas, sim, participar das decisões e ter suas reivindicações ouvidas e representadas pelo governo. Além disso, uma vez que algumas associações e a própria UASA deixam de existir, o espírito de comunhão do sujeito coletivo passa a influenciar outras organizações populares de maneira definitiva. Assim como no caso da Vargens, sobre o qual tratou Tanaka et al (2019), a intimidade das relações entre os atores políticos foi fundamental para a construção de elos que passam a influenciar em diferentes contextos políticos. Uma vez estabelecidos atores nos processos de ação popular, a colaboração desses nos processos subsequentes garante um novo cenário com amplo leque de apoiadores às iniciativas autônomas de planejamento (Idem). Hoje, cinquenta anos após a construção da barragem de Sobradinho, as demandas já não são as mesmas, o cenário político tampouco, consequentemente, surgem novos meios de reivindicação popular.

Para se contrapor aos argumentos técnicos que supostamente defendiam o interesse público, a população subalterna elabora, através de uma narrativa composta por sua história compartilhada, um discurso que confere unidade e legitimidade às suas ações (Tanaka et al, 2019). A organização das associações em Sobradinho já foi, em si, a criação de espaço concreto de ação. A união materializada na UASA foi responsável pela expansão desse espaço inventado fora do Estado. Foi nesse espaço para debates, reflexões e articulações dos atores que as mobilizações foram planejadas. Mais que isso, é nesse espaço inventado que a identidade coletiva se reforça e novas mentalidades se formam. Uma vez formadas, essas mentalidades

passam a permear os debates que se seguem. A consciência conquistada enquanto coletivo passa a influenciar as mobilizações a partir daí.

Ainda no acampamento da obra da barragem, na “Vila Papelão” ou no “Cai Duro”, a negligência do poder público empurrou a população para organização de espaços não institucionalizados, fora do Estado. As medidas anteriores, que consistiram em desapropriar os atingidos pela construção da barragem de Sobradinho, realocando-os para distintas regiões com novos modelos de ocupação do território ou em simplesmente ignorá-los, claramente tornaram ainda mais difíceis a organização popular. A identificação entre os novos moradores da Vila São Joaquim, vindos para buscar trabalho na obra ou terras para reconstruir suas casas, precisou superar obstáculos únicos desse contexto. Como se associar com pessoas que não conheciam? Como idealizar novas condições de vida junto àqueles que não se sabia de onde vinham? É possível apenas imaginar todas as diferenças que precisaram ser transpostas para criação de um sujeito coletivo. Ainda assim, novas identidades coletivas foram criadas e novos espaços de planejamento autônomo popular foram materializados nas associações.

Além da própria população, estiveram presentes nesse processo atores que contribuíram e influenciaram nas ações da UASA. É importante lembrar da presença progressista da igreja católica nessa comunidade que se formava. Na região de Juazeiro, Dom José Rodrigues é destacado como figura que representava o viés de assistência social que a igreja teve para os atingidos. Como visto, a situação na vila São Joaquim era de extrema precariedade na sua ocupação inicial, e é nesse contexto que as ações sociais vinculadas à Pastoral vão se voltar para esta população mais carente. É claro, no entanto, que todas essas ações estavam impregnadas pela evangelização, o que certamente também passa a caracterizar as ações das associações, inclusive na composição dos financiadores dos seus projetos. Entre esses financiadores vinculados à igreja católica, a contribuição de grupos europeus também alerta para mais alguma possível influência desse olhar externo sobre as ações do grupo. Fato é que foi através desses recursos que muitas das realizações do planejamento popular da UASA foram possíveis.

O financiamento estatal de ações, como a construção de pequenas barragens em área de sequeiro, se soma à participação de órgãos vinculados à igreja católica e

a própria participação direta da população para a efetivação dos projetos, fruto do planejamento popular. Para além da invenção de espaço para suas pautas, a organização em torno da UASA participava dos espaços convidados institucionalizados como mais uma ferramenta de mudança. Portanto, algumas das limitações que espaços inventados ou convidados estabeleciam nesse contexto eram parcialmente superadas ao se somar as possibilidades disponíveis e criadas para que as demandas populares fossem ouvidas.

Para que suas pautas fossem ouvidas e suas ideias postas em prática, a população da região de Sobradinho não só resistiu através da ocupação da vila São Joaquim e de terras para produção agrícola, como também se reuniu, debateu, e buscou organizações com as quais pudessem dialogar. O planejamento popular de Sobradinho insurgiu em meio aos diversos impactos impostos pela barragem e buscou colocar o povo no protagonismo de suas vidas após os inúmeros eventos que buscavam empurrá-los para uma realidade qualquer às margens da sociedade que se formava. A forma como foi conduzido o processo de realocação dos atingidos pela barragem de Sobradinho e a negligência na conformação das novas localidades tentavam forçar uma condição de subcidadania a essa população subalterna (Tanaka et al, 2019)

A escala do planejamento popular de Sobradinho é quase local, expandindo em pouco as fronteiras do município que ele mesmo emancipou. Seja nas ações de resistência e permanecimento em suas áreas, seja nos projetos para melhorar suas condições de sobrevivência, a magnitude da atividade popular estudada aqui está diretamente relacionada a um pequeno município que se formou nas proximidades da barragem de Sobradinho, o que em nada reduz os eventos, mas pelo contrário, ressalta o impacto que o planejamento popular foi capaz de alcançar em condições sempre muito diversas e contrárias.

REFERÊNCIAS

- AUGEL, Johannes. **O Lago de Barragem de Sobradinho/Bahia (Brasil) Implicações Econômicas e Sociais de Um Projeto de Desenvolvimento**. Revista Geográfica, no. 98, 1983, pp. 30–43. JSTOR, Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/40992443>. Acesso em: 03 julho 2023.
- CAPISTRANO DE ABREU, João. **Capítulos de história colonial (1500-1800)**. Biblioteca Básica Brasileira. 1934
- CASTRO, Vonínio B. BARROS, Flávio B.; ACEVEDO, Rosa E.; MARIN, Nirvia R. **Os vazanteiros, a agricultura de vazante e as barragens da destruição no Médio rio Tocantins: perspectivas etnoecológicas**. Estudos Sociedade e Agricultura, v. 26, n. 1, p. 65-102. 2018.
- CASTRO, Josué de. **Geografia da Fome - O Dilema Brasileiro: Pão ou Aço**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1946.
- CHESF. Projeto Sobradinho- **Relatório final de progresso**. Companhia Hidroelétrica do São Francisco, 1983.
- COHN, A. **Crise Regional de Planejamento: o processo de criação da SUDENE**. São Paulo: Perspectiva. 1976
- COLI, Luis Régis. **Difusão, mobilidade internacional de políticas e perspectivas contra-hegemônicas: consensualismo, resistência e planejamento urbano**. INSITU , v. 5, p. 09-28, 2019.
- COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA. **Portfólio Codevasf**. Disponível em: <https://www.codevasf.gov.br/acesso-a-informacao/institucional/biblioteca-geral-rocha/publicacoes/outras-publicacoes/portfolio-codevasf.pdf>. Acesso em: 20 maio 2024.
- CONGRESSO, Nacional. **CPI das Cheias do São Francisco: Relatório da CPI**. Câmara dos Deputados. 1980
- COOPERATIVA EDUCACIONAL DE SOBRADINHO. **Sobradinho, 25 anos após o enchimento do lago**. Sobradinho, 1999.
- COSTA, Ana Luíza Martins. **A barragem de sobradinho: o desencontro cultural entre camponeses e técnicos do estado**. Rio de Janeiro, 1990
- _____. **Uma Retirada Insólita: Rio São Francisco Barragem de Sobradinho**. UFRJ, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 1989.
- DIAS, Simone. **Trajetória dos Fundos de Pasto na Bahia**. VI Encontro Estadual de História - ANPUH/BA, 2013.

DIANI, M. & BISON, I, Mario. **Organizações, coalizões e movimentos**. Revista Brasileira de Ciência Política, [S. l.], n. 3, p. 219–250, 2012. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/rbcp/article/view/1681>. Acesso em: 17 abril 2024.

DUQUÉ, Ghislaine. **Casa nova: interventions du pouvoir et stratégies paysannes**: un 'municipe' du 'sertão bahiano' à l'heure de la modernisation. Thèse de doctorat de 3^o cycle en sociologie. École des Hautes Etudes en Sciences Sociales, 1980

_____. **A experiência de Sobradinho**: problemas fundiários colocados pelas grandes barragens. UFPB. 1982

ESTRELA, Ely Souza. **Três Felicidades e um Desengano**: A experiência dos beraderos de Sobradinho em Serra do Ramalho - BA. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, fevereiro de 2004.

ESTRELA, Ely Souza. **Um rio de memórias Vivendi dos beraderos sanfranciscanos antes da represa de Sobradinho (Bahia)** Histórias & Perspectivas, Uberlândia, Minas Gerais, 2009.

FARIA, José Ricardo V.; PONTES, Daniele R. **Planejamento militante**: trajetória e instantâneos da experiência da Ambiens Sociedade Cooperativa. In: OLIVEIRA et al (Org.). Planejamento e Conflitos Urbanos: experiências de luta. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2016

FARIA, José Ricardo V. **Função Social E IPTU Progressivo**: O Averso do Averso num Desenho Lógico. Anais do XV ENANPUR. Recife: ANPUR, 2013

FURTADO, Celso. GTDN. **Uma política de desenvolvimento para o Nordeste**. Rio de Janeiro, Presidência da República, 1959

FRANK, André Gunder. **O desenvolvimento do subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1966

GONÇALVES, Esmeraldo L. **OPARA – Formação Histórica e Social do Submédio São Francisco**. Petrolina: Gráfica Franciscana, 1997.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. (s.d.). **IBGE Cidades**. Recuperado em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pesquisa/23/22787?localidade1=293077>.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte, Tradução de Sergio Martins, Editora UFMG, 1999.

LETURCQ, Guillaume. **A Diversidade dos Atingidos por Barragens no Brasil**. II Encontro Brasileiro Ciências Sociais e Barragens e I Encuentro Latinoamericano Ciencias Sociales y Represas, Salvador, pp.250, 2007

MIRAFTAB, Faranak. **Insurgência, planejamento e a perspectiva de um urbanismo humano**. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, v. 18, n. 3, p. 363, dez. 2016.

_____. **Insurgent Planning: Situating Radical Planning in the Global South**. In: "Planning Theory", Vol.8, p. 32-50; SAGE Publications, 2009.

MONTE-MÓR, Roberto Luís. **Cidade e campo, urbano e rural: o substantivo e o adjetivo**. In: Feldman, Sarah; Fernandes, Ana. (Org.) O urbano e o regional no Brasil contemporâneo: mutações, tensões, desafios. EDUFBA, p. 93-114. Salvador, 2007

NUNES, Rosineide. **História falada de Sobradinho**. Sobradinho, BA, 2023. Entrevista concedida a Luiza Nunes.

NUNES, Willys. **História falada de Sobradinho**. Sobradinho, BA, 2023. Entrevista concedida a Luiza Nunes.

OLIVEIRA, Francisco de. **A Navegação Venturosa: Ensaio sobre Celso Furtado**. São Paulo: Boitempo, 1992.

_____. **Crítica à razão dualista/O ornitorrinco**. São Paulo, Boitempo, 2007.

PATRICK, Stewart; HUGGINS, Alexandra. **The Term "Global South" Is Surging. It Should Be Retired**. 15 ago. 2023. Disponível em: <https://carnegieendowment.org/posts/2023/08/the-term-global-south-is-surging-it-should-be-retired?lang=en>. Acesso em: 22 maio 2024.

PINTO, J. R. de S.; MIGNOLO, W. D. **A modernidade é de fato universal? Reemergência, desocidentalização e opção decolonial**. Civitas: revista de Ciências Sociais, [S. l.], v. 15, n. 3, p. 381–402, 2016. DOI: 10.15448/1984-7289.2015.3.20580. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/20580>. Acesso em: 9 abr. 2024.

PONTES, Daniele R.; UCHIMURA, Guilherme C., FARIA, José Ricardo V., & AULER, Mariana M., **Territórios subsumidos: insistências despossessórias e sujeitos contingentes**. Revista Katálisis, vol. 24, n. 3, 2021, pp.542-553. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=179669814011>. Acesso em: 30 abril 2024.

ROCHA, Geraldo. **O Rio São Francisco: fator precípua da existência do Brasil**. 3.ed São Paulo, 1983.

SANDERCOCK, Leonie. **Introduction: Framing Insurgent Historiographies for Planning**. In: Making the Invisible Visible. A Multicultural Planning History. Los Angeles: University of California Press, 1998.

SIGAUD, Lygia. **Efeitos sociais de grandes projetos hidrelétricos: as barragens de Sobradinho e Machadinho**. COPPE, UFRJ. Rio de Janeiro, 1985

SILVA, Emanuel F. **Cultura e identidade**: a diversidade no município de Sobradinho-BA. Monografia (Especialista em Educação Contextualizada para a Convivência com o Semiárido Brasileiro) - Universidade do Estado da Bahia. Juazeiro, 2012.

SILVA, Josefa. **História falada de Sobradinho**. Sobradinho, BA, 2023. Entrevista concedida a Luiza Nunes.

SILVA, Maria Iêda da. **Monopolização do Território Camponês pelo Capital Financeiro em Serra do Ramalho/BA**: Sujeição da Terra de Trabalho e Subsunção do Uso. Vitória da Conquista/BA, 2019.

SIQUEIRA, Ruben A. **Do que as águas não cobriram**: Um estudo sobre o movimento dos camponeses atingidos pela barragem de Sobradinho. João Pessoa, 1992.

SOUZA, C. L., & SILVA, V. P. **Grandes Projetos de Investimentos**: Da Construção/Destruição de Territórios à Problemática dos Deslocamentos Compulsórios. Caminhos de Geografia Uberlândia, 11(34), 217-224, 2010

SOUSA, Felipe J.S. **Arqueologia da paisagem**: negociações sociais na construção da cidade de Sobradinho-BA. São Raimundo Nonato, 2018.
Sobradinho - Travessia do Futuro. Direção: Pedro Lima Produção: I. Rozemberg. Rio de Janeiro, 1980. Disponível em:
<https://www.youtube.com/watch?v=uPZmMOL5yqc> Acesso em 30 agosto 2023.

Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa e de Assistência Social. (s.d.). 16 Bunkyo Rural. Recuperado de <https://www.bunkyo.org.br/br/2023/04/16-bunkyo-rural/>

TANAKA, Giselle M. M. **“Planejar para lutar e lutar para planejar”**: possibilidades e limites do planejamento alternativo. Tese doutorado. IPPUR/UFRJ: Rio de Janeiro, 2017.

TANAKA, Giselle; OLIVEIRA, Fabrício L.; COLI, Luis Régis. **Planejamento autônomo e ação política na produção da cidade**: movimentos, mobilizações e direito à cidade no Brasil contemporâneo. Anais do XVIII ENANPUR. Natal, 2019

_____; _____. **Planejamento autônomo e ação política na produção da cidade: movimentos, mobilizações e direito à cidade no Brasil contemporâneo**. In C. S. Rizek & L. Almeida (Orgs.), *Movimentos Sociais na Cidade e no Campo: Olhares e Questões Contemporâneas* (pp. 91-121). Alameda Casa Editorial, São Paulo, 2022

UASA. **Projeto UASA-CEBEMO**. União das Associações de Sobradinho e Arredores. Sobradinho, 1989

Terra Prometida. Direção: Peter von Gunten. Produção: SUISSIMAGE; Filmproduction. Zurique Confederação Helvética, 1992. Disponível em:
<https://www.youtube.com/watch?v=WKCsnGcza7Y>. Acesso em: 30 Agosto 2023

VAINER, Carlos B. **O Plano de Recuperação e Desenvolvimento Econômico e Social das Comunidades Atingidas pelas Barragens de Itá e Machadinho:** uma experiência inovadora de extensão universitária e de planejamento. Cadernos IPPUR, Vol. XVII, nº1. Jan a Jul. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2003.

_____. **Águas para a vida, não para a morte.** Notas para uma história do movimento de atingidos por barragens no Brasil. Grandes projetos hidrelétricos e desenvolvimento regional. Rio de Janeiro: Centro Ecumênico de Documentação e Informação, 1992.

APÊNDICE A

	Entrevistado (a)	Data/ descrição
1	Amarante Limoeiro da Silva	22 de março de 2024 Moradora da comunidade do Sangradouro
2	Denicio Nunes de Carvalho	05 de março de 2024 Agricultor realocado pela barragem
3	Elisabete dos Santos Silva	22 de março de 2024 Moradora da comunidade do Sangradouro
4	Francisco Ondino de Carvalho	05 de março de 2024 Pescador e agricultor realocado pela barragem
5	Guilherme Nunes Carvalho	05 de março de 2024 Ex armador de empreiteira na obra da barragem de Sobradinho
6	Gumercindo da Silva Anjos	24 de dezembro de 2023 Pescador e agricultor realocado pela barragem
7	Jailson Nogueira	30 de maio de 2023 Membro da ACOPLACE
8	João Paulo Maranhão de Aguiar	04 e 05 de fevereiro de 2020 Representante da CHESF durante a obra em Sobradinho.
9	Josefa Rita da Silva	06 de junho de 2023 Membro fundadora da UASA e atualmente a frente do sindicato de trabalhadores Rurais de Sobradinho-BA
10	Joselia Souza Carvalho	05 de março de 2024 Ex-moradora de ilha inundada pelo lago
11	Josivan Santos de Souza	13 de junho de 2023 Membro e último diretor da UASA
12	Maria Evanilde Alves de Amorim	05 de março de 2024 Ex-empregada doméstica em casa na vila Santana
13	Olavo Cardoso Ferreira	22 de março de 2024 Produtor rural de área de vazante nas proximidades de Sobradinho
14	Rosineide Conceição Nunes	11 de março de 2024 Ex-Diretora EFAS

15	Willys Conceição Nunes	18 de maio de 2023 Membro da Associação do Canaã e da UASA
----	---------------------------	---

APÊNDICE B



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

1. **Nome do projeto:** Construção Popular de Sobradinho (nomenclatura pode sofrer alterações).
2. **Características e objetivos gerais da pesquisa:** A pesquisa está sendo conduzida por Luíza Regina Anjos Nunes, mestranda do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. A pesquisa está sendo desenvolvida como trabalho de dissertação de mestrado. O objetivo deste estudo é investigar a trajetória popular em torno da construção da Barragem de Sobradinho no Estado da Bahia.
3. **Procedimentos:** A metodologia de pesquisa se dá pela revisão dos eventos históricos através de documentos e entrevistas semiestruturadas.
4. **Participação na pesquisa:** Sua participação nesta pesquisa consistirá em entrevistas respondendo algumas perguntas guias sempre que possível e relatando demais eventos que tratem ou tangenciem o tema.
5. As entrevistas serão gravadas afim de facilitar a transcrição e registro das informações. Sobre a gravação da entrevista:
 - ☐ Autorizo a gravação integral em áudio, foto e vídeo;
 - ☐ Autorizo a gravação parcial (neste caso, cabe ao entrevistado informar os trechos que deseja que não sejam reproduzidos ou divulgados) em áudio, foto e vídeo;
 - ☐ Autorizo a gravação integral apenas em áudio;
 - ☐ Autorizo a gravação parcial (neste caso, cabe ao entrevistado informar os trechos que deseja que não sejam reproduzidos ou divulgados) apenas em áudio;
 - ☐ Não autorizo qualquer gravação.
6. **Voluntariedade e direito de desistência:** Sua participação não é obrigatória. A qualquer momento, você poderá desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa, desistência ou retirada de consentimento não acarretará prejuízo.
7. **Riscos e benefícios:** A participação nesta pesquisa não incide em riscos, prejuízos, ou qualquer ganho financeiro.
8. **Direito de confidencialidade:** A fim de assegurar sua privacidade, os dados obtidos por meio desta pesquisa serão registrados como desejar.
 - ☐ Concordo que meu relato seja identificado por nome e/ou foto;
 - ☐ Prefiro que meu relato seja completamente anônimo.
9. **Garantia de acesso aos dados e dúvidas em geral:** Você poderá tirar dúvidas sobre o projeto e sobre sua participação, além de obter acesso aos seus dados, a qualquer momento através do e-mail: lunes.arq@gmail.com ou telefone: 87 9 8849 1799
10. **Consentimento:** Caso você concorde em participar desta pesquisa, assine ao final deste documento, que possui duas vias, sendo uma delas sua, e a outra, do pesquisador responsável.

Eu, _____, declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação nesta pesquisa, e que concordo em participar.

_____, _____ de _____ de _____.

Assinatura da pesquisadora: _____

Assinatura do(a) participante: _____

Impressão do dedo polegar,
caso não saiba assinar.